Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Desporto e Inclusão Social.

Estudo da Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS),

Feira de Santana, Bahia – Brasil.

Tese de Doutoramento em Ciências do Desporto.

Candidato: Renildo Rossi Junior

Orientadores: Professor Doutor Antonino Manuel de Almeida Pereira
Professora Doutora Roselene Cássia de Alencar Silva

Vila Real, 2016

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Desporto e Inclusão Social.

Estudo da Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS),

Feira de Santana, Bahia – Brasil.

Tese apresentada com vistas à obtenção do grau de Doutor em Ciências do Desporto, sob orientação do Professor Doutor Antonino Manuel de Almeida Pereira e da Professora Doutora Roselene Cássia de Alencar Silva.

Renildo Rossi Junior

Vila Real, 2016

Responsabilidade das ideias apresentadas

Declaro para os devidos fins, estar de acordo com o Regulamento de Ciclo de Estudos conducente ao Grau de Doutor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro UTAD (Vila Real, Portugal), e afirmo a veracidade e a responsabilidade pessoal das informações prestadas.

Por ser verdade, se passa a presente declaração que vai ser assinada nos termos da Lei.

Vila Real, – Portugal, 07 de Janeiro de 2016.

_____

Renildo Rossi Junior

"Tenha um princípio essencial, todo o resto é táctica" (Nelson Mandela, citado em Stengel, 2010, p.103).

Agradecimentos

O presente trabalho só se tornou possível graças a uma rede positiva de relacionamentos, e "projeções geométricas de seis graus". Parecia ser impossível concluir o percurso, desde a necessária mobilização de recursos, até a busca por referenciais em Portugal, nos Estados Unidos e no Brasil. É hora de agradecer.

Foram numerosos desafios, mas também um constante exercício de fé e pedido da permissão a Deus, para que as várias etapas fossem superadas e esse documento pudesse comunicar e dar voz a um trabalho que desde 2003 – indicado pelo conselheiro da FAMFS: Jorge Trindade, para coordenar o Programa "Segundo Tempo", do Ministério do Esporte, na capital do Estado da Bahia, em parceria com o Juizado da Infância e da Juventude de Salvador, FUNDAC, APAE, entre outros parceiros. Um estudo de caso de um modelo de excelência no domínio da inclusão e empreendedorismo social.

Quero agradecer ao Professor Doutor Victor Reis (UTAD), então diretor do curso de doutoramento em Ciências do Desporto, pela autorização de desenvolvimento do caso em estudo, após apresentação de material do Programa "Pintando a Liberdade e Cidadania", "Segundo Tempo", revista, folder e vídeo da FAMFS, indicando possibilidade de apresentação do projeto de tese em dezembro de 2010.

Ao presidente da FAMFS, professor António Lopes Ribeiro, vice-presidente e professor Manoel Carlos Formigli, pela autorização do desenvolvimento do presente estudo de caso, e à assessora da presidência, Midiã Leite dos Santos, pelo apoio na captação de documentos, diálogo e participação com a equipe técnica e com beneficiários dos vários projetos.

A minha profunda gratidão aos orientadores da tese de doutoramento, Professor Doutor Antonino Pereira (Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior de Educação IPV/ESEV – Viseu, Portugal), e da Doutora Roselene de Alencar (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – FFCH/UFBA – Departamento de Antropologia e Etnologia – Bahia, Brasil), responsáveis pelo acompanhamento e orientação durante o período que estive na Europa, EUA e Brasil, em participação e observação participante das ações dinamizadas pela FAMFS, e/ou consultoria internacional a um instituto brasileiro nos EUA. O diálogo estabelecido internacionalmente foi fundamental para este trabalho.

Um agradecimento especial aos colaboradores da pesquisa, que se dispuseram para realizar entrevistas, na pessoa do Doutor Walter Ribeiro Costa Júnior, atualmente Juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de Salvador- BA (então Juiz da Infância e da Juventude da

Comarca de Feira de Santana – BA); senhor Elivaldo Alves Moraes (então diretor da "Fazenda do Menor"); professor Almir Pinto (ex-diretor de desportos, consultor e conselheiro da FAMFS); professor Jaderson Barbosa (Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS); Jonas Carneiro (então diretor da fábrica de materiais esportivos); senhor Antônio Carlos da Silva (então diretor da Fábrica de Reciclagem de Borracha de Pneus na fabricação de pisos sintéticos para pistas de atletismo e ginásios poliesportivos, através da parceria da FAMFS com o Ministério do Esporte, com o Programa "Pintando a Liberdade e Cidadania" em Feira de Santana – Bahia, Brasil). Agradeço também Vagner Ismael dos Santos (ex-interno da FAMFS, instrutor de atividades desportivas na escola Juíza Lourdes Trindade da Fazenda do Menor de Feira de Santana), pela atenção e colaboração no contato com beneficiários do bairro do Aviário e dos vários projetos desportivos sociais.

Meu sincero agradecimento ao Professor Doutor Mário Sérgio Cortella, que me incentivou ao desenvolvimento do estudo e mostrou-me a importância de coragem para a realização dos objetivos – quando da participação de um evento comemorativo do dia dos servidores do Tribunal da Justiça do Estado da Bahia – TJBA, com a divulgação do livro "Qual a tua obra?", recomendando contato com o Professor Doutor Walter Ribeiro Correira (Universidade de São Paulo), que apoiou e me incentivou ao desenvolvimento da Tese.

Lembro-me da experiência na Itália em representação da FAMFS, e agradeço o incentivo da Doutora Susan Wilkinson-Maposa (Director – Community Grantmaking and Social Investment Programme (CGSI), Southern Africa-United States Centre for Leadership and Public Values – Graduate School of Business – University of Cape Down – Breakwater Campus – Private Bag – Rondeboch 7701 – Cape Down – South África), quando participei do Master Internacional de Estudos em Empreendedorismo Social e Filantropia – MISP (bolsista pela Universidade de Bologna – UNIBO, Itália):

> I agree that FAMFS is a great example of social entrepreneurship and I encourage you to keep exploring this case in the future to see what it can offer emergent frameworks on how to understand social entrepreneurship and model its practice. A really interesting topic and interesting case. I realize that one of the big challenge in your topic is the body of theory on social entrepreneurship is new – it is emergent – so creates a real challenge for anyone writing in this area.

E também agradeço ao incentivo da Doutora Silvana de Giovanni (Dirrettore – Fondazione Laureus – Nelson Mandela - Itália), quando avaliou a dissertação do MISP, relatando que:

> FAMFS represents a great example of social entrepreneurship in Brazil thanks to the self-sustainability of the Project. I firmly agree that a long term planning of this Project will provide a new tools for structural changes in the community organizations and for the development of the country.

Um agradecimento especial à idealizadora e fundadora da FAMFS, a Doutora Lourdes Trindade, Juíza de Direito. A iniciativa da sua excelência, em 1987, me incentivou a seguir adiante, e me lembro como se fosse hoje a primeira oportunidade de trabalho enquanto adolescente aprendiz, na década de 1990, na Comissão de Assuntos Especiais da Família, Infância e Juventude – CEFIJ (Tribunal de Justiça do Estado da Bahia). Agradeço a autorização e incentivo no desenvolvimento do estudo do caso de doutoramento.

Aos meus pais, Renildo Rossi (*in memorian*), e Dulce Maria Alves Luz, pelo exemplo e direcionamento aos estudos, e inspiração para superar os vários obstáculos inerentes ao percurso. Meus irmãos, Adriano Alves Rossi, Vanessa Alves Rossi, pelo incentivo, apoio e participação em cada um dos momentos do curso de doutoramento. Estou certo de que nada seria possível sem o suporte de cada um de vocês. Assim, e, por exemplo, quero agradecer a minha sobrinha, Mariana Santiago Rossi, que me auxiliou na captação de referencial bibliográfico na *Florida Atlantic University – FAU (Flórida, EUA)*, revisão do resumo da Tese e traduções em inglês e espanhol dos artigos submetidos para publicação; meus sobrinhos Christian Gray, Adriano Rossi Junior, e afilhado Lucca Rossi, a quem dedico este trabalho.

Um agradecimento especial aos beneficiários dos programas dinamizados pela FAMFS, pelas experiências partilhadas e história de vida quando da participação nas várias ações dinamizadas pela FAMFS, no domínio do desporto, inclusão e empreendedorismo social.

Ao Professor Doutor André Reis (Faculdade de Educação Física – Universidade de Brasília), pela parceria na revisão e submissão de um artigo relacionado com a Tese. Aos Professores Doutores, Paulo Henrique de Azevêdo (Faculdade de Educação Física – Universidade de Brasília), Dartagnan Pinto Guedes (Faculdade de Educação Física – Universidade do Norte do Paraná), Alberto Reis e Paulo Gallo (Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo – Departamento de Saúde Materno-Infantil) pelo incentivo.

À Doutora Mary Liao (Diretora Executiva do Calgary West Soccer Club CWSC – Calgary, Canadá), pela parceria na revisão e submissão de um artigo relacionado com a Tese e, também, pelo financiamento parcial do trabalho desenvolvido para a realização desta Tese.

À Professora Doutora Giuliana Gemelli (Diretora do PhD em *Global Studies in* Philanthropy – Universidade de Bologna - Itália), pela oportunidade e autorização do projeto para participação no MISP, pelo incentivo na elaboração do estudo de caso.

Ao Instituto Brasileiro de Futebol – BFUT, nos Estados Unidos da América - EUA, na pessoa do presidente, Thadeu Gonçalves, pela oportunidade de trabalho em assessoria, coordenação de projetos de intercâmbio de adolescentes do Canadá em tour nos EUA, e incentivo ao

desenvolvimento do caso em estudo. Sou grato pela oportunidade de consultoria internacional, revisão do software e contato com um largo número de profissionais de diferentes países da Europa, América Central, EUA, África, Canadá, Austrália e América do Sul. Agradeço ao Mr. Thomas (técnico de Trinidad e Tobago) e Ivon (técnico de Londres), pelo apoio e parceria na coordenação dos intercâmbios.

Agradeço o incentivo dos amigos, colegas de profissão e um agradecimento especial às coordenações do Setor de Psicologia (SERPS) e do Setor Pedagógico (SEPE), da 1ª Vara da Infância e da Juventude da capital do Estado da Bahia, Maria Alice S. Correia e Zuleica Mª. Alves Porciúncula, pelo incentivo, apoio e flexibilidade na minha jornada de trabalho.

Meu sincero agradecimento ao Governo Federal do Brasil e ao Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), pelo Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, na categoria relato de experiência da região nordeste do Brasil, com o tema: Inclusão e Empreendedorismo Social, que viabilizou motivação e recursos para a viagem em qualificação do projeto de tese.

Também desejo registrar a minha gratidão ao Centro de Documentação e Biblioteca – CEDOC da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação – SEME da Cidade de São Paulo, na pessoa da Ana Maria Rodrigues Carvas da Costa Monteiro (coordenadora do CEDOC), pelo convite em representação da FAMFS e do Prêmio do Ministério do Esporte, no "IV Encontro de Gestão da Informação e do Conhecimento no Estado de São Paulo", no auditório Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa de São Paulo, em Outubro de 2011.

Um especial agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia TJBA, Mário Alberto Simões Hirs, e a Excelentíssima Senhora Desembargadora do TJBA, Márcia Borges Faria, pela confiança, apoio e oportunidade de trabalho junto ao Poder Judiciário do Estado da Bahia, para cargo em comissão de Chefe de Seção (símbolo TJ-FC-06), nomeado por Decreto do Presidente do TJBA.

Aos funcionários do Condomínio Jardim das Mangueiras, pela colaboração nas manhãs, tardes, noites e madrugadas de trabalho nos últimos quatro anos, em disponibilização das chaves de número 06, 07 e 08, para acesso ao escritório. Finalmente, agradeço aos agentes de proteção do Juizado da Infância e da Juventude de Salvador - BA, nomeadamente Rita, Otávio, Rosângela e Girlene, esta última, especialmente, pela indicação da Profª. Cristina Santiago, que colaborou de forma significativa na análise final e revisão da Tese em termos de forma, conforme a variante culta da Língua Portuguesa.

Deus: uma vez mais agradeço pela permissão para concluir esta Obra.

Resumo

O desporto contribui de forma importante para a coesão econômica e social e uma maior integração na sociedade, promovendo o desenvolvimento das relações sociais estimulando contato entre países e cidadãos (Comissão das Comunidades Europeias, 2007). A Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS) é uma entidade sem fins-lucrativos, idealizada no final da década de 1980, e constituída em 1990. Os objetivos do nosso estudo foram: i) identificar que projetos foram promovidos pela FAMFS no âmbito do desporto em Feira de Santana; ii) conhecer as estratégias e/ou metodologias utilizadas para a concretização real (no terreno) desses projetos; iii) saber as razões que levaram a FAMFS à escolha do desporto como âmbito de intervenção; iiii) analisar os objetivos que a FAMFS pretendeu atingir com a realização dos vários projetos desportivos; iiiii) conhecer os resultados alcançados pela FAMFS com a sua intervenção no âmbito do desporto. Para os fins da presente proposta de estudo, fizemos uso do método etnográfico de pesquisa (J. S. Ribeiro, 2003; Tedlock, 2000). Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: a análise documental, a observação-participante e entrevistas semiestruturadas a 27 informantes-chave envolvendo membros (antigos e/ou atuais) da diretoria, técnicos e beneficiários. Entre os vários resultados obtidos, saliente-se que os projetos desportivos sociais desenvolvidos pela fundação ao longo desses anos visaram possibilitar oportunidades de vida aos mais carenciados. Para tanto, foram estabelecidos convênios com os poderes públicos (federal, estadual e municipal), tendo como principais resultados a profissionalização e inserção profissional. O estabelecimento de parcerias intersetoriais foi identificado como sendo a principal razão do sucesso do desporto dinamizado pela FAMFS.

Palavras-chave: DESPORTO, INCLUSÃO SOCIAL, ETNOGRAFIA, ESTUDO DE CASO.

Abstract

Sports can contribute to economic and social cohesion, and also to a greater integration in society. To do so, they promote the development of social relations, and stimulate connections between countries, regions and citizens (Comissão das Comunidades Europeias, 2007). The Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS) is a non-profit organization, created in the late 1980s and incorporated in 1990. The objectives of our study were: i) identify which projects were promoted by FAMFS within sport in Feira de Santana, ii) know the strategies and/or methodologies used for the actual implementation (in the field) of these projects, iii) know the reasons for choice of sport as a scope of intervention realizing the various sports projects (in a specific way), iiii) analyze the objectives (general and specific) that FAMFS intended to achieve with the choice of sport as part of intervention and the achievement of various sporting projects (in a specific way) ; iiiii) study results (social, educational, health-related, political, economic and environmental issues at local, regional, national and international) achieved by FAMFS with its involvement in sport and the achievement of various sporting projects (in a specific way). For this proposed study, we made use of ethnographic research method (J. S. Ribeiro, 2003; Tedlock, 2000). Thus, we will present an overview and analysis of the performance of FAMFS in partnership with the Ministry of Sports in recent years by analyzing the database of the institution. This preliminary analysis allowed the selection of stakeholders, within this group, to conduct in-depth interviews. The script of these interviews was guided by questions that deal with the perception in the social, economic and environmental change across the experience of participating in sports programs of social inclusion and entrepreneurship promoted by FAMFS in Feira de Santana, Bahia. Having as main target audience children and adolescents, but also their families, social sports projects developed by the foundation over the years aimed at enabling life opportunities to the needy. To this end, agreements with the government (federal, state and municipal) were established, having as main results professionalism and employability. The establishment of intersectoral partnerships has been identified as the main reason for the success of sport promoted by FAMFS.

Keywords : SPORTS , SOCIAL INCLUSION, ETHNOGRAPHY, CASE STUDY .

Índice Geral

Índice de Quadros XVII

Índice de Anexos XIX

Resumo VII

Abstract IX

Abreviaturas XXI

Capítulo I - Introdução 1

1.1 Enquadramento teórico 3

1.2 Apresentação da temática 6

1.2.1 FAMFS 7

1.3 Justificação do estudo 8

1.4 Problema do estudo 10

1.5 Objetivos do estudo 10

1.6 Estrutura da tese 11

Capítulo II – Revisão de literatura 14

2.1 Sobre o desporto 16

2.1.1 Conceitos 16

2.1.2 Aspectos históricos 18

2.1.3 Grandiosidade do desporto 22

2.1.4 Sobre o direito ao desporto 25

2.2 Sobre a inclusão social 27

2.2.1 Conceitos 27

2.2.2 Aspectos históricos 30

2.2.3 Intersetorialidade 33

2.2.4 O papel do terceiro setor 36

2.3 Desporto e Inclusão Social 39

2.3.1 Evidências em ciências do desporto 40

2.3.2 Manifestos internacionais 44

2.3.3 Internacionalização dos projetos nacionais 51

2.3.4 Década do desporto "*tsunami desportivo*" no Brasil 55

2.3.5 Estudos no âmbito do desporto e inclusão social 58

Capítulo III – Metodologia 66

3.1 Introdução 68

3.1.1 A produção do saber 68

3.1.2 Metodologia utilizada 69

3.1.2.1 Etnografia 70

3.1.2.2 Estudo de caso 71

3.2 Campo do estudo 73

3.3 Instrumentos de recolha de dados 80

3.3.1 Entrevistas 81

3.3.1.1 Conceitos 81

3.3.1.2 Potencialidades 82

3.3.1.3 Entrevista realizada 83

3.3.2 Análise documental 85

3.3.2.1 Potencialidades 86

3.3.2.2 Documentos recolhidos 87

3.3.3 Observação participante 88

3.3.3.1 Vantagens 89

3.3.3.2 Procedimentos desenvolvidos 90

3.4 Procedimentos para recolha de dados 91

3.5 Técnica de tratamento de dados 95

3.5.1 Campos de atuação 96

3.5.2 *Corpus* do estudo 97

3.5.3 Sistema categorial 99

3.5.4 Enquadramento das categorias – justificação 100

Capítulo IV – Apresentação e discussão dos resultados 102

4.1 Introdução à apresentação dos resultados 104

4.2 Categoria A.1. Razões de utilização do desporto 104

4.3 Categoria A.2. Razões de realização dos projetos 106

4.4 Categoria B.1. Caracterização dos projetos: ações 108

4.5 Categoria B.2. Caracterização dos projetos: período 110

4.6 Categoria B.3. Caracterização dos projetos: beneficiários 113

4.7 Categoria B.4. Caracterização dos projetos: parceiros 115

4.8 Categoria B.5. Caracterização dos projetos: tipos de apoio 117

4.9 Categoria C.1. Objetivos pretendidos 122

4.10 Categoria D.1. Estratégias utilizadas: implantação 125

4.11 Categoria D.2. Estratégias utilizadas: manutenção 128

4.12 Categoria D.3. Cooperação e diálogo com outros setores 131

4.13 Categoria E.1. Resultados: nos vários projetos 135

4.14 Categoria E.2. Resultados: objetivos atendidos 138

4.15 Categoria E.3. Resultados: avaliação dos projetos 140

4.16 Categoria F.1. Razões por detrás do sucesso 143

Capítulo V – Considerações finais 147

5.1 Conclusões 149

5.2 Sugestões para futuras investigações 152

5.3 Reflexões finais 153

Referenciais 156

Anexos 178

Índice de Quadros

4.1 Categoria A.1. Razões de utilização do desporto 105

4.2 Categoria A.2. Razões de realização dos projetos 107

4.3 Categoria B.1. Caracterização dos projetos: ações 109

4.4 Categoria B.2. Caracterização dos projetos: período 111

4.5 Categoria B.3. Caracterização dos projetos: beneficiários 114

4.6 Categoria B.4. Caracterização dos projetos: parceiros 116

4.7 Categoria B.5. Caracterização dos projetos: tipos de apoio 121

4. Categoria C.1. Objetivos pretendidos 123

4.9 Categoria D.1. Estratégias utilizadas: implantação 126

4.10 Categoria D.2. Estratégias utilizadas: manutenção 129

4.11 Categoria D.3. Cooperação e diálogo com outros setores 133

4.12 Categoria E.1. Resultados: nos vários projetos 136

4.13 Categoria E.2. Resultados: objetivos atendidos 138

4.14 Categoria E.3. Resultados: avaliação dos projetos 141

4.15 Categoria F.1. Razões por detrás do sucesso 144

Índice de Anexos

Anexo 1 - Autorização para realizar a pesquisa (FAMFS) 179

Anexo 2 - Guiões de entrevista (Diretivo, Técnico e Beneficiário) 181

Anexo 3 - Tipificação documental 185

Anexo 4 - Registros fotográficos 188

Abreviaturas/Legendas

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACETEL	Associação do Mutuário do Bairro Santa Etelvina
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASTRO	Associação Desportiva Comunitária - ADC ASTRO
BA	Bahia
BFF	*Brazil Footbal Festival*
BFUT	Instituto Brasileiro de Futebol
CBIA	Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
CGU	Corregedoria Geral da União
CIEPS	*Conseil Internationale d´Education Physique et Sport*
CNE	Conselho Nacional do Esporte
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COI	Comitê Olímpico Internacional
DIREC	Diretoria Regional de Educação
DPU	Declaração de Utilidade Pública
EAU	Emirados Árabes Unidos
EFA	Escola de Formação de Atletas
EMBRAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPT	Esporte Para Todos
EUA	Estados Unidos da América
FAMFS	Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social de Feira de Santana
FAT	Faculdade Anísio Teixeira
FIEP	*Fédération Internationale e´Education Physique*

FIFA	*Fédération Internationale de Football Association*
FUB	Fundação Universidade de Brasília
FUNDAC	Fundação da Criança e do Adolescente
GDF	Governo do Distrito Federal
I.A.E	Universidade de Grenoble
IBSA	Associação Internacional de Desporto para Cegos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPRAJ	Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária
JEFS	Jogos Escolares de Feira de Santana
MDS	Ministério de Combate a Fome e Desenvolvimento Social
ME	Ministério do Esporte
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
OPB	Ordem dos Parlamentares do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SCP	*Sport City Programme*
SETRAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SETRE	Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SUDESB	Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
TJBA	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UN	*United Nations*
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
USP	Universidade de São Paulo

CAPÍTULO I

Introdução

1.1 Enquadramento e pertinência do estudo

O desporto contribui de forma importante para a coesão econômico e social, propiciando uma maior integração na sociedade, promovendo o desenvolvimento das relações sociais, estimulando o contato entre países e cidadãos. Organismos internacionais apontam o desporto enquanto importante instrumento para se atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Trata-se de um conjunto de oito objetivos nas áreas da saúde, educação, gênero, meio ambiente e desenvolvimento sustentável que 191 países se comprometeram a alcançar até 2015. Também, personalidades mundiais têm evocado a dimensão social do desporto. Por exemplo, Nelson Mandela, prêmio Nobel da Paz em 1993, afirma que: "*The Sport has the power to change the world. It has the power to unite people in a way that little else does*".

Segundo Constantino (2006), o valor social do desporto e o contributo que pode dar à inclusão social resultam, por um lado, do crescimento da participação ativa e passiva das populações em torno do fenômeno desportivo, e por outro, da ligação com outros domínios sociais, como a política e a economia. O desporto é um amplo fenômeno social (A. S. Costa, 2009), econômico e cultural que carece de ser compreendido na sua contribuição real ou potencial para os processos de desenvolvimento da humanidade (Bento & Constantino, 2009; Dufur, 1999).

É fato que a ocupação do tempo livre, através de práticas desportivas, é considerada uma oportunidade de incentivo a comportamentos saudáveis (A. Da S. C. Costa, 2006), representando um dos principais fatores de predição de desenvolvimento (Taliaferro, Rienzo & Donovan, 2010). A inclusão social (Pegg & Compton, 2003) exige fazer do desporto um projeto ético (Bento, 2004), todavia uma reflexão ética do desporto (Bento, 1995) não pode limitar-se a encará-lo como um complemento da vida, mas compreendido enquanto fenômeno da existência humana.

O desporto assume, nos dias de hoje, tal importância que ultrapassa suas próprias fronteiras. Esta importância evidencia-se através de formas bem díspares. Nesse contexto, focamos o número de espectadores em um jogo de futebol (por vezes superior a 100 mil), passando pelo número de concorrentes em uma maratona (chegando a 50 mil praticantes); o número de telespectadores de uma final de futebol ou Jogos Olímpicos (contabilizado em milhão); o número de periódicos dedicados exclusivamente ao desporto (diário, semanário,

revista mensal); o número de programas televisivos e radiofônicos; a publicidade ao redor de uma arena desportiva. Tudo isso pressupõe investimento de milhões (Garcia, 2007).

O desporto representa uma importante indústria na geração de emprego, renda e envolvimento de diferentes esferas da sociedade (Timpka, Finch, Goulet & Noakes, 2008). Organismos internacionais apresentam-no enquanto componente significativo das metas para o desenvolvimento das Nações Unidas (UN, 2004), em particular os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, contudo a publicação de estudos de impacto é ainda novidade no Brasil.

Acerca dessa temática existem ainda muitas questões a serem aprofundadas. Assim, e, por exemplo, para alguns autores, os programas recreativos, incluindo os desportivos, podem reduzir a criminalidade, contudo outros autores não apenas se mostram em desacordo com essa ideia, mas também consideram que as práticas desportivas podem aumentar a agressividade e o comportamento antissocial (Martos Garcia, Devis Devis & Sparkes, 2009). É, pois, importante desenvolver uma pesquisa acerca dessa temática no âmbito das ciências do desporto (Bishop, 2008).

As discussões sobre inclusão provocam opiniões divergentes entre educadores, membros da comunidade e políticos (Thousand, Rosenberg, Bishop & Villa, 1997). Para Haring (1990, citado em Hart & Song, 2000, p.7), a inclusão social ou integração é a "plena participação nas interações sociais dentro de ambientes naturais que constituem uma rede estável".

Promover a inclusão social pode significar habilitar e capacitar os indivíduos a participarem na sociedade, melhorando suas chances de vida por meio das suas experiências sociais. Uma definição típica é que a inclusão social é um processo que garante às pessoas, em risco de pobreza e exclusão social, ganhar as oportunidades e os recursos necessários para participar plenamente da vida econômica, social e cultural e para desfrutar de um padrão de vida e bem-estar que é considerado normal na sociedade em que vivem. Logo, ela garante que eles tenham uma maior participação na tomada de decisões que afetam suas vidas e de acesso aos seus direitos fundamentais (Waring & Mason, 2010).

Contudo, em um quadro de acentuadas desigualdades sociais, a igualdade de oportunidades está fortemente condicionada e penalizada. Os próprios modelos de organização da prática desportiva podem ter efeitos negativos, acentuando e promovendo a exclusão. A

abordagem desse problema tem de ser vista em um contexto de grande exigência organizacional, tomando em consideração os modos e os contextos sociais em que ocorrem. Não levar em consideração esses condicionamentos correrá um sério risco de acentuar uma visão profética e voluntarista sobre o desporto. O que terá, sempre, efeitos contrários aos pretendidos (Constantino, 2006).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217º (Capítulo III, Seção III – Do Desporto), alterou profundamente o significado do desporto no Brasil (Tubino, 2010), uma vez que passou a considerá-lo direito de todos os brasileiros (Filgueira, 2008) e ampliou o entendimento do fenômeno desportivo para atividades formais e não formais. Pela primeira vez, no país, o desporto passou a ser uma questão de Estado, consolidando o preceito constitucional de desporto e lazer como direito de todo cidadão. Essa continuidade de percepção conceitual do desporto promoveu programas federais desportivos sociais importantes, que trouxeram a inclusão para as ações do Estado. A instalação do Programa "Esporte Solidário" e o "Segundo Tempo" são exemplos de responsabilidade social do Estado usando o Desporto como meio (Tubino, 2010).

O Ministério do Esporte é o responsável por construir uma Política Nacional de Esporte (Resolução nº 05 do CNE, de 14 de Junho de 2005) e propiciar uma gestão democrática, o estabelecimento de parceria com as comunidades desportivas, esfera municipal, regional e federal, universidades, associações e sociedade em geral. A diversificação dos recursos é considerada um aspeto imprescindível para desenvolver os programas desportivos sociais do governo federal e alcançar os objetivos propostos. Tais programas visam à inclusão de diferentes grupos sociais, mediante as três principais formas de intervenções do desporto: educacional, de participação e de alto rendimento.

Os Jogos Mundiais Militares, em 2011, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014, a Copa América de Futebol em 2015 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 são exemplos de megaeventos desportivos que estão a acontecer na década do desporto no Brasil. Mas quais dimensões sociais que o contexto de realização dos megaeventos trouxe ou, por ventura, pode trazer para o país?

Buscamos na metodologia etnográfica da pesquisa e análise documental desenvolver um trabalho que pudesse contemplar as várias ações desenvolvidas pela FAMFS, com ênfase naquelas que tiveram o desporto como instrumento para a inclusão social. Entendido desta

maneira, "a Etnologia – ou Antropologia, como se prefere dizer presentemente, assume o homem como objeto de estudo, nas suas manifestações mais diversas" (Lèvi-Strauss, 2010, p.51). Nesse sentido, o estudo etnográfico (Pereira & Leitão, 2007) é cada vez mais uma opção metodológica a ter em conta nas pesquisas a desenvolver no âmbito das ciências do desporto (Garcia, 2005; Sands, 2002).

1.2 Apresentação da temática

O terceiro setor abriga as mais diferentes formas de associação da sociedade civil. Nessa classificação está toda organização que não é estatal nem mercantil. Ou seja, todas as associações sem fins lucrativos: de sindicatos e pequenos clubes a fundações, incluindo entidades religiosas. Entendido dessa maneira, para a presente proposta de estudo, conceituamos o terceiro setor porquanto espaço existente entre o Estado e o mercado.

Por que criar fundações? De certo, em sociedades homogêneas, há menor número de organizações sem fins lucrativos. Mas tem sido bem-sucedido o terceiro setor, promovendo a equidade? A resposta a essas perguntas por parte dos especialistas da área é de que o terceiro setor pode promover a equidade, mas não por si mesmo. O terceiro setor deve encontrar parceiros, associando interesses para mudar e promover uma sociedade melhor, com o apoio do governo, do mercado e do setor sem fins lucrativos.

As organizações da sociedade civil, através dos diferentes órgãos governamentais, entidades privadas e organizações não governamentais, têm se envolvido com a promoção de projetos, comumente chamados: "projetos sociais". Grande parte desses projetos está voltada às crianças e aos adolescentes pobres, em situação de "risco social" ou de "vulnerabilidade social", e tem como meta ocupar o tempo livre dos mesmos com atividades desportivas, profissionalizantes e/ou complementares à escolarização formal (Souza, Vialich, Eiras & Mezzadri, 2010).

Há aspetos obscuros e um intenso debate ideológico sobre a relação entre os três setores que não contam com o necessário suporte de fatos documentados, justificando a necessidade de pesquisa sobre o terceiro setor e sobre as relações intersetoriais (Falconer, 1999).

Para a presente proposta de estudo, buscamos dar a conhecer qual tem sido, e continua a

ser, o papel do desporto dinamizado pela Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social de Feira de Santana - FAMFS, na inclusão, empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável (Feira de Santana, Bahia - Brasil).

1.2.1 A Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS)

Um dos maiores entroncamentos rodoviários do interior do país e o maior do Norte e Nordeste, Feira de Santana possui uma população estimada em 600.000 habitantes. Distante 115 km de Salvador, capital do Estado da Bahia, responde pela segunda economia regional. A situação geográfica do município, como eixo rodoviário, facilita o processo migratório que se mantém crescente e se caracteriza por uma maioria de migrantes sem renda ou instrução.

A fim de lidar com o complexo problema social e econômico de crianças e adolescentes de Feira de Santana (especialmente de adolescentes infratores que eram também as vítimas constantes da violência policial), em Fevereiro de 1987, a Juíza de Direito Lourdes Trindade tomou posse como Juíza de Menores da Comarca de Feira de Santana. Sensibilizada pela problemática da reinserção de indivíduos e familiares na sociedade, mobilizou diversos atores sociais a fim de desenvolver ações práticas que viessem a minimizar os efeitos deletérios imputados pelo fato de ser um menor infrator ou egresso.

A Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social - FAMFS, idealizada em 1988 e constituída em 1990, pela então Juíza de Menores da Comarca de Feira de Santana, Dra. Lourdes Trindade, no exercício de suas atividades, atendeu a 300 mil crianças e adolescentes, ofereceu mais de 10.000 mil postos de trabalho, emprego e renda às famílias menos favorecidas, forneceu mais de 15 milhões de *kits* alimentação, distribuídos para 134 municípios baianos através dos Programas “Esporte Solidário” e “Segundo Tempo”. Além disso, fabricou mais de 1.600.000 itens de materiais desportivos para o Ministério do Esporte - governo federal, distribuídos para programas sociais deste país e de mais 105 países do mundo.

A FAMFS se fez presente em Pequim (2008), na China, através da bola de guizo, por ser a única instituição credenciada na fabricação desse tipo de bola especial. Representando o Brasil, participou de torneios de futebol em Pensacola (1996); Memphis (1997); Dallas (2000); Orlando

(1999) e Bourboville (1998), nos EUA; na França/Paris (1998); em Neuken/Argentina (2001); em Aveiro/Portugal (2005); em Roma/Itália (2004), onde foi recebida pelo Papa João Paulo II; em Munique (2006), durante a Copa do Mundo da Alemanha; e em Basileia/Suiça (2008), no Eurofest. Participou da Feira Internacional da Alemanha (2008), onde lançou a primeira pista de atletismo móvel do mundo fabricada pela FAMFS.

Foi premiada pela Caixa Econômica Federal, entre as 10 Melhores Práticas, e recebeu Certificação entre as duas Melhores do Brasil, em DUBAI - United Arab Emirates. Por duas vezes recebeu a visita do Presidente Lula, acompanhado de Ministros, Governadores, Prefeitos, Deputados e outras autoridades, tendo todos observado, de perto, a qualidade do trabalho realizado. Os últimos prêmios conquistados foram: o Top of Quality, concedido pela Ordem dos Parlamentares do Brasil (2009) e o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, promovido pelo Ministério do Esporte, na categoria *Relato de Experiência da Região Nordeste* (2010). Cumpre ainda ressaltar que os Atletas da Seleção Brasileira chegaram à África do Sul para a Copa do Mundo de 2010 com *kits* desportivos produzidos pela FAMFS.

Em síntese, poderemos dizer que desde 1988 a FAMFS trabalhou com a comunidade de Feira de Santana objetivando promover a capacitação de crianças e jovens em risco, incluindo aqueles com necessidades especiais, e integrá-los à sociedade através de atividades educativas e culturais, como educação básica, danças, folclore, teatro, música, capoeira, ciência e desporto.

Nos últimos 25 anos, em parceria com o governo estadual, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS, Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, Município de Feira de Santana, Universidades, Associações, Organismos Internacionais e do governo federal - por intermédio do Ministério do Esporte -, a FAMFS desenvolveu vários projetos no âmbito do desporto, nomeadamente: “Esporte Solidário”; “Segundo Tempo”; Escola de Formação de Atletas - EFA; Associação Desportiva Comunitária - ADC ASTRO; “Pintando a Liberdade e Cidadania”; Fábrica de Reciclagem, “Fazenda do Menor”, entre outros.

1.3 Justificação do estudo

O Terceiro Setor compreende o “espaço” entre o Estado e o mercado, ou seja, é formado por entidades que realizam serviços que originalmente deveriam ser oferecidos pelo Estado aos

cidadãos, o fazendo sem o intuito de se obter lucro, porque são movidos pelo ideal de solidariedade presente na sociedade civil organizada, que chama a si a responsabilidade de levar bem-estar aos cidadãos (Maia, 2012).

A mobilização intersetorial objetiva a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social. A proposta é fazer com que as ações intersetoriais possibilitem impactar a qualidade de vida dos diversos segmentos sociais da cidade, através de um desenvolvimento sustentável (Junqueira, 2004).

Em se tratando das pesquisas nas áreas das ciências do desporto, vislumbra-se pelas próprias tendências internacionais a vertente temática relativa às "Políticas públicas de desporto e terceiro setor" (Azevêdo & Barros, 2004a; Mendes & Azevêdo, 2010). Especificamente para a área pública, estudos direcionados ao desenvolvimento de diagnósticos e avaliações das ações em busca da construção de um corpo de conhecimentos, que contribua para a formação de políticas públicas de desporto mais realistas para o país.

Dado o número reduzido de investigações realizadas acerca dessa temática, é necessário o desenvolvimento de pesquisas (Bento & Constantino, 2009; A. S. Costa, 2009; Martos Garcia et al., 2009) que visem compreender a real contribuição do desporto (Nathan et al., 2010) para a inclusão social de diferentes grupos sociais.

Ao longo da nossa pesquisa, identificamos alguns artigos e estudos de pós-graduação (Macêdo, 1999; Macêdo, Silva & Moreira, 2009; Macêdo, Silva & Moreira, 2011; Machado, 2008; Maia, 2012; Mello & Siqueira, 1996) que tiveram o caso em análise e/ou algumas das suas atividades promovidas pela FAMFS. Porém tais estudos não estiveram centrados na temática da inclusão social. Assim, buscamos na metodologia etnográfica da pesquisa e análise documental, que contemplou aproximadamente vinte e cinco anos de base de dados, desenvolver um trabalho que pudesse contemplar as várias ações desenvolvidas pela FAMFS, com ênfase naquelas que tiveram o desporto como instrumento para a inclusão social.

Entendido dessa maneira, a relevância social da pesquisa é inquestionável dentro da perspectiva da importância das entidades sem fins lucrativos no Estado pós-moderno, no qual se consagra a intervenção mínima desse na vida dos cidadãos, que foram instados a assumir funções de responsabilidade social, em decorrência dos novos paradigmas de deveres perante a sociedade,

para a garantia do respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado na Constituição Federal Brasileira (Maia, 2012).

1.4 Problema do estudo

Face às ações desenvolvidas pela Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social de Feira de Santana (FAMFS), importa colocar uma grande questão: Qual tem sido o papel do desporto, promovido pela FAMFS, na inclusão social da população da região de Feira de Santana, Bahia - Brasil?

1.5 Objetivos do estudo

Nesse sentido, os objetivos do nosso estudo foram os seguintes:

- Identificar que projetos foram promovidos pela FAMFS no âmbito do desporto em Feira de Santana;

- Conhecer as estratégias e/ou metodologias utilizadas para a concretização e implementação desses projetos;

- Saber as razões que levaram a FAMFS à escolha do desporto como âmbito de intervenção e à realização dos vários projetos desportivos (de um modo específico);

- Analisar os objetivos (gerais e específicos) que a FAMFS pretendeu atingir com a escolha do desporto como âmbito de intervenção e com a realização dos vários projetos desportivos;

- Conhecer os resultados alcançados pela FAMFS com a sua intervenção no âmbito do desporto e com a realização dos vários projetos desportivos (de um modo específico).

Para os fins da presente proposta de estudo, fizemos uso do método etnográfico de pesquisa (J. S. Ribeiro, 2003; Tedlock, 2000). Assim, traçamos um panorama e análise da atuação da FAMFS em parceria com o Ministério do Esporte nos últimos anos, mediante a análise no banco de dados da instituição. Essa análise preliminar possibilitou a seleção de atores sociais, dentro deste grupo, para realizar entrevistas em profundidade. O roteiro destas entrevistas foi norteado por questões que versam sobre a percepção na mudança social, econômica e ambiental frente à experiência de participar dos programas desportivos de inclusão e empreendedorismo social da FAMFS, na Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

1.6 Estrutura da Tese

Tendo em vista o cumprimento dos objetivos anteriormente definidos, o trabalho desenvolve-se ao longo de cinco capítulos. Assim, o presente capítulo (primeiro), identifica-se com a introdução, na qual procedemos ao enquadramento teórico que conduziu à realização desse trabalho, sendo, ainda, evidenciado o caso em estudo, a pertinência, bem como os seus objetivos e estruturação.

O segundo capítulo discorrerá acerca do fenômeno do desporto. Apresentaremos aspectos históricos relativos ao desporto e à grandiosidade do desporto na sociedade atual, considerando os benefícios, o porquê de tantos participantes e de tantos expectadores, portanto qual a valia que nos mostra qual é o papel que, de fato, o desporto ocupa no mundo. Discorreremos sobre o direito ao desporto, objetivando apresentar as várias dimensões de análise do desporto - e podemos analisar o desporto em várias dimensões. Também discorreremos nesse capítulo acerca de conceitos relativos à inclusão social, em seguida apresentaremos aspectos históricos no domínio da inclusão social, para além da intersetorialidade: poder público (municipal, estadual e federal), privado e sem fins lucrativos. Finalmente pretendemos apresentar qual é o papel do terceiro setor na inclusão de diferentes grupos sociais. Ainda, este capítulo discorrerá acerca de algumas evidências em ciências do desporto, seguidamente apresentaremos manifestos internacionais, com ênfase no desporto e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU), internacionalização dos projetos nacionais, considerando a relação entre o poder público (esferas municipal, estadual e federal), privado e sem fins lucrativos no

cenário internacional. Assim pretendemos apresentar a década do desporto: '*tsunami desportivo'* no Brasil, considerando os megaeventos e legados em discussão no país, e estudos acerca do desporto e inclusão social, incluindo artigos de revistas internacionais, teses de doutoramento, dissertações de mestrado, entre outras fontes de informação.

No terceiro capítulo, procederemos à apresentação da metodologia; nele desenvolvemos uma breve reflexão sobre a teoria do método qualitativo, a fim de mostrar a pertinência na escolha desta abordagem, e do motivo pelo qual escolhemos essa abordagem. Nesse sentido, essa temática será o alicerce para esse capítulo, no qual serão feitos destaques de diferentes autores sobre as vantagens da utilização das metodologias escolhidas, que compreendem a etnográfica e o estudo de caso. Seguidamente será apresentado o campo de estudo (FAMFS); os instrumentos de recolha de dados (entrevistas, análise documental e observação participante); os procedimentos/diligências para coleta dos dados e técnica de tratamento de dados, culminando na apresentação do *corpus* do estudo e justificação do enquadramento analítico categorial, vantagens e desvantagens do uso de computadores para análise de dados qualitativos.

No quarto capítulo, apresentaremos e discutiremos os resultados do presente trabalho. O nosso estudo centrou-se no papel do desporto promovido pela Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social - FAMFS na inclusão social no município de Feira de Santana, Estado da Bahia - Brasil. Procuramos analisar o conteúdo das falas dos entrevistados: técnicos, beneficiários e diretores dos vários projetos. Assim, buscamos compreender o efeito local do desporto na inclusão, empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável. Seguidamente passaremos à análise dos dados obtidos através das entrevistas efetuadas. Iremos apresentar os vários quadros relativos às questões abordadas nas entrevistas, nos quais estarão referenciadas as categorias, subcategorias e suas frequências. Analisaremos ainda, os resultados obtidos em cada quadro estabelecendo uma relação com a bibliografia investigada.

O quinto capítulo apresentará as considerações finais. O nosso trabalho teve como objetivos estudar o papel da FAMFS na dinamização e utilização do desporto na inclusão social em Feira de Santana, Estado da Bahia. Em segundo lugar, procuramos compreender o efeito local do desporto na inclusão, empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável. E, por último, verificamos o nível de cooperação e diálogo existente entre as diferentes instâncias de gestão política desportiva nacional, regional e local. Para os fins da presente proposta de estudo, fizemos

uso do método etnográfico de pesquisa. Tivemos o intuito de traçar um panorama e análise da atuação da FAMFS em parceria com o Ministério do Esporte nos últimos anos, mediante a análise no banco de dados da instituição. Essa análise preliminar possibilitou a seleção de atores sociais, dentro desse grupo, para realizar entrevistas em profundidade. O roteiro dessas entrevistas foi norteado por questões que versam sobre a percepção nas mudanças social, econômica e ambiental frente à experiência de participar dos programas desportivos sociais.

Os anexos que compõem a Tese são: autorização da FAMFS para a realização da pesquisa (Anexo I); os guiões das entrevistas dos técnicos, beneficiários e diretores (Anexo II) e a tipificação documental (Anexo III). Também anexamos alguns registros fotográficos resultantes da observação participante entre o período compreendido por dezembro 2010 a dezembro 2013 (Anexo IV).

CAPÍTULO II

Revisão de Literatura

2.1 Sobre o desporto

Este capítulo discorrerá acerca de conceitos relativos ao desporto, seguidamente dos aspectos históricos relativos ao desporto e à grandiosidade (fenômeno) do desporto na sociedade atual, considerando os benefícios, o porquê de tantos participantes e expectadores. Portanto, qual a valia que nos mostra, qual é o papel que, de fato, o desporto ocupa no mundo. Finalmente, discorreremos sobre o direito ao desporto, objetivando apresentar as várias dimensões de análise do desporto - e podermos analisar o desporto em várias dimensões.

Com base em Garcia (2005, p.19):

> Se o *como* nos envia fundamentalmente para a prática em si mesma, o *porquê* e o *para que* remetem-nos para o praticante, isto é, para o ser humano. A Antropologia, pelo menos dentro da perspectiva em que a concebemos, deve tentar aproximar-se da pessoa humana, daquilo que é inerente a essa condição seguindo o veio da compreensão, indagando os *porque* e os *para que* do desporto, do seu significado mais profundo, observando o desporto a partir da pessoa, entendendo-o como um meio e nunca como um fim em si mesmo.

Por que o desporto tem a importância que tem hoje? Sands (2002) sugere que pouca coisa foi escrita acerca dos jogos primitivos. Apenas nos últimos 50 anos é que o estudo do desporto e da cultura teve início, e muito desse trabalho vem sendo desenvolvido por diferentes campos do conhecimento, a exemplo da Antropologia.

No que diz respeito ao terreno linguístico (Melo, 2010, p.46):

> Os ingleses, no decorrer de seis séculos (do XV ao XX), promoveram mudanças conceituais ao redor de uma mesma palavra (Sport); os franceses, nos séculos XIX-XX, passaram a usar o mesmo termo dos ingleses; os portugueses, depois de também utilizarem por um tempo o mesmo termo (no século XIX), mudaram os sentidos e passaram a usar, no século XX, uma palavra já existente desde o século XVIII (desporto); os brasileiros usaram o termo em inglês (século XIX), depois utilizaram o novo sentido da palavra desporto (início do século XX), mas também a traduziram para esporte (mais comum a partir da metade do século XX).

Para o presente estudo estaremos utilizando, prioritariamente, o termo desporto.

2.1.1 – Conceitos

O significado do conceito de desporto sofreu, nos últimos anos, modificações em todo o mundo, apontando a sua importância não só como atividade de lazer ou simples competição, mas

também como uma atividade econômica, importante para a inclusão social e para a redução de problemas ligados à saúde e à educação (Alves & Pieranti, 2007).

O termo *desporto* é uma contração de "sair do porto", expressão usada pelos marinheiros europeus no século XIV, quando se envolviam com passatempos em que as habilidades físicas eram fundamentais. O desporto moderno, assim denominado para se diferenciar das manifestações desportivas da Antiguidade, adquiriu, obviamente, significado diferente, vindo da Inglaterra do século XIX e tendo na figura de Thomas Arnold o seu primeiro grande teórico. De acordo com Tubino (1992), esse educador, fortemente influenciado pelas ideias de Charles Darwin, considerava que o desporto deveria ser utilizado na seleção dos melhores e mais capazes.

Naquele que é considerado o mais antigo dicionário de português, o *Vocabulário portuguez e latino*, escrito no século XVIII, por Raphael Bluteau, já se encontra a palavra *desporto* (originária do italiano *diporto*), descrita como "divertimento" (Melo, 2010).

O desporto consiste em atividades físicas de caráter recreativo e competitivo, em que alguém tenta superar suas próprias limitações do corpo (*Citius, Altius, Fortius*) ou para conquistar - obstáculo externo (adversário(s) ou obstáculo natural) - de acordo com um código de conduta previamente aceito (Renson, 1993).

O desporto é um meio para a socialização, favorecendo a atividade coletiva, o desenvolvimento da consciência comunitária, a identidade e a representação simbólica da nação, evidenciada em competições importantes. A essas funções, Bento (1991, citado em Alves & Pieranti, 2007) acrescenta outras: o fortalecimento da saúde, a recreação e a comunicação entre os praticantes.

A. Da. S. C. Costa sugere que (2006, p.37) "o fenômeno desportivo permite-nos estudar o comportamento do homem a partir das suas raízes arcaicas e esclarece-nos sobre o sentido profundo da existência humana". Ainda, A. S. Costa considera que (2009, p.330) "o desporto apresenta-se, antes de mais nada, como um fenômeno social com a sua organização institucional, com a realização dos seus espetáculos competitivos e com as suas festas".

A visão do desporto como um fenômeno social plural, que abrange várias manifestações nas quais o movimento humano está presente com objetivos diversos, rompe com a visão singular do desporto como uma manifestação fechada e restrita a espaços especializados e a pessoas particularmente dotadas para performances especiais. Ampliam-se não apenas as visões de

desporto, como também surgem vários “desportos”, conceitos e visões dessa atividade, provenientes de campos diversos.

Nota-se que a partir da consolidação desses novos entendimentos, o desporto passou a estar intrinsecamente ligado a áreas-alvo de políticas públicas. Reconhecida como fundamental ao desenvolvimento humano, a prática desportiva aproximou-se dos campos da saúde e da educação. Conforme foi possível concluir a partir de experiências dos setores público e privado, o desporto ajuda a prevenir agravos à saúde, a evasão escolar, o uso de drogas, a criminalidade e a aumentar a autoestima, a cooperação, a solidariedade e a inclusão social. Ressaltada a significância de todos esses papéis, torna-se evidente sua importância como instrumento integrador de ações múltiplas e como estrutura facilitadora em outros segmentos setoriais, colaborando para a viabilização concreta de várias frentes de trabalho, como, por exemplo, nas áreas anteriormente destacadas (Alves & Pieranti, 2007).

Do ponto de vista de Bento e Constantino (2009), o desporto é um amplo fenômeno social, econômico e cultural que carece de ser compreendido na sua contribuição real ou potencial para os processos de desenvolvimento da humanidade.

Segundo Constantino (2006, p.34), “o valor social do desporto e o contributo que pode dar à inclusão social resultam, por um lado, do crescimento das participações ativa e passiva das populações em torno do fenômeno desportivo, e por outro, da ligação com outros domínios sociais, como a política e a economia”.

2.1.2 - Aspectos históricos

O desporto, no seu foco histórico, pode ser dividido em: Desporto Antigo, Desporto Moderno e Desporto Contemporâneo. Da Antiguidade até a primeira metade do século XIX, ocorreu o Desporto Antigo. O Desporto Moderno, concebido depois de 1820 pelo inglês Thomas Arnold, começou a institucionalizar as práticas existentes, codificando-as por meio de regras e entidades. No final da década de 1980, a partir da aceitação do direito de todos ao desporto, tem-se o início do Desporto Contemporâneo, para o qual a Carta Internacional de Educação Física e Esporte foi, sem dúvida, o grande marco (Tubino, 2010, p.20).

Na década de 1930, o Brasil passou por uma mudança conjuntural significativa que foi o processo de industrialização e urbanização, e nesse contexto a educação física tinha a função de fortalecer o trabalhador para melhorar a sua capacidade produtiva, estabelecendo a relação entre corpo eficiente e corpo produtivo (Costa & Sousa, 2004).

Gutiérrez Sanmartín e Caus I Pertegáz (2006) sugerem que desde meados dos anos 30 a participação de pessoas com deficiência em atividades físico-desportivas vem sendo promovida, principalmente, enquanto atividade terapêutica, tanto para a recuperação funcional do indivíduo, quanto para facilitar a sua reintegração à sociedade.

Logo, a atividade desportiva inclusiva deve levar em consideração as potencialidades e as limitações físico-motoras, sensoriais e mentais dos seus praticantes, propiciando a sua efetiva participação nas diversas atividades desportivas recreativas e, consequentemente, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades (Azevêdo & Barros, 2004b).

De acordo com Costa e Sousa (2004, p.29), "após a Segunda Guerra Mundial iniciou-se o implemento do desporto na educação física, estabelecendo influência na sociedade e no sistema escolar valores como princípio de rendimento, comparação, competição e recordes".

O uso político do desporto gerou grande preocupação no meio acadêmico, levando à produção, na década de 1960, de vários manifestos de intelectuais do setor ou com ele envolvidos. Esses documentos manifestavam a contrariedade quanto ao aproveitamento do desporto como instrumento de propaganda política. Na UNESCO, surgiu o movimento "Esporte para Todos", que difundiu internacionalmente o conceito de desporto como todas as possibilidades da atividade motora humana capaz de promover o lazer, o prazer e a satisfação (Alves & Pieranti, 2007).

Com o advento de 1960, o desporto tornou-se o tópico mais frequente nos círculos antropológicos. A visão do desporto como um fenômeno social plural (Pires 1998), que abrange várias manifestações, em que o movimento humano está presente com objetivos diversos, rompe com a visão singular do desporto (Alves & Pieranti, 2007). Portanto, as práticas corporais "não se podem compreender enquanto realidades simples e homogêneas, mas sim, no entrecruzamento dos múltiplos elementos econômicos, políticos e culturais da totalidade" (Crespo, 1990, p.8). Nessa perspectiva, torna-se evidente a importância que a Antropologia tem para a compreensão do desporto (Santiago & Fumes, 2005).

O Movimento Esporte para Todos, constitui-se numa das mais efetivas manifestações da Educação Física e do Esporte no século XX. O seu surgimento foi na década de 1960, sob a forma de campanha, na Noruega, e enquanto concepção reuniu práticas desportivas, publicidade, e *mass media*, com o propósito de atrair o maior número de pessoas para os eventos. O sentido inicialmente foi denunciar o desporto de elite, reservado aos chamados talentos desportivos e biotipos adequados, e, ao mesmo tempo, anunciar que as práticas desportivas deveriam ser democratizadas e disponibilizadas para qualquer pessoa, independente de probabilidades de sucesso em competições desportivas. Foi, na verdade, uma proposta de inclusão.

Castellani Filho (2006, p.116), sugere que:

> No início dos anos 70, que começou a ganhar corpo, o depois conhecido como Movimento "*Esporte para Todos"*, o EPT [...] a comprovação de que, ao desenvolvimento econômico alcançado no início da década de 70, correspondia o desenvolvimento social da sociedade brasileira, expresso - dentre outras formas - nos acessos às atividades físicas e de lazer pela camada da população, até então, dela alijada.

Outros autores (Sarmento, Pinto, Costa & Silva, 2011, pp.9-12), sugerem que:

> Se o Desporto na Grécia antiga parava as guerras Helênicas, hoje o mesmo princípio ativo associado à televisão pára todo o planeta. A globalização, fenômeno incontornável do nosso século encontra no Desporto um especial campo de afirmação permitindo que os principais desportistas possuam uma relevância e notoriedade independentemente do país ou cultura a que pertençam [...] o evento desportivo para os espectadores é hoje uma combinação entre uma atividade passiva de observação, mas também cada vez mais de participação, quase como figurantes de uma gigantesca encenação onde a imprevisibilidade do resultado garante um envolvimento emocional quase inigualável no mundo do espetáculo atual.

Podemos assim superar as comuns discussões sobre as "origens históricas" do desporto. Um olhar panorâmico nos permite identificar duas grandes tendências no que se refere ao tema: a) propugna-se que a manifestação desportiva já existia na Antiguidade, sendo perceptível em jogos que eram praticados por chineses, egípcios, gregos, romanos, entre outros; b) procura-se entendê-lo como um fenômeno moderno, que mesmo apresentando similaridades técnicas com antigas manifestações culturais, possui sentidos e significados bastante diferenciados daqueles jogos "pré-desportivos" (Melo, 2010).

O incentivo à ação coletiva, o respeito ao adversário, o jogo limpo (*fair-play*) "foram traços demarcados pelo sistema desportivo inglês e que, em tese, acompanham o desporto até nossos dias" (Pires, 1998, p. 28).

Para Garcia (2007), o desporto é um fenômeno temporal e topográfico, isto é, constitui-se numa atividade enraizada em determinado tempo e em determinado local. O desporto grego, base teórica do olimpismo, proposto e desenvolvido pelo Barão Pierre de Coubertin, nada tem a ver com o desporto deste princípio de milênio e praticado pelo mundo olímpico. O desporto grego tem um significado religioso, imediato e consciente. Embora mantenha alguns traços dessa significação em sua estrutura e forma de funcionamento, o desporto atual não o possui.

Segundo Constantino (2006) o desporto pode constituir-se um importante meio de socialização que permite transmitir normas e valores sociais e garantir direitos de cidadania. A esse respeito, Pires (1998) indica que a socialização através do desporto pode ser considerada uma forma de controle social.

A inclusão social é um objetivo para o qual o desporto pode dar um contributo positivo, garantindo a participação a grupos sociais marginalizados. Nesse sentido, as ações dirigidas aos jovens, segmento etário que apresenta os maiores fatores de risco no plano inclusivo, são aspectos determinantes no domínio da coesão social (Constantino, 2006).

No entanto, não se pode pensar que o desporto pode, por si só, contrariar os efeitos de uma determinada organização social que promove a exclusão. Conforme indica Constantino (2006), "em certas circunstâncias, e alguma literatura da especialidade confirma-o, é mais a inclusão social que favorece a prática do desporto, do que esta a facilitar aquela".

Em um quadro de acentuadas desigualdades sociais, a igualdade de oportunidades está fortemente condicionada e penalizada. Os próprios modelos de organização da prática desportiva podem ter efeitos negativos, acentuando e promovendo a exclusão. A abordagem desse problema tem de ser vista em um contexto de grande exigência organizacional, tomando em consideração os modos e os contextos sociais em que ocorre. Não levar em consideração esses condicionamentos correrá um sério risco de acentuar uma visão profética e voluntarista sobre o desporto. O que terá, sempre, efeitos contrários aos pretendidos (Constantino, 2006).

Silva, Terra e Votre (2006, p.178) indicam "a necessidade de novos estudos de impacto de projetos sociais nas comunidades a partir da implementação de atividades desportivas e de lazer".

2.1.3 Grandiosidade do fenômeno desportivo

Considera-se a grandiosidade do desporto enquanto fenômeno social global e nas suas mais variadas dimensões de análise. Assim, e, por exemplo, existe a perspectiva econômica - mercantilista, da indústria do desporto ou, quem sabe, os contributos sociais? Por que o desporto tem a importância que tem?

Para Garcia (2005, p.16):

> O desporto é algo que pode ser visto a partir do virtual. Até daí, porventura do não lugar, se pode tentar compreender o mais maravilhoso e universal fenômeno humano do nosso tempo.
> Para tal, basta olhar para o desporto. Basta procurar aquilo que de mais humano lá existe.
> Basta deixar que ele revele os seus significados mais profundos e mais íntimos, sendo apenas necessário olhar para o desporto.
> Olhar, mas sem preconceitos ou falsas teorias. Olhar, apenas.
> Olhar para os olhos de uma criança quando recebe a sua primeira bola. Pode ser de trapos ou do último modelo oficial da FIFA, mas é uma bola.
> Olhar para a alegria de um povo, quando a sua equipe ou a sua seleção ganha algum jogo. Olhar, simplesmente.
> Olhar para as lágrimas que brotam dos olhos de muitos excluídos da vida quando tais vitórias acontecem. Olhar, apenas. Sem palavras, só olhar.
> Olhar para a felicidade daqueles que só atingem com as vitórias das suas cores.
> Só pedimos que olhem.
> Olhar para as multidões que em uníssono cantam o hino ou erguem a bandeira nacional. Sem falar, apenas um breve olhar.

O desporto assume, nos dias de hoje, tal importância que ultrapassa suas próprias fronteiras. Esta importância evidencia-se através de formas bem díspares. Nesse contexto, focamos o número de espectadores em um jogo de futebol (por vezes superior a cem mil), passando pelo número de concorrentes em maratona (chegando a cinquenta mil praticantes); o número de telespectador de uma final de futebol ou Jogos Olímpicos (contabilizado em milhão); o número de periódicos dedicados exclusivamente ao desporto (diário, semanário, revista mensal); o número de programas televisivos e radiofônicos; a publicidade, ao redor de uma arena desportiva. Tudo isso pressupõe investimento de milhões (Garcia, 2007).

O grau de popularidade e penetrabilidade do desporto por todo o mundo é impressionante. Há mais afiliados à FIFA e ao Comitê Olímpico Internacional (COI) do que à Organização das Nações Unidas (ONU). As duas maiores audiências televisivas do planeta são obtidas por ocasião em duas competições desportivas: a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos (Melo,

2009). O futebol, em países como Inglaterra, Portugal, Espanha, Alemanha, Brasil e Argentina, tornou-se uma das maiores indústrias na geração de bilhões de dólares por ano (Dzathor, 2003).

Bento (1995, p.259) sugere que:

> O praticante do desporto, não é mais apenas o jovem de determinados estratos sociais, com determinada formação escolar e acadêmica. Não é mais apenas o indivíduo pleno de juventude, de masculinidade, de força, de resistência e de velocidade. O praticante do desporto não é mais apenas o homem que vende e apregoa saúde. Não é mais apenas Hercules, é também Venus. O praticante do desporto é o homem, é a mulher na pluralidade e diversidade dos seus estados de desenvolvimento, comportamento e rendimento: enquanto criança, enquanto jovem, enquanto adulto, enquanto idoso, enquanto saudável, enquanto "normal" e "deficiente". O desporto não significa mais apenas força, mas, sobretudo vida, vontade e prazer de viver! Não é mais apenas uma construção racional, mas também emanação de emocionalidades, de subjetividades, de corporalidades individuais, de existências irrepetiveis! Os sentidos do desporto são diferentes de pessoa para pessoa e alteram-se no decurso da vida. É o *desporto para todos*, é o *desporto no plural*: com diversidade e pluralidade de motivos, de sentidos, de valores, de intenções e de formas! E, o *desporto individual*, que não mais se deixa ficar preso no sistema unitário e totalitário, mas que adquire sentido e relevância à escala individual, na relação com os problemas e os motivos da vida daquele que o pratica.

Evidências (Timpka, Risto & Bjormsjo, 2007) sugerem que o futebol é a modalidade desportiva com o maior número de participantes em todo o mundo. Dados de 2012, da FIFA, sugerem que podemos encontrar 265 milhões de jogadores masculinos e femininos, além de cinco milhões de árbitros, perfazendo um total de 270 milhões de pessoas - equivalendo a quatro por cento da população do mundo - ativamente envolvidos no jogo de futebol. Essas são as conclusões impressionantes de um levantamento da FIFA de suas 207 associações-membro que, depois de ser realizado pela primeira vez em 2000, se repetiu em 2011, nas mesmas condições, parecendo oferecer uma visão interessante sobre o desenvolvimento do futebol em todo o mundo.

Nos Camarões (Ayuk, 2010), a popularidade e sucesso do futebol têm sido usados pelo governo, assim como em outros países africanos, e em desenvolvimento, para difundirem as forças centrífugas (etnia, língua, religião, bem como desequilíbrios econômicos) que causaram tensão em outras regiões. Assim, o futebol tem contribuído para a estabilidade política na República dos Camarões, promovendo uma integração social profunda. Contudo, apesar do sucesso, o governo não tem sido capaz de investir maciçamente no desporto que trouxe fama e glória ao continente, bem como o reconhecimento internacional.

Com base em Timpka et al. (2008, pp.796-797):

> Em 2007, o SuperBowl nos EUA foi assistido por mais de 90 milhões de telespectadores no mundo e atraiu anúncios dispostos a gastar US$2.5 milhões em cada comercial de 30 segundos. Em apenas algumas décadas, o desporto profissional tornou-se uma importante indústria internacional, que envolve não só os desportistas, treinadores e administradores, mas também empresas de mídia, fabricantes de equipamentos, profissionais de marketing e anunciantes.

O desporto, desde que esteja alinhado com uma complexa política social que englobe o governo e a sociedade, pode transformar-se em poderosa ferramenta para o processo de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência, mas para que possua força política esteja presente nos diversos mecanismos e programas sociais, o desporto necessita de conscientização de sua relevância e ocupe o lugar de destaque nos governos (Azevêdo & Barros, 2004b).

De acordo com Jackson, Howes, Gupta, Doyle e Waters (2005), as organizações desportivas proporcionam um cenário importante para as estratégias de promoção da saúde, que envolve políticas, comunicação de mensagens saudáveis e criação de ambientes de promoção da saúde. Com base nos autores, a introdução de intervenções políticas no seio das organizações desportivas pode ser uma estratégia valiosa para atingir comportamentos de alto risco, a exemplo do tabagismo, do consumo de álcool, do excesso de exposição ao sol, da alimentação pouco saudável e da discriminação.

A esse respeito, Priest, Armstrong, Doyle e Waters (2008) desenvolveram uma revisão de estudos controlados em avaliação de intervenções políticas através do desporto para elevar comportamentos saudáveis. Segundo os autores, não houve estudos rigorosos localizados para testar a eficácia de intervenções políticas organizadas através de organizações desportivas para aumentar comportamentos saudáveis, conhecimento, atitudes ou inclusão de políticas de saúde orientadas dentro das organizações.

Para Babiss e Gangwisch (2009), os adolescentes deveriam ter ampla oportunidade e encorajamento para participação em atividades desportivas, prevenindo a depressão e a ideia de suicídio mediante o aumento do suporte social e resgate da autoestima. Assim, a avaliação de resultados dos projetos, trata-se de um processo que procura determinar, de maneira sistemática e direta, a eficácia e efetividade de um projeto à luz dos seus objetivos, ou seja, busca-se na

avaliação dos projetos observar se os resultados de desenvolvimento esperados foram realmente atingidos (Ramos, 2010).

2.1.4 Sobre o direito ao desporto

O desporto, enquanto "direito de todos", passou a receber expressão política internacional a partir da década de sessenta, através do Manifesto Mundial do Esporte (1968), consolidando-se na Carta Internacional de Educação Física e Esporte, adotada pela Conferência Geral da UNESCO (1978), e a Carta Europeia Esporte para Todos (1976). Um novo conceito surge desse movimento, partindo do pressuposto de que o desporto é "um direito universal", implicando o reconhecimento do desporto - educação, e do desporto - lazer como dimensões sociais legítimas ao lado do desporto de desempenho (Azevêdo & Gomes Filho, 2011; Jesus, 2011).

Tal pressuposto rompeu com a perspectiva do Desporto Moderno de que o Desporto era uma prerrogativa dos talentos e anatomicamente indicados, isto é, fez o Desporto sair da perspectiva única do rendimento para a perspectiva do direito de todos às práticas desportivas. Entretanto, o sucesso desse tipo de iniciativa pelas organizações internacionais foi alcançado primordialmente nos países nórdicos e em Estados com alta renda *per capita* (Jesus, 2011).

Reafirmando a educação, a cultura e o desporto como direito de todos e dever do Estado, os participantes da primeira Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto em Brasília, indicaram ao Poder Legislativo - neste evento representado pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Camâra dos Deputados:

> [...] 7. Democratização dos espaços e do acesso à prática desportiva e aos demais interesses socioculturais do lazer; 8. A ampliação de investimentos nas políticas de prática desportiva, aberta à riqueza do universo cultural e lúdico brasileiro e de qualificação profissional; 9. Afirmação de políticas públicas para a educação, cultura e o desporto que valorizem a nossa diversidade e sejam efetivamente comprometidas com o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 217 (Capítulo III, Seção III – Do Desporto), alterou profundamente o conceito do Desporto no país, uma vez que além de criar uma ruptura na tutela estatal, formalizada desde 1941, com o Decreto Lei nº 3.199, de 14.04.1941, tratou, de forma pioneira, a prática desportiva como direito de todos os brasileiros e

ampliou o entendimento do fenômeno desportivo para práticas formais e não formais. As práticas formais e não formais, o direito de cada brasileiro à prática desportiva, a defesa dos desportos de criação nacional e a vinculação do lazer a um parágrafo do Capítulo Constitucional do desporto afastaram de vez a perspectiva única anterior voltada para o rendimento (Tubino, 2010).

Essa continuidade de percepção conceitual do Desporto promoveu programas federais desportivos sociais importantes, que trouxeram a inclusão para as ações do Estado. A instalação do Programa "Esporte Solidário" e o "Segundo Tempo" são dois bons exemplos de responsabilidade social do Estado usando o Desporto como meio (Tubino, 2010).

A partir da década de 90, o Estado brasileiro tomou para si a responsabilidade de fomentar o desenvolvimento do desporto nacional, de modo que o desporto de alto rendimento recebeu um maciço incentivo governamental, materializado principalmente na transferência de recursos públicos através de patrocínios por empresas estatais para seleções de modalidades desportivas diversas e no financiamento de grandes eventos desportivos, como ocorreu com os Jogos Pan Americanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2007. Em outra dimensão, enfatiza a criação de programas e projetos de cunho social, defendendo o uso do desporto como um mecanismo educativo, de inclusão social e de exercício da cidadania (Toledo & Bega, 2009).

Com base em Reverdito, Scaglia e Paes (2009, p.600) "[...] o desporto se desenvolveu de tal forma no século XX, que ultrapassou as fronteiras que há algumas décadas eram inimagináveis. Esse fato pode ser evidenciado logo que vislumbramos as inúmeras manifestações, os diferentes cenários, objetivos e motivos que levam diferentes pessoas às práticas desportivo-corporais diariamente".

Há necessidade de novos estudos de impacto dos projetos sociais nas comunidades, observando-se o desenvolvimento dessas comunidades, a partir da implementação de atividades desportivas e de lazer. "A criação de um índice de desenvolvimento do desporto e do lazer (Idel) poderia auxiliar universidades, empresas e governos na criação de áreas de inovação que propiciassem o desenvolvimento local" (Silva et al., 2006, p. 178).

2.2 Sobre a inclusão social

Este ponto discorrerá inicialmente acerca de conceitos relativos à inclusão social, em seguida apresentaremos aspectos históricos no domínio da inclusão social, para além da intersetorialidade: poder público (municipal, estadual e federal), privado e sem fins lucrativos. Finalmente, pretendemos apresentar qual é o papel do terceiro setor na inclusão de diferentes grupos sociais.

2.2.1 Conceitos

As discussões sobre inclusão provocam opiniões divergentes entre educadores, membros da comunidade e políticos (Thousand et al., 1997). Para Haring (1990, citado em Hart & Song, 2000, p.7), a inclusão social, ou integração, é a "plena participação nas interações sociais dentro de ambientes naturais que constituem uma rede estável".

Do ponto de vista de Collins (2004), o termo "inclusão social" surgiu como uma preocupação política europeia nos anos 1980, como consequência de mudanças no contexto europeu e foi originalmente definida em termos de pobreza. O caminho para a inclusão social foi tradicionalmente pensado para ser associado ao aumento do nível de renda dos cidadãos mais carentes para que possam participar economicamente dentro do sistema social. De acordo com essa interpretação, a inclusão social foi frequentemente colocada como a antítese da exclusão social (Waring & Mason, 2010).

M. Ribeiro (1999) indica que há indícios de que o conceito exclusão tenha aparecido na França, ainda nas décadas de 50/60, quando cientistas sociais tiveram sua atenção despertada para o aumento das populações situadas fora do mundo do trabalho, constituindo uma pobreza que os economistas classificavam como "residual". Nessa época, começa a tornar-se visível o empobrecimento acentuado de uma parte considerável da população francesa, em relação à prosperidade de outra parte.

Promover a inclusão social pode significar habilitar e capacitar os indivíduos a participarem na sociedade, melhorando suas chances de vida por meio das suas experiências sociais. Uma definição típica é que a inclusão social é um processo que garante às pessoas, em

risco de pobreza e exclusão social, ganharem as oportunidades e os recursos necessários para participarem plenamente na vida econômica, social e cultural e para desfrutarem de um padrão de vida e bem-estar que é considerado normal na sociedade em que vivem. Logo, ela garante que eles tenham uma maior participação na tomada de decisões que afetam suas vidas e de acesso aos seus direitos fundamentais (Waring & Mason, 2010).

De acordo com Waring e Mason (2010, p.518), "a inclusão social é um processo pelo qual atores sociais estão habilitados a participarem de uma ampla gama de oportunidades sociais". Para Quick e Fieldman (2011), a inclusão é orientada a fazer conexões entre as pessoas e ao longo do tempo. É um quadro amplo e permanente de interação, que utiliza as oportunidades para agir sobre itens específicos no domínio público como um meio de criar intencionalmente uma comunidade engajada em um fluxo contínuo de questões.

Com base Quick e Fieldman (2011), inclusão não é um estado final, mas um processo contínuo, como o processo contínuo de construção de uma comunidade democrática através de inquérito em curso. Entendido dessa maneira, a vitalidade de uma comunidade inclusiva requer contínua expansão de sua periferia.

Consideramos oportuno citar que a inclusão social envolve grupos desfavorecidos em atividades que seriam excluídos. Assim, no contexto das políticas sociais, o acesso ao lazer público tem sido uma grande preocupação do governo local (Hodgkinson & Hughes, 2012).

Do ponto de vista de Ridge (2006), a participação é um princípio fundamental da inclusão social. Neste caso, para as crianças que são pobres, o acesso a recursos adequados e oportunidades para a participação social são preocupações significativas. A pobreza pode ter um impacto profundo sobre a participação, excluindo as crianças de experiências sociais disponíveis para outras crianças mais ricas, e invadindo a sua capacidade de desenvolver e manter relações sociais satisfatórias.

Em termos gerais, para Hayes & Stidder (2003), a inclusão social refere-se a processos através dos quais os indivíduos podem ser integrados na sociedade e abrange muitos aspectos de iniciativas políticas do governo. A importância da inclusão social e provisão de lazer pelo governo central e local é expressa por Collins (2004, p 728), quando afirma que:

> Se no mundo moderno, o acesso ao desporto, atividade física e cultura faz parte do pacote das expectativas do cidadão, ou ainda, pelos valores de algumas pessoas, dos direitos do cidadão, então esta é uma questão de política social para o estado tanto a nível central quanto local.

O referido autor (Collins, 2004) considera que a inclusão social é a política ou ato de superar barreiras que as pessoas têm, dando-lhes mais oportunidades de exercerem a cidadania.

A inclusão social é um conceito-chave na definição de políticas públicas que levem à justiça social, assegurando a igualdade de direitos, de liberdade, e de serviços como educação, saúde, emprego, moradia, desporto e lazer (Silva et al., 2006).

Para Whitney (2007), a inclusão social exige envolver aqueles que não aceitam as regras do jogo: ou seja, aqueles cujas vidas fora da escola não estão de acordo com esses padrões e que estão constantemente a nos desafiar. Em outras palavras, o processo de (in) exclusão social e educacional pode ser entendido como uma forma ativa de interação e de integração social.

Outros autores (Azevêdo & Gomes Filho, 2011) indicam que podemos compreender a exclusão como resultando de processos de desintegração de vínculos sociais. Nesse sentido, é visto como um processo multidimensional de ruptura social progressiva, que conduz a separação de indivíduos e grupos de seus relacionamentos e instituições tradicionais. Assim, não afeta apenas indivíduos e grupos, mas o conjunto do corpo social, desconstituindo tradições sem as quais seria impossível sentir-se pertencente e integrado a uma comunidade.

Para os referidos autores (2011, p. 598), "a exclusão é vista como uma forma radical de injustiça e não apenas como problema de desenvolvimento ou integração social. Demandas por inclusão são tomadas como demandas políticas, usualmente integradas à defesa de direitos, incluindo direitos humanos".

Maciel (2000, p.56) sugere que:

> A inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua integração de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade. Cabe lembrar que uma sociedade inclusiva tem compromisso com as minorias, e não apenas com as pessoas portadoras de deficiência.

Superando a visão de que ao se falar de inclusão estamos nos referindo apenas às pessoas com necessidades especiais, vemos que estamos defronte às exigências expressas na humanidade,

que são o multiculturalismo, as desigualdades sociais, as diferenças pessoais, enfim, a inserção do que é mais humano no humano, a diversidade (Rodrigues, Lima, Duarte & Tavares, 2004).

A inclusão social é uma medida de ordem econômica, uma vez que o portador de deficiência e outras minorias tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, diminuindo, assim, os custos sociais. Dessa forma, lutar a favor da inclusão social deve ser responsabilidade de cada um e de todos coletivamente (Maciel, 2000). O indivíduo está socialmente excluído se ele reside em uma sociedade, mas por razões que fogem do seu controle, não pode participar nas atividades normais dos cidadãos daquela sociedade, e, no entanto, gostaria de então participar (Sherry, 2010).

2.2.2 Aspectos históricos

O Brasil é um país vasto e rico, no entanto possui uma dívida social que por séculos vem impedindo o país de cumprir o seu destino, por conta da desigualdade que se reproduz e se transmite de geração a geração. Estamos, porém, conseguindo alterar essa realidade e alcançando novos patamares de desenvolvimento e justiça social que alimentam e produzem esperanças com efeitos bastante positivos para nosso povo (Ananias, 2010).

A Constituição de 1988 instituiu o arcabouço jurídico que permitiu a consolidação do regime democrático no Brasil. Um conjunto de direitos sociais foi ali estabelecido como resultado de um longo e conflituoso processo de mobilizações sociais e políticas que marcaram os anos 1970 e 1980. Nessa trajetória, buscou-se ampliar o envolvimento dos atores sociais nos processos de decisão e implementação das políticas sociais, respondendo às demandas em torno da descentralização e da democratização do Estado brasileiro. A partir da nova Carta constitucional, os conselhos se institucionalizaram em praticamente todo o conjunto de políticas sociais no país, representando uma nova forma de expressão de interesses e de representação de demandas e atores junto ao Estado. Ao mesmo tempo, proliferam outras formas de participação social na prestação de serviços e na própria gestão social, impulsionando um movimento que havia adquirido novo vigor desde o início da década de 1980 (Silva, Jaccoud & Beghin, 2005).

A partir da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8742 de 7 de dezembro de 1993), a assistência tornou-se uma política de responsabilidade do Estado,

direito do cidadão e, portanto, uma política estratégica no combate à pobreza e para a constituição da cidadania das classes subalternas. Ao mesmo tempo, assim como em outras áreas de política pública, de acordo com as definições legais, a gestão dessa política passa a ser efetivada por um sistema descentralizado e participativo, cabendo aos municípios uma parcela significativa de responsabilidade na sua formulação e execução (I. M. De. Oliveira, 2003).

No cenário internacional, o Brasil foi um dos países menos afetados pela crise econômica mundial, tendo conseguido amenizar com eficácia os efeitos em nosso território. Nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pela primeira vez, ultrapassou 0,80, o patamar de países considerados de alto desenvolvimento humano. Nossa desigualdade está caindo e, embora ainda estejamos longe de alcançar o índice ideal, conseguimos, também pela primeira vez, manter a queda da desigualdade, mesmo no período de crise. Conseguimos cumprir a meta de redução da pobreza pela metade antes do prazo fixado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e trabalhamos agora com a meta de reduzir a pobreza a um quarto e erradicar a fome no país até 2015. Dentre as causas desses avanços, podemos destacar a introdução de uma concepção mais ampla e vigorosa de políticas sociais, articulada dentro de um projeto nacional pautado pelo conceito de desenvolvimento integral e integrado (Ananias, 2010).

Diante do crescimento da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, do fato da assistência social ainda se encontrar no campo das promessas (apesar do avanço legal), é que se considera importante o debate em torno dessa política pública na perspectiva da sua afirmação como política social orientada por padrões de universalidade e justiça, capaz de devolver a dignidade, a autonomia e a liberdade às pessoas que se encontram em situações de exclusão, abrir possibilidades para que essas pessoas estejam em condições de existir enquanto cidadãs(os) e para a incorporação de uma cultura de direitos pela sociedade civil. Por esse caminho, o horizonte que a política de assistência social permite chegar talvez seja o da cidadania (I. M. De. Oliveira, 2003).

Essas políticas, na verdade, são uma forma de retratação moral do Estado brasileiro para com a parcela da população esmagada pelos ditames do poder público segregalista e autoritário que impregnou na sociedade a ideia de oprimido, geralmente pobres e negros, subalterno e opressor, ricos influentes que escamoteiam a democracia.

A fome, personagem constante, é descrita como algo que imobiliza e frustra possibilidades de esperança. Em um depoimento de Paulo Freire, registrado em 1996 e reunido em publicação póstuma, ele vê a pobreza e a fome como um obstáculo à possibilidade de criar "hipóteses de amanhã" imposto a uma grande maioria da população brasileira. Segundo ele, a fome nos retira o direito de sonhar (Ananias, 2010).

Movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formatação de uma política de integração e educação inclusiva, sendo que o seu ápice foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais, em assembleia geral, na cidade de Salamanca, na Espanha, em junho de 1994. Este evento teve como culminância a "Declaração de Salamanca" (Maciel, 2000).

Podemos verificar também que a linha mestra estabelecida pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988) é detalhada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/ 96), a qual vem ratificar normas sobre a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, inclusive as com deficiência. Essas ideias aparecem na já citada Declaração Mundial, na Declaração de Direitos Humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros documentos (Rodrigues et al., 2004).

Mas as leis, por si, não garantem o necessário avanço das políticas sociais, que enfrentam períodos de aberturas e retrocessos. O lançamento do Programa "Fome Zero", em 2003, no primeiro governo do presidente Lula foi, portanto, um marco nas políticas sociais, porque foi a primeira vez que o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade de comandar políticas públicas voltadas para combater a fome e a pobreza, ou seja, o Estado reconheceu o caráter estrutural do problema e se empenhou em combatê-lo pela raiz (Ananais, 2010).

Os programas, por serem focalizados, atingem um segmento de jovens que vivem em territórios destituídos de serviços básicos, predominando uma quase absoluta ausência do Poder Público. Espera-se que essa população retorne à escola pública para concluir seus estudos, participe, quase de modo diário, de atividades educativas em alguma sede de associação local e, além disso, promova o desenvolvimento do seu bairro, quando o Estado e outras instituições não o fizeram (Sposito & Corrochano, 2005).

Para uma análise crítica (Raupp & Miltnisky-Sapiro, 2005), no domínio do alcance das metas relacionadas aos jovens em situação de risco pessoal e social, se faz necessário investigar o

que não está explicitado, considerando os vários aspectos para uma compreensão mais ampla dessa problemática. Assim, a investigação deve contemplar desde os espaços físicos destinados ao atendimento dos adolescentes, bem como o relato de profissionais e pessoas locais, possibilitando o tensionamento entre o "dito" e o "feito", correlacionando-os às políticas públicas e práticas cotidianas.

Sposito & Corrochano (2005, p.163) sugerem que:

> Muitos estudos ressaltam que é preciso transformar as condições de funcionamento e a qualidade da educação pública, uma vez que o abandono escolar precoce, muitas vezes, decorre de fatores internos ao sistema de ensino, incapaz de acolher, efetivamente, os grupos menos privilegiados da população brasileira (Sposito & Corrochano, 2005, p.163).

2.2.3 Intersetorialidade

Do ponto de vista estrutural, as relações entre o poder público e a sociedade civil são ambíguas e perpassadas pelo predomínio da desconfiança, resultando daí dificuldades para qualquer empreendimento comum (Raupp & Milnitsky-Sapiro, 2005). Certamente o ano de 2011 configurou este cenário em consequência do Decreto da Presidência da República (Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011) de suspensão de recursos nacionais destinados às ONGS no país - objetivando a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, face aos escândalos de corrupção que ocasionaram a mudança de ministro, tomada de contas especial e apuração de organizações sociais inadimplentes com o governo federal.

Do ponto de vista de Vianna e Lovisolo (2011), os números de alunos atendidos, e divulgados pelas estatísticas de instituições governamentais e sem fins lucrativos, não revelam o pouco tempo de permanência e enorme evasão dos participantes, o que pode colocar em dúvida o impacto dos propósitos de inclusão social.

A mobilização intersetorial objetiva a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando ao desenvolvimento social, superando a exclusão social. A proposta é fazer com que as ações intersetoriais possibilitem impactar a qualidade de vida dos diversos segmentos sociais da cidade através de um desenvolvimento sustentável (Junqueira, 2004).

A interação universidade-empresa-governo é cada vez mais a base estratégica para o desenvolvimento social e econômico nas sociedades industriais desenvolvidas e também naquelas em desenvolvimento (Silva et al., 2006). Em resumo, é na dinâmica da relação entre o Estado e a sociedade civil que o capital social se desenvolve. Daí a importância de novas sinergias entre o público e o privado, a sociedade e o Estado, em um esforço articulado entre eles.

Para Junqueira (2004), a complexidade dos problemas sociais torna necessário integrar os diversos atores sociais e organizacionais na gestão das políticas sociais, privilegiando a ação intersetorial. Nesse sentido, a intersetorialidade, enquanto integrativo de saberes e experiências das políticas setoriais, constitui um fator de inovação na gestão da política, e possibilita, também, a articulação das diversas organizações que atuam no âmbito das políticas sociais, constituindo as redes sociais. A intersetorialidade, para dar eficiência e eficácia à gestão das políticas sociais, exigem mudanças significativas na lógica da gestão, tanto das organizações públicas estatais como das organizações sem fins lucrativos, integrando-as para atender aos interesses coletivos.

Entendido dessa maneira (Junqueira, 2004, p.33), argumenta:

> A articulação dessas instituições e pessoas, constituindo redes sociais em torno de uma ideia, possibilita o enfrentamento dos problemas sociais. Essa inter-relação de pessoas e organizações permite um olhar diferente dos problemas sociais que apresentam características e complexidade crescentes. A complexidade desses problemas não pode ser encarada apenas da ótica de uma política, mas da integração de diversas políticas sociais, numa perspectiva intersetorial.

Fragoso e Guimarães (2010) sugerem que é muito difícil para as organizações da sociedade civil escapar do controle do Estado, o que muitas vezes impede a inovação e medidas alternativas para promover a emancipação social.

O modelo descritivo e explicativo proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (1996, citado em Silva et al., 2006) apoia-se na concepção de que as regiões são vistas e interpretadas pelas universidades e empresas como espaços de inovação e não apenas como áreas geográficas, geoeducacionais, culturais ou empresariais. Portanto, a interação operada e esperada pela hélice tríplice, se caracteriza pela presença das universidades como instituições de ciência e tecnologia com a responsabilidade social, quanto ao retorno de suas pesquisas, com perfil empreendedor e que atuam em conjunto com parceiros governamentais e empresariais (das indústrias e do

comércio) como empreendedores cívicos, com vistas a construir estratégias para o surgimento e crescimento de novos espaços proativos nas regiões em que estão inseridos (Silva et al., 2006).

Hodgkinson e Hughes (2012) apontam que é tempo de o governo repensar suas políticas no sentido de possibilitar colaborações entre o setor público, privado e voluntariado, e procurar compreender a forma mais efetiva de modernizar à frente, a provisão de lazer para a sociedade.

Um estudo de Alves e Pieranti (2007), acerca do "Estado e a formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil", objetivou contribuir para a formulação de uma política nacional de desporto para o país, a partir de uma pesquisa documental de trabalhos acadêmicos e leis referentes a esse tema. Nesse estudo, constatou-se a fragilidade dessa política, uma vez que não está historicamente ligada a uma estrutura consolidada no âmbito do Estado. Por outro lado, observou-se uma maior articulação dos atores no cenário político, propiciando avanços no processo de formulação dessa política.

A utilização política do desporto, notoriamente do futebol, tornou-se mais intensa durante a vigência de regimes autoritários. O Presidente da República Federativa do Brasil, Getúlio Vargas, patrocinava competições por meio da máquina estatal e aproveitava, já na década de 1940, o Estádio de São Januário, então o maior do Rio de Janeiro, para seus discursos comemorativos no Dia do Trabalho. Compunha assim sua imagem de "pai dos pobres", associada ao trabalhador assalariado e a suas áreas de interesse. O governo Médici aproveitou a Copa do Mundo de 1970, vencida pela Seleção Brasileira, para insuflar o patriotismo, usado como arma contra distúrbios políticos internos. Ao som da música tema da campanha, lembrou a união do povo e a ideia de um país grande e próspero, fomentando uma identidade positiva e associando o sucesso da conquista desportiva a um suposto sucesso político do governo (Alves & Pieranti, 2007).

O combate à exclusão social, ou os fatores que resultaram em pessoas que estão sendo excluídas, tornou-se um foco de atenção para as organizações governamentais e não governamentais nos últimos anos. Alguns argumentam que a educação física e o desporto não só refletem, mas também podem contribuir para a exclusão de alguns grupos sociais. No entanto, experiências positivas parecem ter o potencial para contribuir no processo de inclusão, levando os indivíduos a partir de uma variedade de fundo econômico e social juntos, em um interesse comum e proporcionando oportunidades para o desenvolvimento (Bailey, 2006).

Com base na OPAS (2003), para criar ambientes que ajudem as pessoas a serem fisicamente ativas, são necessárias políticas e iniciativas multisetoriais. Por exemplo, podemos pensar nas ações coletivas baseadas nos interesses da população, envolvendo diferentes atores sociais, como instituições públicas e as organizações não governamentais (ONGs). Ainda, notamos necessário envolvimento dos diversos setores, como os ministérios da saúde, do desporto, da educação, do transporte e do lazer, além de um trabalho de planejamento urbano em municípios e governos locais.

Com a virada do milênio, o processo educativo deve assumir um compromisso com a mudança social, se contrapondo às políticas educacionais e orientações pedagógicas ainda vigentes em vários países da America Latina e do mundo, que parecem ainda constituir instrumentos de perpetuação das desigualdades sociais. Educação e emancipação, como ensinou o grande mestre Paulo Freire, são faces de uma mesma moeda (Spozati, 2000).

2.2.4 O papel do terceiro setor

O terceiro setor abriga as mais diferentes formas de associação da sociedade civil. Nessa classificação está toda organização que não é estatal nem mercantil, ou seja, todas as associações sem fins lucrativos: de sindicatos e pequenos clubes a fundações, incluindo entidades religiosas. Entendido dessa maneira, para a presente proposta de estudo, conceituamos o terceiro setor porquanto espaço existente entre o Estado e o mercado.

No Brasil, assim como em outros países, ocorre o crescimento do Terceiro Setor que, por sua vez, coexiste com dois outros setores: o Primeiro Setor, representado pelo governo, cumprindo este uma função administrativa dos bens públicos, correspondendo assim às ações do Estado com fins públicos, tanto no âmbito municipal, estadual ou federal; e o Segundo Setor, representado pelo mercado, ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos.

Por que se criar fundações? De certo, em sociedades homogêneas, há menor número de organizações sem fins lucrativos; mas tem sido bem-sucedido o terceiro setor, promovendo a equidade? A resposta a essas perguntas por parte dos especialistas da área é de que o terceiro setor pode promover a equidade, mas não por si mesmo. O terceiro setor deve encontrar

parceiros, associando interesses para mudar e promover uma sociedade melhor, com o apoio do governo, do mercado e do setor sem fins lucrativos.

As fundações são entidades constituídas por um patrimônio, que adquire personalidade jurídica a serviço do bem comum. Ressaltamos a importância da existência de um patrimônio aliado ao objetivo de servir o bem social, para a instituição dessa entidade, sem a qual não é possível a sua criação (Maia, 2012).

Buscam-se mudanças e meios de tentar ajudar a sociedade, e hoje podemos encontrar uma grande variedade de tipos de fundações, com grande competitividade, envolvendo diferentes tipos de sujeitos, e a melhor ação é que deve mudar a regra do jogo. Até o século 20, não havia iniciativas organizadas para promover o desenvolvimento intersetorial da sociedade.

De acordo com Falconer (1999, p.9) "o terceiro setor torna-se uma área de estudo acadêmico, entrando na universidade, principalmente, através das escolas e faculdades de Administração". Dessa maneira, a agenda de pesquisa do terceiro setor tem desempenhado importante influência em todo o mundo. Esse é, certamente, um dos campos em que se deve avançar mais nas Ciências Sociais, pois nele há maior potencial de contribuição da pesquisa à sociedade.

Com base em Sposito e Carrano (2003) constata-se que debates e programas desenvolvidos por organizações não governamentais foram importantes como fomentadores de novas ideias para a ação do governo municipal. Tudo leva a crer que, antes de serem incorporados pela esfera governamental, programas e eventuais políticas destinadas aos jovens já vinham sendo experimentados pela sociedade civil, por meio das organizações não governamentais e de fundações empresariais, recobertos de extrema diversidade, quanto às orientações.

As mudanças que vêm ocorrendo no interior do aparato estatal brasileiro têm na descentralização uma das suas principais diretrizes, significando transferências para as instâncias mais periféricas do poder e para entes públicos, privados, a gestão das políticas sociais com o objetivo de garantir à população seus direitos sociais (Junqueira, 2004).

Há aspectos obscuros e um intenso debate ideológico sobre a relação entre os três setores, que não contam com o necessário suporte de fatos documentados, justificando a necessidade de pesquisa sobre o terceiro setor e sobre as relações intersetoriais (Falconer, 1999).

A necessidade de criação de projetos sociais só existe porque o Estado não está cumprindo com as suas obrigações de atender, de forma permanente e efetiva, as necessidades da população. Desse modo, tem transferido para a sociedade civil a responsabilidade de cuidar dos seus, através de programas que, muitas vezes, não têm continuidade e nem o compromisso de preparar a comunidade para a transformação de sua realidade (Souza et al., 2010).

Entre 1996 e 2002, o terceiro setor no Brasil mais do que dobrou em relação ao seu número inicial, com 275.000 organizações sem fins lucrativos e geração de aproximadamente 1.5 milhões de trabalhos (Lessa & Rosseti, 2006), mas poucas organizações avaliam a efetividade do investimento realizado, servindo-se apenas de relatórios para prestação de contas e resultados atingidos. Deste modo, uma das maiores dificuldades das organizações que compõem o terceiro setor está no processo de monitoramento e avaliação. Os programas devem ser avaliados com base nos resultados comparados com os objetivos a serem alcançados, e não apenas no preenchimento de relatórios de prestação de contas (Azevêdo & Barros, 2004a).

Nos últimos trinta anos, diferentes grupos engajaram-se no desenvolvimento da pesquisa científica sobre o terceiro setor, e o conceito de sociedade civil ficou fortemente associado à interação entre o Estado, o setor privado e a responsabilidade comunitária. Significativamente revigorado, fortalecendo o processo de democratização e ocupando o espaço entre o mercado e o Estado (Salamon et al., 1999), as organizações sem fins lucrativos vêm aumentando em tamanho, atuação e visibilidade no país, trazendo consigo a necessidade de análise e investigação enquanto significante ator político e social (Landim, 1993).

Diferentes áreas vêm sendo investigadas na atuação dessas organizações, demonstrando que a interação entre os diferentes setores (OPAS, 2003), baseadas no respeito pela competência específica de cada indivíduo, encoraja o desenvolvimento da educação física e do desporto no mundo (UNESCO, 1978). Por outro lado, consideramos importante salientar que o crescente espaço de atuação, ocupado por organizações da sociedade civil, trouxe não só efeitos positivos em termos de inovações e de proximidade cultural com o seu público-alvo, mas também interrogações quanto à efetividade de suas ações (Raupp & Milnitsky-Sapiro, 2005).

Para Pierre de Coubertin (1863-1937, citado em Müller, 2006), as Guerras acontecem porque as nações não se compreendem. Nós não teremos paz enquanto os preconceitos que agora separam as diferentes raças sobrevivam. Para atingir esse fim, o que seria melhor do que trazer a

juventude de todos os países juntos periodicamente para testes amigáveis de força muscular e agilidade? (Müller, 2006).

A inclusão social (Pegg & Compton, 2003) exige fazer do desporto um projeto ético (Bento, 2004); todavia uma reflexão ética do desporto (Bento, 1995) não pode limitar-se a encará-lo como um complemento da vida, mas compreendido enquanto fenômeno da existência humana. Entendido dessa maneira, "a Etnologia – ou Antropologia, como se prefere dizer presentemente, assume o homem como objeto de estudo, nas suas manifestações mais diversas" (Lèvi-Strauss, 2010, p.51). Assim, o estudo etnográfico é cada vez mais uma opção metodológica a ter em conta nas pesquisas a desenvolver no âmbito das ciências do desporto (Garcia, 2005; Sands, 2002).

Considerando a teoria acerca do desporto e inclusão social um tópico novo e emergente, é, pois, importante desenvolver uma pesquisa acerca desta temática no âmbito das ciências do desporto (Bishop, 2008).

É fundamental que se avance na sistematização dos componentes de intervenção, objetivando a sua consolidação, padronização e possibilidade de replicação de modelos de gerenciamento de projetos, proporcionando a ampliação dos impactos econômicos, sociais e ambientais alcançados. Logo, a presente proposta de estudo teve por interesse compreender o efeito de uma fundação privada sem fins lucrativos, denominada Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social de Feira de Santana – FAMFS, na dinamização e utilização do desporto na inclusão social da população residente em Feira de Santana, frente ao impacto social e desportivo local, regional, nacional e internacional.

2.3 Desporto e inclusão social

Este ponto discorrerá inicialmente acerca de algumas evidências em ciências do desporto, seguidamente apresentaremos manifestos internacionais, com ênfase no desporto e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU), internacionalização dos projetos nacionais, considerando a relação entre o poder público (esferas municipal, estadual e federal), o privado e o sem fins lucrativos no cenário internacional. Finalmente, pretendemos apresentar a década do desporto: '*tsunami desportivo'* no Brasil, considerando os megaeventos e legados em discussão no país, e estudos acerca do desporto e

inclusão social, incluindo artigos de revistas internacionais, teses de doutoramento, dissertações de mestrado, entre outras fontes de informação.

2.3.1 Evidências em ciências do desporto

As ciências do desporto têm um papel preponderante no estudo do corpo interagindo com outras áreas, nomeadamente, Medicina, Psicologia, Fisiologia, Biomecânica e a Sociologia. A evolução do conceito de Ciências do Desporto para a de Ciência do Desporto tem-se feito acompanhar pela transição de uma atitude estática, na explicação parcial dos problemas confinados ao objeto de estudo de cada "ciência do desporto", para uma atitude aberta e de cooperação, transcendendo o objeto delimitado de cada "ciência" (Mendes, Dias & Morais, 2009).

Segundo Tubino (1992, p.135), "existe uma tendência internacional de relacionar a teoria da Educação Física e do desporto a um campo científico, na maioria das vezes denominada ciências do esporte". Do ponto de vista do referido autor, a ciência do desporto compreende a conexão entre os diversos campos do conhecimento com os fatos desportivos. O referido autor ressalta que existem duas outras correntes que não aceitam uma ciência do desporto, mas sim uma ciência do movimento humano e uma ciência da motricidade humana. Por outro lado, a expressão "ciência do desporto" parece predominar nas discussões científicas da área, inclusive compreendendo todas as teorizações sobre atividades físicas em geral.

No dizer de Bishop (2008, p.253):

> A ciência do desporto pode ser pensada como um processo científico utilizado para orientar a prática do desporto com o objetivo último de melhorar o desempenho desportivo. Entretanto, apesar desta meta, o consenso geral em que a tradução da pesquisa em ciência do desporto para a prática é pobre.

Em se tratando das pesquisas nas áreas das ciências do desporto, vislumbra-se pelas próprias tendências internacionais a vertente temática relativa às "Políticas públicas de desporto e terceiro setor" (Azevêdo & Barros, 2004a; Mendes & Azevêdo, 2010). Especificamente para a área pública, estudos direcionados ao desenvolvimento de diagnósticos e avaliações das ações em

busca da construção de um corpo de conhecimentos que contribua para a formação de políticas públicas de desporto mais realistas para o país.

De acordo com Brochado (1995), os problemas enfrentados pela ciência do desporto na Alemanha são semelhantes aos que se observam no Brasil. A especialização crescente dificulta a integração de conhecimentos e, consequentemente, a ciência se distancia do homem e das suas reais necessidades.

A concepção de ciência que vem pôr em causa o modelo positivista e o determinismo vem também contestar um discurso epistemológico que enaltece o modelo experimental de investigação científica (herdado do Positivismo) que, consequentemente, estabelece um estatuto de superioridade das Ciências Naturais relativamente às Ciências Sociais. A contestação do modelo Positivista representa também a possibilidade de afirmação de novas abordagens científicas para além da ciência de base experimental, razão pela qual (nesse contexto) se assiste à afirmação de uma diversidade de metodologias científicas e das próprias Ciências Sociais relativamente às Ciências Naturais (Mendes et al., 2009).

O Desporto não resolve todos os problemas sociais nem é a solução milagrosa para todos os males do corpo e da alma. Este constitui um fenômeno multifacetado e complexo que necessita de ser mais investigado nas suas diversas vertentes e dimensões. Face ao exposto, conclui-se que a Ciência do Desporto, enquanto "estudo do corpo", nas suas mais diversas vertentes, deverá assumir uma atitude aberta e cooperante no seio das Ciências Naturais e das Ciências Sociais. A interdisciplinaridade que resulta destas ciências aponta para a utilização de abordagens múltiplas, direcionadas para a atividade prática de intervenção e transformação da sociedade (Mendes et al., 2009).

Historicamente, o desporto tem sido desconectado do domínio educacional, no entanto, evidências indicam que "[...] a integração do desporto e atividades no contraturno escolar poderia produzir efeitos avançados sobre a saúde física, socioemocional e bem-estar acadêmico" (Coatsworth & Conroy, 2007, p.57). São programas desenvolvidos no contraturno escolar, "que geralmente utilizam um desporto em particular (por exemplo, tênis, futebol, squash, beisebol ou basquete) para facilitar a aprendizagem e desenvolver habilidades para a vida na juventude" (Perkins & Noam, 2007, p.75).

Os crescentes níveis de obesidade infantil têm levado a um crescente número de iniciativas patrocinadas pelo governo na tentativa de conter o problema. A esse respeito, evidências indicam que (Voss, Hosking, Metcalf, Jeffery & Wilkin, 2008, p.470) “grande parte do foco até a data tem sido a atividade física fora da escolar, em particular”. Entendido dessa maneira, a ocupação do tempo fora da escola passa a representar um dos importantes fatores para predizer o desenvolvimento da juventude (Taliaferro et al., 2010).

É fato que a ocupação do tempo livre, através de práticas desportivas, é considerada uma oportunidade de incentivo a comportamentos saudáveis (A. Da S. C. Costa, 2006), contudo há de se levar em consideração que, à medida que as crianças crescem, há uma tendência de redução da participação em atividades desportivas fora da escola (Crombie, 1996). Assim, a recomendação é que criemos condições para a aquisição e manutenção de um estilo de vida fisicamente ativo (CONFEF 2010; Kilpatrick, Hebert & Bartholomew, 2005).

Cumpre destacar que esses programas ou utilizam infraestrutura terceirizada ou mesmo a escolar, sem, contudo, investir em melhorias nessa área. A estruturação dos programas, a formação e, portanto, a competência dos agentes sociais que atuam nesses programas é questionável. Esse contexto nos induz a uma ideia de massificação e detecção de atletas e não de democratização do acesso ao desporto e ao lazer (Mendes & Azevêdo, 2010, p.132).

O desporto pode oferecer significativas contribuições para o desenvolvimento humano (Bailey, 2006; Elling & Knoppers, 2005). Entre as medidas que vêm sendo adotadas para incentivar um comportamento ativo, existem as campanhas de encorajamento de atividades físicas inseridas no dia a dia, enquanto forma de deslocamento para a escola, por exemplo, como é esperado no caso de crianças de famílias de baixa renda. Ainda, a utilização de imagens saudáveis parece contribuir na percepção e reforço de hábitos saudáveis durante a fase adulta (Werch et al., 2003).

As grandes distâncias entre os locais de trabalho e moradia obrigam a grande massa de trabalhadores a despender uma parcela importante do seu tempo diário na locomoção, muitas vezes saindo e voltando a suas casas sem ver a luz do sol. Nos grandes centros urbanos já é comum a existência de cidades satélites, também chamadas de dormitórios, cuja principal razão de ser é dar o descanso necessário (sono) à mão de obra para produzir no dia seguinte (Marcellino, 1983).

O referido autor (Marcellino, 2000) sugere, ainda, que a grande maioria das cidades não conta com um número suficiente de equipamentos de lazer para o atendimento da população. E o que é pior: muitos deles, mantidos pela iniciativa privada, como teatros e cinemas, estão fechados e dando lugar a empreendimentos mais lucrativos.

Mesmo as cidades que contam com um razoável número desses equipamentos, nem sempre o seu uso é otimizado, pela falta de conhecimento do grande público, ou seja, pela divulgação insuficiente entre os próprios moradores. Nesse sentido, iniciativas particulares vêm sendo tomadas e devem merecer apoio; mas o poder público não pode ficar ausente. Além da luta por novos espaços, é preciso tratar da conservação dos já existentes.

Como definir um desenvolvimento bem-sucedido? Alkire e Deneulin (2009) nos convidam a pensar em um modelo, cujo objetivo é atingir e manter elevados índices de desenvolvimento econômico. Neste caso, a unidade de análise é evidente: a economia. Quem sabe poderemos pensar na economia nacional, ou mesmo na economia de uma região em particular ou setor? Por outro lado, pensemos em uma abordagem de desenvolvimento cujo objetivo é expandir o que as pessoas são capazes de fazer e ser, o que poderíamos chamar de reais liberdades. Essa abordagem coloca em primeiro lugar as pessoas, de modo que uma rica economia passa a ser aquela que possibilita às pessoas desfrutarem de uma longa vida saudável, boa educação, trabalho, segurança, entre outros. Logo, a segunda abordagem parte de uma abordagem do dinheiro para aquilo que as pessoas podem fazer e ser em suas vidas, agora e no futuro.

Azevêdo e Barros (2004a) abordaram a relevância de uma gestão governamental profissional do desporto brasileiro e o perfil do servidor público que atuou nesse setor, entre 1995 e 2002. Para os autores, a gestão pública do desporto possui decisivo valor na definição de prioridades e implantação de políticas sociais. A pesquisa envolveu coleta e análise de documentos oficiais, aplicação e avaliação de questionário aos técnicos que participaram do planejamento, análise e avaliação de programas desportivos do governo federal, entre 1995 e 2002. Observaram-se, nesse período, diversas substituições ministeriais e demais profissionais de diversos escalões do governo. Uma gestão profissional na atuação governamental é importante na busca de resultados sociais abrangentes a todo o país. A profissionalização da gestão pública do desporto brasileiro é fundamental para a promoção de seu exercício enquanto um direito

constitucional e ação social relevante. Observamos os resultados quando vemos competente utilização dos recursos para a consecução dos objetivos sociais a eles vinculados.

Bento (2004, p.208) sugere que:

> Renovar o desporto à luz da sua configuração para o bom e o bem, é fazer dele um projeto ético. Um projeto contra a ignorância e a mediocridade no plano da razão e da competência cognitiva e moral e contra o oportunismo, a indiferença, a manipulação e o descaso no plano cívico e social.

Werch et al. (2003) indicam que utilizar o desporto ou atividade física, como um tema para a construção de uma intervenção de prevenção do abuso de substância, oferece uma estratégia inovadora que pode ter um maior apelo para os adolescentes do que as típicas intervenções. Os referidos autores sugerem que esta medida pode, potencialmente, reduzir o uso de álcool, aumentando a frequência de exercícios.

Tal como exposto por Gaya (2010): Onde somos originais? Onde se materializa nossa criatividade? Onde nos livramos da ditadura do método? Quando deixamos de tagarelar sempre as mesmas formas de dizer as mesmas coisas? Enfim, quando "ligamos" nossos cérebros?

Há a necessidade de novos estudos de impacto dos projetos sociais nas comunidades, observando-se o desenvolvimento dessas comunidades, a partir da implementação de atividades desportivas e de lazer. A criação de um índice de desenvolvimento do desporto e do lazer poderia auxiliar universidades, empresas e governos na criação de áreas de inovação que propiciassem o desenvolvimento local (Silva et al., 2006).

2.3.2 Manifestos internacionais

O desporto representa uma importante indústria na geração de emprego, renda e envolvimento de diferentes esferas da sociedade (Timpka et al., 2008). Organismos internacionais apresentam-no enquanto componente significativo das metas para o desenvolvimento das Nações Unidas (UN, 2004), em particular os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, contudo a publicação de estudos de impacto é ainda novidade no Brasil.

De acordo com o Livro *Branco do Desporto* (Comissão das Comunidades Europeias, 2007) e a legislação portuguesa (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Atividade

Física e do Desporto), verificamos que o desporto contribui de forma importante para a coesão econômica e social e uma maior integração na sociedade, promovendo o desenvolvimento das relações sociais, estimulando o contato entre países e cidadãos. Também, personalidades mundiais têm evocado a dimensão social do desporto. Por exemplo: Nelson Mandela, prêmio Nobel da Paz, em 1993, afirma que: "The Sport has the power to change the world. It has the power to unite people in a way that little else does".

Há entusiasmo internacional e um compromisso bem estabelecido na política nacional e internacional de desportos para promover a participação social, para a ideia de que o desporto pode ser usado para promover a 'inclusão social' (Kelly, 2010).

Dentre os Manifestos dos organismos internacionais, de modo geral, reagiram às exacerbações do desporto de alto rendimento e foram importantes nas reflexões sobre o sentido que as competições desportivas estavam tomando. Tubino (2010) sugere que os principais documentos internacionais de reação foram:

- Manifesto do Esporte (1968), do *Conseil Internationale d´Education Physique et Sport* (CIEPS), assinado pelo Prêmio Nobel da Paz Noel Baker, no qual, pela primeira vez, foi defendido que: o desporto não era somente rendimento, mas que existia um desporto na escola e um desporto de homem comum;

- Manifesto Mundial de Educação Física, da *Fédération Internationale e´Education Physique* (FIEP, 1970), no qual esse organismo internacional tentou reforçar as conexões da Educação Física com o desporto;

- Carta Europeia de Esporte para Todos, em que foi praticamente estabelecido o referencial teórico para o movimento "Esporte Para Todos";

- Manifesto do *Fair-Paly*, editado em 1975, que mostrou a relevância do *Fair-play* nas competições, no sentido da ética e convivência humana;

- Carta de Paris, resultante do “I Encontro de Ministros de Esporte e Responsáveis pela Educação Física” (1976), em que o desporto foi considerado uma efetiva manifestação de Educação permanente.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2010) realizou, em Setembro do ano 2000, a Cúpula do Milênio, visando reverter os maiores problemas mundiais que afetam diretamente a qualidade de vida de milhões de pessoas. Desse encontro nasceu a Declaração do Milênio, que estabeleceu oito iniciativas para tornar o mundo melhor e mais justo até 2015. Elas se tornaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), uma plataforma humanista apoiada por líderes de 191 nações, entre elas o Brasil. Os ODM são:

- Acabar com a Fome e a Miséria;
- Educação Básica de Qualidade para Todos;
- Igualdade entre os Sexos e Valorização da Mulher;
- Reduzir a Mortalidade Infantil;
- Melhorar a Saúde das Gestantes;
- Combater a AIDS, a Malária e Outras Doenças;
- Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente;
- Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento.

No âmbito do governo federal, diversos ministérios desenvolvem políticas e programas que se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Compete à Secretaria-

Geral da Presidência da República a responsabilidade de mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil, órgãos públicos, prefeituras e governos estaduais que desenvolvem projetos e ações em prol dos ODM.

A Secretaria-Geral coordena o Prêmio ODM Brasil, em conjunto com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); incentiva a mobilização dos núcleos e comitês dos ODM nos estados e municípios; articula a participação de gestores públicos nos debates sobre os ODM; dissemina as metas e os Objetivos do Milênio; e busca envolver as comunidades nessa temática.

O desporto tem sido reconhecido como uma ferramenta viável e prática para auxiliar na realização dos ODM. Muito embora ele não tenha a capacidade de abordar exclusivamente os ODM, certamente o desporto pode ser muito eficaz quando faz parte de uma abordagem ampla e holística. Contudo, muitos países em desenvolvimento ainda desconhecem as maneiras pelas quais o desporto pode ser utilizado em prol dos objetivos de desenvolvimento. Logo, entendemos ser necessário posicioná-lo enquanto uma ferramenta transversal valiosa para atingir os ODM.
Dentre as contribuições do desporto para os Objetivos do Milênio (ONU, 2010), existem:

Erradicar a pobreza extrema e a fome

- Os participantes, voluntários e treinadores podem adquirir habilidades para a vida, e aumentar a sua empregabilidade;

- Indivíduos vulneráveis são ligados a serviços e apoio à comunidade através de programas desportivos;

- Programas desportivos e a produção de equipamentos podem gerar empregos e desenvolvimento de habilidades;

- O desporto pode ajudar a prevenir doenças que impedem as pessoas de trabalhar, e sugerir custos de cuidados de saúde aos indivíduos e às comunidades;

- O desporto pode ajudar a aumentar a autoestima, autoconfiança e habilidades sociais, levando a um aumento na empregabilidade.

Alcançar o ensino primário universal

- Programas de desporto escolar motivam as crianças para se inscreverem e frequentarem a escola, e podem ajudar a melhorar o desempenho acadêmico;

- Programas desportivos de base de educação comunitária oferecem oportunidades de educação alternativa para crianças que não podem ir à escola;

- O desporto pode ajudar para que as crianças com deficiência frequentem a escola.

Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres

- O desporto ajuda a melhorar a saúde física e mental do sexo feminino e oferece oportunidades de interação social e de amizade;

- Participação desportiva leva ao aumento da autoestima, autoconfiança e acentuado senso de controle sobre o próprio corpo;

- Meninas e mulheres têm acesso a oportunidades de liderança e experiência; o desporto pode causar mudanças positivas nas normas de gênero que garantem às meninas e às mulheres maior segurança e controle sobre suas vidas;

- Mulheres e meninas com deficiência são capacitadas pela oportunidade, no desporto de base, na aquisição de informações sobre saúde, habilidades, redes sociais e experiência em liderança.

Reduzir a mortalidade infantil

- O desporto pode ser usado para educar e oferecer informações de saúde para mães jovens, resultando em crianças saudáveis;

- O aumento da aptidão física melhora a resistência das crianças a algumas doenças;

- O desporto pode ajudar a reduzir a taxa de alto risco da gravidez na adolescência;

- Campanhas desportivas e preventivas de vacinação ajudam a reduzir a mortalidade infantil e incapacidade, provocadas por sarampo, malária e poliomielite;

- Programas desportivos inclusivos ajudam a promover uma maior aceitação das crianças com deficiência.

Melhorar a saúde materna

- O desporto, para programas de saúde, oferece às meninas e às mulheres maior acesso às informações sobre saúde reprodutiva e serviços de saúde;

- Bons níveis de aptidão física ajudam a acelerar a recuperação pós-natal.

Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças

- Programas desportivos podem ser usados para reduzir o estigma e aumentar a integração social e econômica das pessoas que vivem com HIV;

- Programas desportivos são associados com taxas mais baixas de comportamentos de risco de saúde, que contribuem para a infecção pelo HIV;

- Programas que proporcionem a prevenção do HIV, educação e capacitação podem reduzir ainda mais as taxas de infecção pelo HIV;

- Pode ser usado para aumentar as taxas de vacinação contra o sarampo, a poliomielite e outras doenças;

- Envolvimento de celebridades atletas e uso de eventos desportivos de massa podem aumentar o alcance e o impacto de campanhas de educação e prevenção da malária, tuberculose, dentre outras campanhas.

Garantir a sustentabilidade ambiental

- Campanhas desportivas de educação pública podem aumentar a conscientização da importância da proteção do ambiente e a sustentabilidade;
- Iniciativas desportivas de mobilização social podem melhorar a participação, na ação da comunidade, para melhorar o ambiente local.

Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento

- Esforços para o desporto, desenvolvimento e paz catalisam parcerias globais e aumentam relacionamentos entre governos, doadores, ONGs e as organizações desportivas mundiais.

Do ponto de vista de Jesus (2011), os programas que buscam utilizar o desporto como meio de reconciliação, comunicação em regiões de conflito e realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas são limitados. Para o referido autor, os programas pouco engajam as pessoas sem oportunidades de praticar atividades desportivas.

2.3.3 Internacionalização dos projetos nacionais

A Constituição Federal de 1988 alterou profundamente o significado do desporto no Brasil, uma vez que passou a considerá-lo direito de todos os brasileiros (Filgueira, 2008). Pela primeira vez no país, o desporto passou a ser uma questão de Estado, consolidando o preceito constitucional de desporto e lazer como direito de todo cidadão. No entanto, desde a Reforma do Estado, iniciada em 1995 (Abong, 2007), cabe a este o dever de coordenar e financiar as políticas públicas, mas não de executá-las.

Mesmo com a promulgação da nova Carta Magna, o desporto não foi prontamente regulado. O Ministério do Esporte foi criado apenas em 1995, com caráter extraordinário, sete anos depois de entrar em vigor o mais importante documento legal do país. Para que se evidenciasse a necessidade de criação de um ministério permanente, cuja existência não dependesse das nuances da política brasileira, foram necessários outros oito anos. Os prazos amplos demonstram a falta de um pronto reconhecimento da importância do desporto para o país (Alves, & Pieranti, 2007).

A história institucional do Ministério do Esporte (Azevêdo & Barros, 2004a) tem o seu início em 1937, quando, através da Lei nº 378, de 13 de Janeiro de 1937, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Apenas em Janeiro de 2003 o desporto passou a ter um Ministério único com a missão de formular, desenvolver políticas públicas afirmativas e de inclusão, considerar o desporto e o lazer enquanto direitos de todo cidadão e contribuir para o desenvolvimento do país.

O Ministério do Esporte é o responsável por construir uma Política Nacional de Esporte (Resolução nº 05 do CNE, de 14 de Junho de 2005) e propiciar uma gestão democrática, com o estabelecimento de parceria com as comunidades desportivas, esferas municipal, regional e federal, universidades, associações e sociedade em geral. A diversificação dos recursos é considerada um aspecto imprescindível para desenvolver os programas desportivos sociais do governo federal e alcançar os objetivos propostos. Tais programas visam à inclusão de diferentes grupos sociais, mediante as três principais formas de intervenções do desporto: educacional, de participação e de alto rendimento.

Em 2008, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou a campanha institucional: "Começar de Novo" (Resolução nº 96, de 2009), com o objetivo de sensibilizar a população para a necessidade de recolocação no mercado de trabalho, e na sociedade, dos presos libertados após o cumprimento de penas, além de dar mais efetividade às leis de execução penal, diminuindo os índices de reincidência. Trata-se do amparo legislativo dos apenados do Sistema Penitenciário e Menores Infratores, mediante a garantia do direito ao trabalho e ocupação do tempo livre de forma produtiva, objetivando diminuição da reincidência e inclusão social.

As potencialidades do desporto como estratégia de inclusão social na instituição prisional parecem ser enormes, "contudo, será prudente aproveitá-las como contributos modestos, como possibilidades que carecem de ser experimentadas" (Marivoet, 2005, p.33). Dessa maneira, consideramos que a não qualificação para o mercado de trabalho, mantendo o apenado despreparado, facilitará o retorno à delinquência. A privação do trabalho ao preso pode ser comparada à condenação a uma "morte" lenta e gradual, sem perspectivas de retorno ao convívio social. Em tais circunstâncias, o indicador de reincidência (Gilling, 2001) é um dos possíveis determinantes de efetividade das ações, entendido enquanto capacidade de transformação e mudança social (Wilson, Rojas, Haapanen, Duxbury & Steiner, 2001).

Acerca dessa temática, existem ainda muitas questões a serem aprofundadas. Alguns estudos sugerem que os programas recreativos, incluindo os desportivos, podem reduzir a criminalidade, contudo outros autores não apenas se mostram em desacordo com essa ideia, mas também consideram que as práticas desportivas podem aumentar a agressividade e o comportamento antissocial (Martos Garcia et al., 2009).

Programas destinados a alcançar populações específicas (denominadas de 'carentes', 'em risco', 'desafeto') servem ao propósito de desenvolvimento do desporto, aumentando a diversidade dos participantes. Isso também contribui para o desporto a pessoas que, por uma razão ou outra, não tiveram oportunidades de participação como a das outras. Logo, a prestação equitativa de bens sociais, como desporto, é uma questão importante para o financiamento dos programas de governo (Green, 2008).

No âmbito de políticas governamentais, desde 2005, percebe-se uma relação mais intensa entre o governo brasileiro e o de Angola. Na ocasião, foi lançado, em Luanda, o "Programa

Segundo Tempo", que o Ministério do Esporte do Brasil já desenvolvia desde 2003; trata-se de um projeto de promoção da inserção social por meio da prática desportiva.

Juntamente, foi também implantado o "Projeto Pintando a Liberdade", no qual presos da Cadeia Pública de Viana produziam bolas para serem utilizadas nas atividades do programa anterior: o nosso país contribuiu não só com a ideia e com a tecnologia, como também com onze toneladas de matéria prima (Melo, 2009).

Para listar alguns casos de sucesso dos programas nacionais e a internacionalização dos projetos desportivos sociais do governo federal, com base em diferentes notícias divulgadas nos últimos dez anos, podem-se encontrar no site do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br):

- Em 2002, a Associação Internacional de Desporto para Cegos (IBSA) oficializou o uso das bolas brasileiras produzidas pelo Ministério do Esporte em competições internacionais;

- Em 2004, o Governo Brasileiro fez integração com a África para distribuição de material desportivo, tendo, através do Programa "Pintando a Liberdade e Cidadania" do Ministério do Esporte, exportado bolas para mais de cem países no mesmo período;
- Em 2005, foi instalada uma fábrica de materiais desportivos em Cuba, e doado material para missão brasileira no Haiti. Ainda, o "Pintando a Liberdade" e Pelé, estiveram na cidade de Abuja, na Nigéria, com o Ministério do Esporte;

- O Programa "Pintando a Liberdade" foi mostrado na Alemanha em 2006;

- Em 2007, o Programa "Pintando a Liberdade" mostrou os benefícios do desporto nos Jogos Pan-americanos, e com material desportivo variado fez sucesso no exterior. No mesmo período, o mundial de cegos utilizou bolas feitas pelos detentos;

- Em 2008, a IBSA oficializa o uso das bolas brasileiras, produzidas pelo programa do Ministério do Esporte;

- Em 2009, o Brasil capacitou costuradores de bolas para Fábrica do "Pintando a Cidadania" em Maputo, Moçambique;

- A seleção brasileira de futebol doou material desportivo do Ministério do Esporte às crianças africanas, durante a Copa do Mundo na África do Sul, em 2010;

- O campeonato europeu de futebol de cinco usou bolas brasileiras com guizos, em 2011, e servidores públicos do Governo de El Salvador foram capacitados em uma unidade do "Pintando a Liberdade e Cidadania" do Distrito Federal e do Estado da Bahia, para implantação de uma unidade do programa em San Salvador (foto anexa).

A despeito dessas ocorrências, no âmbito da investigação científica, que tem o desporto como tema, não identificamos grande número de iniciativas de colaboração entre os países de Língua Portuguesa e o Brasil. Mesmo que há mais de 18 anos venham sendo realizados os Congressos de Educação Física e Ciências do Esporte para países de Língua Portuguesa, em que Brasil e Portugal desempenham papel de liderança, esses importantes eventos ainda não foram capazes de desencadear um movimento generalizado de intercâmbio e contribuição acadêmica (Melo, 2009, p.15).

A maioria está familiarizada com o argumento de que o desporto é bom para si. Na verdade, tal crença está subjacente não só a algumas das nossas decisões, mas também às políticas públicas. Além disso, há também uma crença relacionada com benefícios que vão além do indivíduo, de maneira a apoiar o desenvolvimento da Comunidade (Long & Sanderson, 2001).

O desporto é, na atualidade, assim como outros processos de expressão coletiva da humanidade, um amplo fenômeno social, econômico e cultural, "que percorre o mundo globalmente e que carece de ser entendido na sua contribuição real ou potencial, para os processos de desenvolvimento da humanidade" (Bento & Constantino, 2009, p.8).

Por um lado faltam pesquisas, no domínio dos benefícios e resultados sociais da participação em atividades desportivas; todavia alguns autores (Long & Sanderson, 2001; Sherry, 2010, p.62) sugerem que "a participação desportiva para grupos socialmente excluídos pode ter

uma mudança substancialmente positiva para o indivíduo, assim como valiosa contribuição para as comunidades".

2.3.4 Década do desporto: "*tsunami desportivo*" no Brasil

Os Jogos Mundiais Militares, em 2011; a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo em 2014; a Copa América de Futebol, em 2015 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 são exemplos de megaeventos desportivos que estão a acontecer na década do desporto no país. Mas quais dimensões sociais que o contexto de realização dos megaeventos trouxe ou, por ventura, pode trazer para o Brasil?

De acordo com o Portal da Copa do Ministério do Esporte (2012):

> Estima-se que a Copa do Mundo da FIFA 2014 agregará 183 bilhões de reais ao PIB do país e mobilizará 33 bilhões de reais em investimento em infraestrutura, com destaque para a área de transporte e sistemas viários. Aproximadamente 3,7 milhões de turistas brasileiros e estrangeiros, deverão gerar, no período do evento, R$ 9,4 bilhões. Em todas as áreas, 700 mil empregos permanentes e temporários serão criados.

O Portal da Copa surge com o objetivo de ser o ponto de união entre os conteúdos produzidos pelo governo federal e pelas cidades-sede sobre a Copa do Mundo FIFA 2014. As decisões do Grupo Executivo da Copa; o andamento de obras em estádios, aeroportos e nos serviços de mobilidade urbana; o noticiário sobre as Câmaras Temáticas, que atuam em áreas como arenas, infraestrutura, segurança, promoção comercial, turismo, saúde, cultura, educação, transparência e sustentabilidade.

A FIFA, hoje, congrega mais países do que a própria Organização das Nações Unidas (ONU). A última Copa disputada no Brasil foi em 1950. O país que mais detém títulos mundiais no futebol precisava mesmo voltar a sediar uma das mais importantes competições desportivas do planeta. Convidado para ministrar a palestra de abertura do 10º Fórum Internacional de Esportes, realizado em Florianópolis (SC), que contou com cerca de 1,5 mil participantes, o presidente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF falou sobre as oportunidades que surgirão para a área com a vinda dos grandes eventos desportivos - Jogos Mundiais Militares (2011); Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Filgueira (2008, p.68), sugere que:

> Refletir sobre a importância dos legados de megaeventos desportivos importa pensar sobre o projeto de sociedade que buscamos. Uma sociedade soberana e democrática, voltada para a emancipação dos trabalhadores e para a garantia de condições dignas de vida e dos direitos fundamentais a todos os cidadãos, no sentido de alcançar a contínua satisfação das necessidades humanas. Vista sob essa ótica, a geração de legados pressupõe uma ação determinada, proativa, acima de tudo referenciada na perspectiva do desenvolvimento humano, da justiça e da inclusão social desta e de futuras gerações.

Como fazer com que a realização de megaeventos desportivos produza legados que contribuam para a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade que caracteriza a estrutura da sociedade brasileira? Para Filgueira (2008, p.69): "esse é o grande desafio que deve pautar e orientar a ação dos agentes públicos".

Do ponto de vista de Rubio (2005), a avaliação do legado de uma cidade olímpica oscila entre os benefícios (ou prejuízos) materiais e humanos. Essa condição leva à posterior apropriação dos equipamentos urbanos, incorporando-os às atividades da comunidade.

A realização de megaeventos abrange desde as receitas e os custos específicos dos jogos até uma série de outros fatores, como novas formas de financiamento, aceleração do desenvolvimento e renovação urbana, o que envolve centros de convenções, instalações culturais, parques temáticos – entre outras combinações – nas cidades e nos países organizadores. Portanto, o "legado" decorrente desses eventos também se encontra firmemente associado a resultados não desportivos, sendo importantes fontes de legitimidade para o recebimento dos próprios jogos, com impacto social e cultural dentro das comunidades.

Os megaeventos são tomados, na atualidade, como uma estratégia para reformular, reordenar e reabilitar espaços degradados da cidade. Observa-se que obras planejadas e previstas para esse fim demoram anos, senão décadas, para serem implementadas pelos trâmites habituais. Os megaeventos passaram a ser usados para desencadear obras onerosas aos cofres públicos, desestabilizadoras da ordem cotidiana e de finalidade discutível quando não conta com a participação popular (Rubio, 2010).

Rubio (2010, p.7) sugere, ainda, que:

> Quando os Jogos Olímpicos foram restabelecidos nos idos de 1894 seus idealizadores imaginavam que seu principal objetivo era a promoção da paz. Assim como outras organizações internacionalistas que surgiram nessa época, o Comitê Olímpico Internacional acreditava ser possível buscar a resolução de conflitos pelo uso da razão

> e das leis, e não pelas armas. Dentro dessa lógica a competição esportiva era uma metáfora do confronto, uma forma racionalizada de conflito, sem o uso da violência.

A sociedade brasileira vislumbra, na atualidade, o desafio de organizar e realizar megaeventos desportivos de grande impacto social. Para Sanches e Rubio (2011), a atividade desportiva pode ser considerada enquanto ferramenta de intervenção psicossocial, especialmente com crianças e adolescentes. Assim, e, por exemplo, a repercussão que esses tipos de atividades poderão adquirir na vida dos praticantes dependerá da maneira como o desporto é conduzido, pois ele pode apresentar tanto um caráter inclusivo, quanto extremamente excludente.

Vivemos a expectativa pelos Jogos Olímpicos de 2016, que constitui uma grande oportunidade para a divulgação e implementação, no maior número de escolas e instituições que trabalham com a atividade desportiva, dos valores olímpicos idealizados por Pierre de Freddy, mais conhecido como Barão de Coubertin. Resgatando a concepção dos jogos realizados na Grécia Antiga, ele reinventou os Jogos Olímpicos da era moderna, que tinham como objetivo criar oportunidades para a união e a participação de todos os países do mundo.

No domínio dos eventos internacionais, embora verifiquemos a integração de pessoas portadoras de necessidades especiais, a exemplo das Paraolimpíadas, tal como exposto por Costa e Sousa (2004, p.36), notamos que essa integração: “apesar de concreta e apenas de uma minoria, considerando que tanto para os ditos ‘normais’ nas Olimpíadas, como para os portadores de necessidades especiais nas Paraolimpíadas, a efetiva participação é de uma grande minoria”.

Para Gold e Gold (2007), os Jogos Paraolímpicos, para atletas com deficiência, representaram um papel importante nos últimos cinquenta anos, mediante a modificação de atitudes em relação à deficiência, bem como na construção de uma agenda inclusiva. Do mesmo modo, surge a partir daí a mudança do conceito de competição desportiva terapêutica, para aquela relativa aos eventos de elite, que carregam relevante prestígio na sociedade.

Fidelis, Caldas, Barbosa e Tavares (2012) apontam que a copa do Mundo e as olimpíadas vão levar dos cofres públicos - segundo a revista *Fundações*, um valor estimado de R$ 1,3 trilhões; todo esse investimento que será realizado criou, em uma parcela da sociedade, inúmeros questionamentos, um deles seria se todo esse investimento feito deixaria, de fato, um legado social para a população. Os referidos megaeventos, a Copa das Confederações e os jogos Mundiais Militares colocam, sobre o país, a responsabilidade de se tornar uma, entre as dez

maiores potências desportivas do planeta. Entretanto, esse processo de escolha e potencialização de talentos não é o único assunto que fica em voga com esses eventos. Por consumirem grandes fatias do dinheiro público e privado, o que esses acontecimentos deixarão de bens materiais e imateriais têm entrado constantemente na pauta de discussões sobre a relevância de sediá-los e como podem alterar, de forma qualitativa, as mazelas sociais que a tanto nos assombram.

Para Souza e Júnior (2010, p.248), talvez o primeiro "legado" seja a:

> Entrada "oficial" do Brasil no circuito dos megaeventos desportivos, eles próprios inseridos em um sistema mercadológico de práticas e consumo regidos por leis de oferta e procura da sociedade capitalista. Contudo, parece prematuro falar de "legados" (ou promessas de "legados") da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Os referidos autores apontam que não devemos depositar nossas esperanças de construção de um projeto de sociedade mais justa e igualitária na realização pontual de uma Copa do Mundo ou de uma edição dos Jogos Olímpicos.

Cumpre refletir se a mera construção de espaços desportivos, e a oferta de desportos aos estratos sociais mais baixos, garantiria a "inclusão" dos indivíduos pertencentes a essas mesmas classes no universo desportivo. Assim, se espera que do progresso e crescimento econômico possam ser resolvidos os dilemas sociais brasileiros, argumento esse que cai por terra ao notarmos que dos anos 1940 até os anos 1980, conforme indica o sociólogo brasileiro Jessé Souza (2006, citado em Souza e Júnior, 2010, p.253), "a economia do Brasil foi a que mais cresceu no mundo sem, no entanto, reduzir os índices de desigualdade e injustiça social".

2.3.5 Estudos no âmbito do desporto e inclusão social

Neste ponto, apresentaremos uma síntese de algumas investigações publicadas em revistas internacionais e nacionais – no âmbito do desporto e inclusão social, incluindo teses de doutoramento e dissertações de mestrado. A base de dados nos dá a conhecer o "estado de arte". São muitos? Poucos? Quais os principais resultados? Quais as principais conclusões? O que nos ajudou a justificar o motivo pelo qual escolhemos a realização deste estudo? Ao final, estas questões eventualmente poderão ser respondidas a contento.

Definido como tudo no hemisfério ocidental, sul dos Estados Unidos, a América Latina produziu pequenas análises acadêmicas do desporto e da sociedade. O pensamento, informações e *insights* são encontrados em outros tipos de textos, como relatos jornalísticos, histórias do clube e biografias populares (Arbena, 2000).

Collins e Buller (2003) realizaram um estudo de caso examinando a exclusão social juvenil de desporto de alto desempenho, para ver se todos os jovens talentosos de desportos na Inglaterra tinham a mesma oportunidade de alcançar o pódio olímpico. O esquema estudado foi "Recursos de desempenho" (PR), uma iniciativa em Nottinghamshire, uma autoridade local, com uma longa história de apoio ativo para o desporto. Mais de 70 entrevistas por telefone e uma análise de necessidade social de todos os ex-participantes (N = 319) destacou o PR como um caminho para melhorar os desempenhos desportivos de crianças. Entretanto, usando necessidade social como um substituto para o nível socioeconômico, o artigo concluiu que a maioria dos participantes era de classe média e as famílias relativamente ricas, e havia desproporcionalmente alguns de classes mais baixas e de grupos e áreas privadas.

Sposito e Corrochano (2005) indicam que nos programas destinados aos jovens, a ideia da contrapartida pode compreender apenas a frequência obrigatória à escola, mas também pode incidir sobre a necessária presença em atividades de cunho socioeducativo e a participação em ações de engajamento comunitário, em geral propostas pelas instituições parceiras responsáveis pela execução do programa no âmbito local.

Elling (2005) sugere que os mecanismos de inclusão e de exclusão que influenciam a participação desportiva e posições de liderança no desporto formam uma complexa constelação de fatores interagindo e dimensões. Quem pode participar, o que é permitido, e quem está disposto a participar no desporto é influenciado por mecanismos de seleção institucionais, tanto quanto pelas opções e escolhas individuais. Socialização, rendimento disponível, acessibilidade às instalações desportivas, habilidades desportivas e talentos estão interagindo em fatores de exclusão/que influenciam opções de participação desportiva entre pessoas com diferentes posições de status social (por exemplo, idade, gênero e etnia). Assim, mudanças na facilitação e organização do desporto podem melhorar uma prática desportiva, inclusive, e também promover a inclusão social na sociedade em geral.

Para Jackson et al. (2005), o setor desportivo e recreativo é visto enquanto área de prioridade para aumentar os níveis de atividade física. Por outro lado, a participação nesse tipo de atividade tem sido inferior em mulheres, com declínio em função da idade, e também é reduzida à participação em grupos minoritários e com baixos níveis socioeconômicos. Nesse sentido, é importante determinar as intervenções efetivas que as organizações desportivas podem utilizar para aumentar a participação.

Dados recentes sobre a condição da mulher no Brasil mostram que a proporção de mulheres brasileiras que participam no desenvolvimento do país aumentou durante a década de 1980. Pode-se encontrar exemplo dessa situação em diferentes campos da atividade humana, incluindo o campo dos desportos. Assim, a participação das mulheres no desporto de alto nível aumentou durante as últimas décadas e essa visibilidade das mulheres no desporto tem influenciado mais mulheres a adotarem um estilo de vida mais ativo (Mourão & Votre, 2003).

Embora seja verdade que a participação feminina no desporto tem crescido, a discriminação em relação ao gênero continua. Assim, e, por exemplo, as mulheres continuam a fazer parte de menos da metade de todos os profissionais e atletas interescolares, recebem menos e encontram acesso à participação em modalidades desportivas específicas, bem como emprego e posições administrativas bloqueadas (Dufur, 1999).

O desporto e lazer podem ajudar as comunidades a construirem a inclusão social e celebrar a diversidade. Contudo, algumas atividades desportivas e recreativas exigem o respeito às normas sociais e culturais, arriscando suprimir diferenças, reforçando a desigualdade e a exclusão. Estudo realizado por Cortis (2009) explorou essas tensões mediante análise do acesso e barreiras para o desporto e lazer para um grande grupo de mulheres australianas: aquelas de origens culturais diversas. Os dados qualitativos mostraram a necessidade de uma política estratégica e orientada de intervenção, implicando a sua organização espacial, por entender que o acesso às instalações desportivas e comunitárias pode desempenhar um papel-chave na promoção da inclusão social.

Para Liu (2009), no Reino Unido, o desporto é cada vez mais reconhecido como um meio para a promoção da inclusão e da coesão social. No entanto a avaliação é ainda limitada no que diz respeito à inclusão social através do desporto. Tendo como base o banco de dados do Serviço Nacional de Benchmarking do Desporto, na Inglaterra (“*Sport England's National Benchmarking*

Service"), o seu trabalho investigou a extensão em que as instalações públicas de lazer foram utilizadas por grupos socialmente desfavorecidos, na Inglaterra, nos últimos 10 anos. Segundo o estudo, evidências estatísticas demonstram o padrão consistente de sub-representação numérica dos grupos socioeconômicos mais desfavorecidos e pessoas com idade superior a 60 anos. Ainda, foram identificadas quedas significativas e lineares na participação dos jovens entre 11-19 anos e pessoas portadoras de deficiência com idade inferior a 60 anos. Nesse sentido, o tipo de instalação e a gerência parecem ser as principais causas de falhas de desempenho em determinados indicadores. Apesar dos achados, são necessárias mais pesquisas para investigar se os resultados são devido a restrições de acesso ou preferências.

Skille e Waddington (2006) analisaram o desporto "alternativo" e atividades físicas fornecidas pelo "Programa Cidade Desporto" (*Sport City Programme* SCP), na Noruega, projetado para atrair mais jovens (especialmente os inativos) para participarem de atividades físicas. Nesse estudo, examinou-se se esses desportos "alternativos" têm sido mais bem-sucedidos do que desportos convencionais na quebra de barreiras de classe e de gênero à participação. Os dados sugerem que o SCP tem se mostrado mais atraente para os jovens da classe trabalhadora do que o desporto convencional e há também algumas evidências de que o SCP tem tido algum sucesso em quebrar as barreiras de gênero, especialmente entre as meninas da classe trabalhadora. No entanto, um aspecto do SCP gerou um padrão de dominância masculina e feminina que a exclusão é ainda mais desigual do que o que caracteriza desporto convencional. Argumenta-se que a relativa ausência de controle de adultos, na sala de desporto aberto, facilitou o desenvolvimento de uma cultura distintivamente masculina, que é dominada pelos mais velhos, os homens mais fortes, o que acaba marginalizando as mulheres jovens.

Dado o atual foco de acesso às instalações desportivas e aos seus benefícios, Voss et al. (2008) perguntaram-se: faz influência a renda dos pais e a utilização de instalações desportivas ou a atividade física geral das crianças? Com base nesse estudo, não parece haver relação entre a renda dos pais e a atividade física objetivamente medida. Além disso, não houve relação entre a renda dos pais e o tempo gasto em atividades de maior intensidade. Crianças de famílias de baixa renda usam tais instalações com menos frequência, mas, como resultado, elas não parecem ser menos ativas. Em crianças mais jovens, a atividade física toma mais a forma de não estruturada

de exercício. O que as crianças mais pobres perdem no acesso à atividade estruturada, parece fazer-se sob a forma de exercício não estruturado.

Estudo etnográfico, em uma prisão espanhola, desenvolvido por Martos Garcia et al. (2009) visou a compreender os significados que os exercícios físicos e o desporto tinham para os presos, funcionários, educadores e monitores. Os resultados sugerem que a reinserção mediante essas práticas é uma ilusão, embora seja a finalidade oficial da reclusão. Evidências sugerem potencial educativo ligado ao autocontrole e, sobretudo, ao entretenimento e à compensação pela ocupação do tempo livre.

Mendes e Azevêdo (2010) comparam a histórica precariedade da educação física escolar ao quadro de crescimento das políticas públicas de desporto e lazer, e de projetos sociais desportivos no Brasil. Considerando que o público-alvo é o mesmo: crianças e jovens, em idade escolar, mas reconhecendo os objetivos diferenciados, os autores confrontaram esses quadros buscando questioná-los e explicar a funcionalidade atribuída ao desporto e ao lazer. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica que permitisse observar o caminho que conduziu aos referidos quadros. Os resultados evidenciaram que no atual ordenamento sociopolitico-econômico, a utilização do desporto e do lazer ocorre ora como mercadoria, ora como pseudodireito social, haja vista seu uso enquanto aparelho ideológico estatal (dentro e fora da escola).

Para Vianna e Lovisolo (2011, p.288):

> O discurso ideológico presente em programas e políticas de inserção social através do desporto, que postula apenas uma perspectiva de inclusão pelo lazer, parece não suscitar a adesão e permanência de parcelas significativas dos matriculados nas atividades. Deve ficar claro que a realização de atividades desportivas orientadas a profissionalização, mediante treinos suficientes e participação em eventos desportivos, não significa automaticamente permanência ou adesão (Vianna & Lovisolo, 2011, p.288).

A esse respeito, Souza et al. (2010) investigaram facilitadores e barreiras para implementação de um projeto social de desporto, lazer e educação, criado em 2005, pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Curitiba, em parceria técnica com a UNESCO (Programa Comunidade Escola). A pesquisa foi qualitativa e os dados foram coletados através de observações e de entrevistas abertas com 65 agentes do programa (coordenadores, professores, estagiários voluntários, crianças e adolescentes).

Dentre os principais facilitadores, houve o apoio da Secretaria Municipal da Educação; empenho dos trabalhadores; oferta de atividades gratuitas em um ambiente relativamente seguro;

oportunidades de socialização. As principais barreiras foram: baixa remuneração dos trabalhadores; alta rotatividade de voluntários e estagiários e falta de apoio para os seus trabalhos. Alguns fatores foram facilitadores ou barreiras, dependendo da realidade de cada escola: parcerias; cultura de participação comunitária; condições dos espaços, materiais e equipamentos; natureza das atividades ofertadas. Para os autores, a pesquisa ofereceu subsídios para a melhoria de programas similares, idealização e gestão de outros projetos.

Wasfi, El-Sherbiny, Gurashi e Al Sayegh (2008) estudaram a prática desportiva e o conhecimento, atitude e prática desportiva entre 1.475 alunos de escolas privadas do ensino secundário em Dubai - Emirados Árabes Unidos (EAU), em 2004. Os achados apontam que os estudantes dos Emirados Árabes Unidos praticam mais desporto do que os não estudantes dos Emirados Árabes Unidos (33,9% contra 18,7% tinham bons níveis de atividade), mas não houve diferença significativa nas atitudes positivas em relação à prática do desporto (87,1% e 86,2%, respectivamente). Um bom nível do desporto (exercício vigoroso > ou = 3 vezes por semana, durante 20 min.) foi maior entre os homens (26,0%) do que entre as mulheres (14,7%). Ainda, houve associação significativa entre excesso de peso e obesidade, bem como tabagismo e os baixos níveis de prática desportiva. Os autores sugerem intervenção de educação em saúde enquanto necessárias para melhorar a prática desportiva entre os jovens.

A pesquisa qualitativa pode ser capaz de fornecer uma resposta para o motivo pelo qual os adultos e as crianças participam, ou não, no desporto e atividade física. Estudo de Allender, Cowburn e Foster (2006) examinou sistematicamente pesquisas qualitativas publicadas e não publicadas do Reino Unido, envolvendo crianças, adultos e as razões para a participação e a não participação no desporto e na atividade física. A revisão contemplou 1990 a 2004. De 1200 trabalhos identificados na pesquisa inicial, vinte e quatro artigos preencheram todos os critérios de inclusão, sendo a maioria dessas pesquisas relatadas com jovens com base em contextos comunitários. Assim, controle de peso, interação social e diversão foram os motivos mais comuns para a participação no desporto e na atividade física. As pessoas mais velhas identificaram a importância do desporto e da atividade física como mecanismo protetor dos efeitos do envelhecimento e por proporcionar uma rede de apoio social. Desafios para a identidade como ter de mostrar aos outros um corpo inadequado, falta de confiança e competência em habilidades básicas ou que pareçam excessivamente masculinas, foram barreiras à participação.

Para Wilhite e Shank (2009), os profissionais de saúde parecem ser vitais no encorajamento das pessoas portadoras de deficiência para participação em atividades desportivas. Alerta-se para a necessidade de adaptações nas regras para a inclusão destas pessoas. Nesse sentido, o conceito de inclusão não deve se resumir à inserção de alunos portadores de necessidades especiais, mas engloba todas as pessoas que experimentam barreiras de aprendizagem e participação.

Spencer-Cavaliere e Watkinson (2010) exploraram, através de entrevistas semiestruturadas, as perspectivas de crianças com deficiência, em relação ao conceito de inclusão em atividades físicas. Através da técnica de análise de conteúdo, emergiram três temas: ganhando acesso para jogar, sentindo como participante legítimo e tendo amigos. Os temas foram associados e inclusos em vários estágios nos desportos, brincadeiras e jogos. Em essência, foi a ação dos outros que contribuiu para o sentimento de maior ou menor inclusão no contexto das atividades físicas. Estes resultados são discutidos em relação à inclusão em educação física, recreação e atividades não estruturadas.

O desporto, para pessoas com deficiência, na última década, tem vindo para um desenvolvimento internacionalmente acentuado (Kurková, 2005). Porém, com base em McConkey, Dowling, Hassan e Menke (2012), embora a promoção da inclusão social, através do desporto, tenha recebido maior atenção com outros grupos desfavorecidos, este não parece ser o caso de crianças e adultos com deficiência intelectual que experimentam marcados isolamentos sociais. Ainda, há pouca evidência empírica que se relacione o valor da participação para atletas com deficiência e os motivos para participação (Gutiérrez Sanmartin & Caus I Pertegáz, 2006).

No Brasil, até a década de 1980, os principais periódicos em educação física e ciências do desporto eram todos estrangeiros. Atualmente, somam-se a isso as teses de doutorado e as dissertações de mestrado produzidas nos cursos de pós-graduação, contudo o volume de periódicos e revistas indexadas produzidas hoje no Brasil ainda é pequeno (Bankoff et al., 2003).

No domínio da temática do presente estudo, notamos nos últimos dez anos o desenvolvimento de teses de doutoramento (exemplos: Marques, 2010; S. M. Ribeiro, 2009) e de algumas dissertações de mestrado (exemplos: Almeida, 2008; Balzano, 2008; Borges, 2009; Caldeira, 2011; Carvalho, 2010; Jerônimo, 2006; Lebres, 2010, Lo Bianco, 2010; Silva, 2009; Varelas, 2010) no Brasil e em Portugal. Existe, pois, já certo número de estudos desenvolvidos

que os interessados no desenvolvimento de pesquisas no domínio do desporto e inclusão social poderão consultar e encontrar ajuda na compreensão desse tema.

A base de dados apresentada nesse ponto nos possibilitou entender o "estado de arte". Assim, notamos que já existem alguns estudos disponíveis para consulta no domínio do desporto e da inclusão social. Dentre os principais resultados dos estudos analisados e principais conclusões, destacamos investigações que sugerem que mudanças na facilitação e organização do desporto podem melhorar uma prática desportiva, e também promover a inclusão social (Elling, 2005). Do ponto de vista de Cortis (2009), há necessidade de uma política estratégica e orientada de intervenção, multiplicando a sua organização espacial, por entender que o acesso às instalações desportivas e comunitárias pode desempenhar um papel chave na promoção da inclusão social.

Segundo Jackson et al. (2005), o setor desportivo e recreativo é visto enquanto área de prioridade para aumentar os níveis de atividade física. Por outro lado, a participação nesse tipo de atividade tem sido inferior em mulheres, com declínio em função da idade, e também é reduzida a participação em grupos minoritários, e com baixos níveis socioeconômicos. Assim, acreditamos ser importante determinar as intervenções efetivas que as organizações desportivas podem utilizar para aumentar a participação desse grupo social.

A realização de atividades desportivas orientadas à profissionalização, mediante treinos suficientes e participação em eventos desportivos, não significa automaticamente permanência ou adesão (Vianna & Lovisolo, 2011). Logo, estudos de permanência ou adesão às atividades desportivas poderão trazer relevantes contribuições para o estabelecimento de políticas públicas. Do ponto de vista de Mendes e Azevêdo (2010), no atual ordenamento sociopolítico econômico, a utilização do desporto e do lazer ocorre, ora como mercadoria, ora como pseudodireito social, haja vista seu uso enquanto aparelho ideológico estatal (dentro e fora da escola).

CAPÍTULO III

Metodologia

3.1 Introdução

No presente capítulo iremos desenvolver uma breve reflexão sobre a teoria do método qualitativo, a fim de mostrar a pertinência na escolha desta abordagem. Seguidamente dar a conhecer que tipo de metodologia que utilizamos no presente estudo (qualitativa) e o motivo pelo qual escolhemos essa abordagem. Nesse sentido, essa temática será o alicerce para esse capítulo, nele serão feitos destaques de diferentes autores sobre as vantagens da utilização das metodologias escolhidas, que compreendem a etnográfica e o estudo de caso. Seguidamente será apresentado o campo de estudo (FAMFS), instrumentos de recolha de dados (entrevistas, análise documental e observação participante), procedimentos/diligências para coleta dos dados e a técnica de tratamento de dados, culminando na apresentação do *corpus* do estudo e justificação do enquadramento analítico categorial, vantagens e desvantagens do uso de computadores para análise de dados qualitativos.

3.1.1 A produção do saber

Do ponto de vista de Chauí (2000, p.114), "[...] a teoria do conhecimento volta-se para a relação entre o pensamento e as coisas, a consciência (interior) e a realidade (exterior), o entendimento e o objeto do conhecimento". Nesse sentido, tornar o entendimento objeto para si próprio é a grande tarefa que a modernidade filosófica inaugura. "Como se trata da volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer-se, ou do sujeito do conhecimento colocando-se como objeto para si mesmo, a teoria do conhecimento é a reflexão filosófica" (Chauí, 2000, p.117).

Para Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004) o esforço despendido para saber o que faz o cientista, quer ele saiba ou não o que faz, não é somente uma indagação sobre a eficácia e o rigor formal das teorias e métodos disponíveis, mas um questionamento dos métodos e teorias em sua própria utilização para determinar o que fazem aos objetos, e os objetos que fazem.

Segundo Minayo (2010a) existem três diferenças entre as teorias tradicionais do pensamento sistêmico, a saber: (1) substituição da ideia de simplicidade pela noção de complexidade; (2) a noção de regularidade é contraposta à noção de instabilidade do mundo dos

seres vivos; (3) a crença na objetividade dá lugar à noção de intersubjetividade na constituição da realidade e de sua compreensão.

Para a presente proposta de estudo, buscamos dar a conhecer qual tem sido o papel do desporto dinamizado pela Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social de Feira de Santana - FAMFS, na inclusão, empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável (Feira de Santana, Bahia - Brasil).

3.1.2 Metodologia utilizada

Quando pensamos em uma pesquisa qualitativa, para garantir uma adequação entre o pensamento sobre a realidade e a própria realidade, a indagação se coloca desta forma:

> Até que ponto o investigador conseguiu compreender a lógica interna do grupo estudado ou dos textos analisados? Tais perguntas são inevitáveis e fundamentais dentro do campo científico, embora a produção intelectual seja sempre um ponto de vista a respeito do objeto (Minayo, 2010b, p.273).

Na pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial. Todo o empenho é investido para que "o corpo e o sangue da vida real componham o esqueleto das construções abstratas" (Malinowski, 1975, p.37).

A pesquisa qualitativa está interessada em como as pessoas percebem as suas experiências, o que elas acreditam a respeito dos temas e como elas interagem com outras influências dessas atitudes e valores. Para tanto são desenvolvidas entrevistas e a transcrição é o dado. Observações ou documentos também podem ser utilizados como dados. Em cada caso, a informação é coletada e analisada através de um instrumento muito sensitivo – o pesquisador (Pitney & Parker, 2009).

Embora pesquisas quantitativas sejam importantes e necessárias, muitos aspectos da vida pessoal e profissional não podem ser explicados através de números. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador serve-se de instrumentos para coleta de dados. Assim, o pesquisador procura conduzir observações e entrevistas, e se refere às transcrições, notas de campo ou ambos (Pitney & Parker, 2009).

De acordo com Creswell (2007a), em um estudo qualitativo, o investigador pode gerar uma teoria durante o estudo e colocá-la no final do projeto, como ocorre na teoria baseada na realidade. Em outros estudos qualitativos, ela vem no começo e fornece uma lente que molda o que é visto e as indagações feitas como ocorre em etnografia ou pesquisa reivindicatória.

3.1.2.1 Etnografia

O objeto da pesquisa de campo etnográfica deve ser perseguido por três vias: a organização da tribo e a anatomia da sua cultura, através da documentação; os *imponderáveis da vida real*, na observação e contato estreito com a vida nativa; e um corpus *inscriptionum* como documento da mentalidade nativa. Assim, o etnógrafo busca apreender o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida, e compreender *sua* visão do *seu* mundo (Malinowski, 1975). A questão epistemológica sugere ser necessário que o mundo seja visto do ponto de vista dos nativos (Geertz, 1998).

Tal como exposto por Malinowski, devemos considerar a necessidade de estabelecer contato tanto estreito quanto possível com a população em estudo e, por meio desse contato, aprender a conhecê-la, familiarizar-nos com os seus costumes e crenças (Guimarães, 1990).

O termo etnografia é usado para referir a não só uma forma particular de investigação, mas também ao seu eventual produto escrito (J. S. Ribeiro, 2003). Nas palavras de Fonseca (1999, p.58) "[...] a etnografia é calcada numa ciência, por excelência, do concreto. O ponto de partida desse método é a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, 'nativos em carne e osso'".

Praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa" (Geertz, 1978, p.15).

Nesse sentido, o etnógrafo "inscreve" o discurso social: *ele o anota*. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente. Assim, o dito

torna-se a enunciação, o enunciado. Resumindo, o que escrevemos é o *noema* (“pensamento”, “conteúdo”, “substância”) do falar. É o significado do acontecimento de falar, não o acontecimento como acontecimento (Geertz, 1978). Como a matemática ou a música, a etnografia é uma das raras vocações autênticas. Podemos descobri-las em nós, ainda que não nos tenha sido ensinada por ninguém (Lévi-Strauss, 1996).

Objetivamos apreender os microprocessos sociopolítico-econômicos dos atores sociais no âmbito dos programas, tendo como pano de fundo a Política Nacional de Esporte, fundamental para se pensar nas formas de inclusão, empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável. Assim procedendo, considerando o cenário sociopolítico e econômico no qual se movimentam os indivíduos, informantes-chave (Quivy & Campenhoudt, 1992) foram aqueles sensíveis ao objeto de estudo e os mais aptos a revelarem informações. Assim, e, por exemplo, dados históricos, fatos econômicos e material político, tudo foi incluído no processo de entendimento de uma vida social diferente (Da Mata, 1983).

2.1.2.2 Estudo de caso

O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo, procurando compreender: Quem são os seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso “[...] também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidade do processo e estruturas sociais” (Becker, 1994, p.118).

Para Babbie (2001), o estudo de caso é uma descrição e explicação abrangente dos muitos componentes de uma determinada situação, na qual buscamos coletar e examinar o máximo de dados possíveis sobre o tema em estudo. Nesse sentido, a procura pela descrição mais abrangente possível da comunidade é feita na tentativa de determinar as inter-relações lógicas dos seus vários componentes. Assim, e, por exemplo, para a presente proposta de estudo, poderíamos nos perguntar: Qual seria o impacto do fechamento das unidades e ações dinamizadas pela Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social desde 1990, em Feira de Santana, Bahia - Brasil?

Do ponto de vista de Minayo (2010e), os estudos de caso utilizam estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão. Os teóricos do método de estudo de caso aconselham aos pesquisadores que utilizem múltiplas fontes de informação, construam um banco de dados ao longo da investigação e criem uma cadeia de evidências relevantes durante o trabalho de campo.

No estudo de caso de uma comunidade ou organização, tipicamente se faz uso do método de observação participante em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas em profundidade. A observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e, portanto, é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso (Becker, 1994).

O termo "estudo de caso" vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, a qual se refere a uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada; o método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente, a partir da exploração intensa de um único caso. Adaptado da tradição médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de análises das ciências sociais (Becker, 1994).

O estudo de caso é uma exploração de um "sistema limitado" ou o caso (ou múltiplos casos) através do tempo, mediante detalhamento e coleta de dados em profundidade, envolvendo múltiplas fontes de informação ricas em contexto. Múltiplas fontes de informação incluem observações, entrevistas, material audiovisual, documentos e relatórios. A contextualização envolve situar o caso dentro de sua configuração, que pode ser um ambiente físico ou o contexto social, histórico e/ou econômico para o caso (Creswell, 2007b).

O olhar do etnógrafo deve, pois, ser um olhar inquieto, interrogador, que parte à procura das significações e das variações, e não um olhar que acredita na estabilidade ilusória do que vê e nega à vista e ao visível o seu caráter inconstante, variável (J. S. Ribeiro, 2003). Cabe ao etnógrafo descrever, transformar esse olhar em escrita, para deixar ver a outros, com palavras, aquilo que ele próprio observou (J. S. Ribeiro, 2003).

A abordagem etnográfica (Foley, 2001) que propomos, no presente estudo, parece-nos inteiramente legítima e adequada, uma vez que buscaremos reconstruir o contexto no qual são construídos os vários textos de cada ator social participante, o que permitirá que a análise seja realizada, tendo esse contexto como referência.

3.2 Campo de estudo

O *locus* de investigação deste estudo foi a Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social de Feira de Santana FAMFS (no período compreendido por 1990 e 2011, foi denominada: Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana), com sede no município de Feira de Santana, Estado da Bahia - Brasil (nordeste do país). O nordeste brasileiro é uma região carente de organização social e fomento de políticas públicas, seja na sua parte rural seja na urbana (Gandra, 2008; Lopes, 1995).

A FAMFS, idealizada em 1988 e constituída em 1990, pela então Juíza de Menores da Comarca de Feira de Santana, Dra. Lourdes Noronha Trindade, que, na oportunidade, apresentou uma proposta de transformação da personalidade jurídica da associação da sociedade civil em fundação de direito público. De acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da SOFAM - Sociedade Feirense de Apoio ao Menor, de 28 de Dezembro de 1988:

> Dada a maior responsabilidade e possibilidade de fiscalização externa que as fundações oferecem, por certo facilitará a consecução dos objetivos - ampliação do trabalho com menores em Feira de Santana e expectativa de transferência de posse do prédio e instalações do antigo Aviário, além de possibilitar que se venha a firmar convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, sendo apresentado e aprovado por unanimidade dos presentes, ficando a diretoria executiva desde já autorizada a iniciar a redação do Estatuto.

No exercício de suas atividades, a fundação implantou uma infraestrutura composta por onze bases operacionais, a saber: Escritório central, “Fazenda do Menor”, Escola Juíza Lourdes Trindade, Escola Juiz Walter Ribeiro Costa Júnior, Projeto Menor Aprendiz, ADC Astro, Programa “Segundo Tempo”, Programa “Pintando a Liberdade e Cidadania”, Programa “Planta Bahia”, Usina de Alimentos e Usina de Reciclagem de Plásticos e Borracha.

A missão primordial da FAMFS é o atendimento a criança e ao adolescente em situação de risco social, entretanto, ao longo dos anos, a organização percebeu que se não agisse também

no ambiente em que estão inseridos os jovens, na estruturação financeira da família, os esforços seriam quase em vão, assim começou a atuar em outras frentes. A FAMFS investiu na implantação de fábricas e usinas e incentivou a criação de cooperativas de produção e serviços que proporcionassem trabalho e renda aos associados, objetivando a sustentabilidade institucional. Dentre as ações realizadas pela organização, para fins da presente proposta de estudo, destacamos a/o:

- "Fazenda do Menor" (1990/atual) - área de 700.000m2, pertencente ao Governo do Estado (FUNDAC), administrada pela FAMFS (sede institucional) desde 1990, onde foi construído um complexo esportivo educacional composto por um ginásio poliesportivo, estádio com arquibancada de cimento, pista de atletismo, vários campos de futebol gramados, escola de ensino regular Juíza Lourdes Trindade, além de um condomínio residencial denominado "Doce Lar"; fábrica de materiais desportivos, fábrica de pisos sintéticos para pistas de atletismo, fábrica de biscoitos, fábrica de fécula, usina de mandioca, entre outras ações direcionadas ao atendimento de crianças, adolescentes, jovens e pessoas residentes em áreas de reconhecida vulnerabilidade social, a exemplo do bairro Aviário, onde é localizada a Fazenda do Menor, área conflituosa e com elevados índices de criminalidade, prostituição e tráfico de drogas.

- "Projeto Novo Rumo" (1990/2002) - com base em documentos institucionais do Projeto "Novo Rumo", em 1980 surgiu, em Feira de Santana, sob a coordenação do professor Antônio Lopes, atual presidente da FAMFS, o Programa "Esporte para Todos". A partir de 1990 este programa passou a ser desenvolvido pelo Projeto "Novo Rumo" - através da FAMFS, tendo como objetivo principal desenvolver a educação através do desporto, no oferecimento das seguintes modalidades: futebol, voleibol, capoeira, atletismo, handebol, iniciação musical (coral e banda), além de dança e outras atividades desportivas.

- Programa "Esporte Solidário" (1995/2002) - uma ação do Ministério do Esporte e Turismo, através do INDESP, desenvolvido em regiões de reconhecida carência assistencial, sob a forma de parceria com Estados, Municípios e Instituições oficiais e

privadas. O desporto passa a receber ênfase enquanto instrumento auxiliar no processo de desenvolvimento integral do ser, além de favorecer a construção da cidadania, que na concepção atual encerra elementos como a participação política, desenvolvimento da autonomia, solidariedade, distribuição de renda e acesso às vantagens sociais.

- **“**Escola de Formação de Atletas EFA FAMFS ASTRO” (1996/2009) - iniciativa da FAMFS, a partir do primeiro convênio do Programa “Esporte Solidário”, firmado com o Ministério do Esporte e Turismo, com o objetivo de dar um direcionamento adequado aos “estranhos no ninho”, ou seja, crianças e adolescentes que se destacam nos núcleos desportivos da FAMFS, visando o desenvolvimento de atletas cidadãos, participantes do ASTRO, nas representações oficiais da fundação nos torneios municipais, estaduais e (inter) nacionais.

- “Associação Desportiva Comunitária ADC ASTRO” (1978/2013) - fundada em 15 de agosto, de 1978, no bairro dos Eucaliptos, parte sul da cidade de Feira de Santana. O Astro surgiu inspirado na novela “O Astro”, exibida pela Rede Globo de Televisão. A agremiação que, a partir de 78, passou a representar a comunidade, a partir de 1996 o ASTRO passou a ser a representação oficial da FAMFS em torneios desportivos internacionais, a exemplo dos Estados Unidos, Argentina e Copa do Mundo da França; no torneio de futebol de rua, da Copa do Mundo da Alemanha; no torneio de futebol de rua, na Suíça e em Portugal, entre outros.

- Programa “Pintando a Liberdade” (2001/2011) - visa promover a ressocialização de internos do Sistema Penitenciário, por meio da fabricação de materiais desportivos. Além da profissionalização, os detentos reduzem um dia da pena para cada três dias trabalhados, e recebem salário de acordo com a produção. A FAMFS envolveu na sua unidade da Fazenda do Menor a mão de obra de internos em cumprimento de medidas socioeducativas na organização, em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente FUNDAC/Governo do Estado da Bahia e governo federal, através do Ministério do Esporte.

- Programa “Pintando a Cidadania” (2002/2011) - a ação envolve pessoas em situação de risco social em fábricas de material desportivo. O programa objetiva a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes e o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho. Os rendimentos são divididos conforme a produção. O material feito nas fábricas dos dois programas (bolas, bolsas, redes, camisetas, bonés e bandeiras) é utilizado pelo Ministério do Esporte para a distribuição em núcleos dos programas “Segundo Tempo” e “Esporte e Lazer”, na cidade e em escolas e entidades sociais de todo o país e do exterior.

- Programa “Segundo Tempo” (2003/2008) - como programa estratégico do governo federal, tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do desporto, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

- Fábrica de pisos sintéticos para pistas de atletismo (2004/2011) - uma iniciativa da FAMFS, em parceria com o Ministério do Esporte e a Pirelli de Feira de Santana, na reciclagem de resíduos de borracha de pneus para a fabricação de pisos de borracha para pistas de atletismo, entre outros equipamentos para implantação de infraestrutura desportiva para a democratização do desporto.

De acordo com o relatório elaborado e divulgado pela diretoria da entidade em recente reunião do Conselho Curador, Fiscal e Diretor, ao longo de vinte e dois anos, a FAMFS desenvolveu programas sociais da mais alta relevância, a exemplo do “Programa Esporte Solidário” e “Programa Segundo Tempo”, atendendo a quase 300 mil crianças e adolescentes, distribuindo aproximadamente 35.000.000 (trinta e cinco milhões) de lanches, distribuídos para 134 (cento e trinta e quatro) cidades do Estado da Bahia; Programa “Pintando a Liberdade/Cidadania” gerou 15.000 (quinze mil) empregos e renda para pessoas de comunidades carentes, internos da “Fazenda do Menor” e do Complexo Penitenciário Regional, fabricando

mais de 3.100.000 (três milhões e cem mil) itens de materiais desportivos, como bolas de futebol de campo, de futsal, bolas com guizo para portadores de deficiência visual, bolas de basquete, bolas de vôlei, redes das diversas modalidades, camisetas, shorts, agasalhos, moletom, bolsas e bonés, distribuídos para programas sociais de todo o Brasil e mais 105 países do mundo.

No domínio da representatividade internacional das suas ações, a FAMFS se fez presente em Pequim (2008), na China, através da bola de guizo, por ser a única instituição credenciada na fabricação desse tipo de bola especial. Representando o Brasil, participou de torneios de futebol em Pensacola (1996), Memphis (1997), Dallas (2000), Orlando (1999) e Bourboville (1998), nos EUA, em Paris/França (1998), em Neuken/Argentina (2001), em Aveiro/Portugal (2005), em Roma/Itália (2004), onde foi recebida pelo Papa João Paulo II, em Munique (2006), durante a Copa do Mundo da Alemanha e em Basileia/Suíça (2008), no Eurofest. Participou da Feira Internacional da Alemanha (2008), onde lançou a primeira pista de atletismo móvel do mundo, fabricada pela FAMFS.

Em Novembro de 2001, a FAMFS foi premiada pela Caixa Econômica Federal, entre as dez melhores práticas em gestão local do país. Em Outubro de 2004, recebeu o *Dubai International Award,* ficando entre as duas melhores práticas do Brasil, e entre as cem melhores práticas do mundo, em DUBAI - *United Arab Emirates*. Por duas vezes (2003/2004), recebeu a visita do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, acompanhado de Ministros, Governadores, Prefeitos, Deputados e outras autoridades, atestando *in loco* a qualidade do trabalho realizado.

Os últimos dois prêmios conquistados foram: o Top of Quality, concedido pela Ordem dos Parlamentares do Brasil (2009), enquanto destaque no segmento organização não governamental, e o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, promovido pelo Ministério do Esporte, na categoria Relato de Experiência da Região Nordeste (2010). Cumpre ainda ressaltar que os Atletas da Seleção Brasileira chegaram à África do Sul para a Copa do Mundo de 2010 com *kits* desportivos produzidos pela FAMFS.

Dentre os principais parceiros, destacam-se: o governo federal - por intermédio do Ministério do Esporte, do Ministério de Combate à Fome e Desenvolvimento Social MDS; Governo do Estado da Bahia - através da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB), a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), Secretaria de Trabalho,

Emprego, Renda e Esporte; Prefeitura Municipal de Feira de Santana; Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA); Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Feira de Santana; Juizado da Infância e Juventude da Capital do Estado da Bahia; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Feira de Santana e Salvador/BA; Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade de São Paulo (USP), entre outros parceiros com quem a FAMFS tem vindo a desenvolver vários projetos no domínio da inclusão através do desporto.

No ano de 2011, em parceria com a Fundação Universidade de Brasília - FUB, a FAMFS firmou termo de cooperação trazendo para o Estado da Bahia o "Portal do Conhecimento", que teve como finalidade promover a execução do acordo celebrado entre a FAMFS e a Universidade de Brasília (UnB), cujo objeto é instituir a cooperação técnico-científica entre as partes, com vistas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo da infraestrutura desportiva, pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento tecnológico e informação técnica científica. Em contrapartida, a FAMFS produziu a primeira pista móvel de atletismo no Brasil, instalada no Centro Olímpico da UnB e financiada pelo governo federal, por intermédio do Ministério do Esporte (Programa "Pintando a Cidadania").

Através da Faculdade de Educação Física e o Decanato de Extensão da UnB, a FAMFS implantou o "Portal do Conhecimento", objetivando capacitar profissionais da região na área das ciências do desporto, atendendo a uma demanda reprimida na Bahia e em outros estados, com o oferecimento dos seguintes cursos de extensão: Massoterapia, com ênfase em reabilitação; Desportos Coletivos, com ênfase no futebol; Marketing desportivo; e Atualização no ensino - aprendizagem da capoeira. Na oportunidade, foram convidados profissionais das ciências do desporto e áreas afins a fazerem parte dessa importante parceria - que foi oportunizada gratuitamente, em capacitação de cerca de 250 profissionais de Feira de Santana e cidades vizinhas.

A fim de manter as parcerias, a organização teve de ser transparente, responsável e desenvolver relatórios anuais de execução, não só para o Ministério do Esporte - que deu a maior parte dos recursos, mas também aos outros parceiros, possibilitando o acesso a informações claras e completas sobre o direcionamento dado ao dinheiro público, mas também para inspirar confiança aos parceiros e a comunidade local. Com base em entrevistas realizadas com dirigentes da organização, a capacidade de manter a transparência e criar confiança entre a fundação, seus

parceiros e atores públicos, que prestaram apoio financeiro a FAMFS, contribuíram para a sustentabilidade e sucesso das ações dinamizadas desde 1990.

Com uma trajetória de mais de dez anos de convênios e termos aditivos de convênios firmados com o governo federal, dentre os Presidentes da República que celebraram convênios com a FAMFS, estiveram: Itamar Franco; Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, tendo enquanto Ministros do Esporte Edson Arantes do Nascimento - o Rei Pelé; Rafael Greca; Carlos Melles; Agnelo Queiroz e o ex-Ministro do Esporte, Orlando Silva.

Em síntese, poderemos dizer que desde 1988 a Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS) está trabalhando com a comunidade de Feira de Santana, em parceria com diferentes segmentos da sociedade civil, objetivando promover a capacitação de crianças e jovens em risco, incluindo aqueles com necessidades especiais, integrando-os à sociedade através de atividades educativas e culturais, como: educação básica, danças, folclore, teatro, música, capoeira, ciência e desporto.

No período do nosso estudo, entrevistamos membros (antigos e/ou atuais) da diretoria, incluindo a fundadora da instituição, a Juíza Lourdes Trindade, o presidente da fundação, vice-presidente, assessores da diretoria, conselheiros e representantes do Poder Judiciário e do Poder Executivo. Ainda, entrevistamos técnicos dos projetos em Feira de Santana e na capital do Estado da Bahia, incluindo profissionais do Juizado da Infância e da Juventude, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Salvador, entre outros. Finalmente, entrevistamos beneficiários dos vários projetos da fundação, incluindo ex-internos da Fazenda do Menor, costureiras das fábricas de materiais desportivos, funcionários da fábrica de pisos sintéticos para pistas de atletismo, instrutor de desportos da Escola Juíza Lourdes Trindade, entre outros.

Os documentos analisados foram compreendidos de convênios e termos aditivos de convênios com os poderes públicos municipal, estadual e federal; relatórios de execução dos vários projetos desportivos sociais dinamizados pela FAMFS; matérias de jornais, entre outros arquivos disponibilizados pela instituição, e arquivos eletrônicos captados durante pesquisa.

Além disso, efetuamos atividade de observação participante entre Fevereiro de 2011 e Fevereiro de 2013, em reuniões diretivas, acompanhamento de projetos em desenvolvimento pela fundação no primeiro ano de estudo, e mobilização de recursos no segundo ano de estudo, face à suspensão dos convênios celebrados com o poder público. Durante o período do nosso estudo,

tivemos a oportunidade de acompanhar delegações do Ministério do Esporte, dos Estados Unidos, de El Salvador, e numerosas visitas de representantes das diversas secretarias do Governo do Estado da Bahia.

3.3 Instrumentos de recolha de dados

Para os fins da presente proposta de estudo, fizemos uso do método etnográfico de pesquisa (J. S. Ribeiro, 2003; Tedlock, 2000). Com o intuito de traçar um panorama geral da FAMFS, fizemos uma análise no seu banco institucional. Esta análise preliminar possibilitou a seleção de atores sociais, dentro desse grupo, para realizar entrevistas em profundidade. Os roteiros destas entrevistas foram norteados por questões que versaram sobre a experiência e percepção dos atores sociais, frente à participação dos programas desportivos sociais promovidos pela FAMFS em Feira de Santana, Bahia.

A coleta de dados concretos sobre uma grande variedade de fatos constitui, portanto, um dos principais pontos do método de campo. Não se devem enumerar poucos exemplos, mas exaurir tanto quanto possível todos os casos ao alcance; e, nessa procura dos casos, o pesquisador registrará, sobretudo, aqueles cujo esquema mental é mais claro (Malinowski, 1975). Entre os instrumentos etnográficos utilizados, tivemos: análise documental, entrevistas semiestruturadas, desenvolvidas com os informantes-chave dos projetos dinamizados pela fundação.

Ao olhar alienado sucede-se o olhar partilhado. Esse olhar é uma metáfora porque, mais do que nunca, é de uma experiência global que se fala, e não simplesmente de uma escuta ou de uma observação (Copans, 1999). Assim, uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica. A investigação da ação empírica exige: a) a observação sistemática dos acontecimentos; inferir os sentidos desses acontecimentos das (auto) observações dos atores e dos expectadores, exige: b) técnicas de entrevista; e a interpretação dos vestígios materiais que foram deixados pelos atores e espectadores, exige: c) uma análise sistemática (Bauer, Gaskell & Allum, 2002).

3.3.1 Entrevistas

3.3.1.1 Conceitos

Segundo Cardoso (1988), em quase todos os temas que despertaram interesse nos últimos anos (movimentos sociais, participação política, estudos de bairros periféricos, conjuntos habitacionais etc.), os cientistas sociais estão envolvidos em projetos que supõem a utilização de entrevistas longas e ampla convivência com os informantes. É uma espécie de volta ao significado em seu estado puro, ao discurso "real", que deve permitir descobrir novos sentidos não previstos pelas análises macroestruturais.

Com base em Minayo (2010b), tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, a entrevista é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Do ponto de vista de Giumbelli (2002), as entrevistas, enquanto técnicas de obtenção de dados assumem, muitas vezes, o papel de simular o "trabalho de campo", ou seja, permitem obter uma "informação" de natureza igual àquela que seria registrada pela observação participante.

A obtenção de explicações fornecidas pelos próprios membros da comunidade investigada permitiria obter aquilo que os antropólogos chamam de "modelo nativo", matéria-prima para o entendimento antropológico. Tais explicações nativas só poderiam ser obtidas por meio da *entrevista*, portanto, de um ouvir todo especial. Contudo, para isso, há de se saber ouvir (R. C. De Oliveira, 1998).

Fica difícil para os pesquisadores prever quem entrevistar, que documentos irão examinar, ou aonde eles irão conduzir as observações. Ao tempo em que o estudo avança, os pesquisadores poderão necessitar de maior coleta de dados ou ajustar o tempo do projeto, de modo a permitir maior entendimento de uma situação complexa (Pitney & Parker, 2009).

Segundo Duarte (2002), numa metodologia de base qualitativa, o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori* - tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência dessas informações.

No presente estudo, o trabalho de campo foi interrompido quando se avaliou que com o material obtido seria possível: 1) Identificar que projetos desportivos sociais foram e continuam sendo dinamizados pela FAMFS; 2) Compreender as metodologias e estratégias utilizadas para a concretização real no terreno desses projetos; 3) Identificar as razões por detrás da utilização do desporto, e da realização dos vários projetos; 4) Compreender quais objetivos gerais e específicos foram previstos na realização dos diversos projetos; 5) Descrever os resultados atingidos no domínio da inclusão, empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável.

3.3.1.2 Potencialidades

O investigador de campo deveria reconhecer que o nativo também tem um ponto de vista, provavelmente bem mais interessante que o do pesquisador (Geertz, 1998). Contudo, é importante observar que "[...] as *Representações Sociais* não conformam a realidade e seria outra ilusão tomá-las como verdades científicas, reduzindo a análise a um processo ou fenômeno social a concepção que os atores sociais fazem dele" (Minayo, 2010b, p.238).

Além do esboço claro da constituição tribal e dos itens culturais cristalizados, que constituem o esqueleto, além dos dados da vida diária e do comportamento ordinário, que são, por assim dizer, sua carne e seu sangue, resta ainda ser registrado o espírito – os pontos de vista e opiniões e expressões dos nativos (Malinowski, 1975).

A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa, para além de desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos (Gaskell, 2002). Segundo o referido autor, toda pesquisa com entrevistas é:

> Um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas (Gaskell, 2002, p.73).

Para Cortazzi (2001), a narrativa é uma versão do ponto de vista do que aconteceu e a maioria das narrativas não apenas comunicam eventos, mas, ao contrário, oferecem a perspectiva do locutor e importância em relação ao fato ocorrido.

Do ponto de vista de Bernard (2002), todos os dados devem ser interpretados tendo em conta o contexto no qual eles foram produzidos. Assim, existem vantagens na combinação da observação participante com entrevistas, em particular, os dados de uma podem ser usados para iluminar as outras.

Quando entrevistamos pessoas com quem já tivemos estabelecido relacionamentos na observação participante, pouco trabalho será necessário. Contudo onde o pesquisador não teve o componente da observação participante ou onde o etnógrafo teve pouco ou nenhum contato com a pessoa a entrevistar, o desafio da comunicação é importante (Bernard, 2002).

3.3.1.3 Entrevista realizada

Como primeiro procedimento técnico, e considerando que o trabalho consiste na leitura etnográfica, fizemos uso de entrevistas (Ruquoy, 1997), por entender que essa forma de coletar dados representa mais um avanço na teoria antropológica, sintonizada com as atuais tendências no campo da pesquisa na área das ciências do desporto (Garcia, 2005).

Segundo Ghiglione & Matalon (2001) podemos distinguir as entrevistas em não diretivas, semidiretivas e diretivas. As entrevistas semidiretivas (também denominadas semiestruturadas) são as mais usadas na investigação qualitativa, uma vez que os pontos de vista dos sujeitos são mais facilmente expressos relativamente ao restante dos tipos de entrevistas. Logo, a nossa opção metodológica para recolha de dados teve, como um dos instrumentos de recolha de dados, a realização de entrevistas semiestruturadas, que obedecem a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador (Minayo, 2010c).

Conforme sugerido por Bernard (2002), algumas vezes a dificuldade de acesso aos informantes é que determinou quem foi ou não entrevistado. No entanto, existiu a possibilidade de escolher entrevistar atores potenciais e, em seguida, decidir quantos e quem entrevistar. A linguagem usada durante a entrevista foi de acordo com o grau de escolarização dos sujeitos e cultura local. A colaboração efetiva dos diferentes atores (membros da comunidade, gestores sociais, pesquisadores da ciência do desporto e ciências sociais), possibilitou alto grau de integração intelectual e abordagem científica transdisciplinar.

Quanto à seleção dos entrevistados, na medida em que o trabalho avançou, utilizamos técnicas como a chamada "bola de neve", e por meio de um interlocutor, fomos somando outros, e assim sucessivamente. Por meio desse processo, fomos nos informando sobre outros possíveis interlocutores, e assim, prescindindo das pessoas que nos introduziram no grupo, criando um lastro de confiabilidade para nosso trabalho (Minayo, 2010b).

A etapa da construção da primeira versão dos guiões de entrevistas (diretivo, técnico e beneficiário) teve em conta a análise bibliográfica relacionada com a temática do nosso estudo (Bailey, 2006; Bento, 1995; Bento, 2004; Constantino, 2006; Crespo, 1990; Da Costa, 2006; Dishman, Washburn, & Heath, 2004; Green, 2008; Perkins & Noam, 2007; Tubino, 1992; Tubino, 2010; UN, 2004; Whitney, 2007).

Os arquivos seguintes foram submetidos à avaliação, no sentido de se escutar a opinião acerca da pertinência das questões apresentadas: 1.) Os objetivos do estudo; 2.) Enquadramento geral dos guiões das entrevistas; 3.) Guião de entrevista do grupo diretivo; 4.) Guião de entrevista do grupo técnico; e 5.) Guião de entrevista do grupo beneficiário. Tendo autorização, sem alterações, foram feitas as entrevistas: três pré-testes (a um membro dos órgãos diretivos; a um técnico; a um beneficiário dos programas). Em seguida, elas foram transcritas e analisadas.

Dentre os aspectos analisados nas transcrições das entrevistas-teste, tivemos: I. O desempenho do entrevistado; e II. A qualidade de cada um dos guiões, e neles foram identificados: II.I. Necessidade de dar maior atenção ao local de realização das entrevistas - procurando reduzir as interferências externas, e II.II Tornar algumas questões mais objetivas. A tentativa de utilização de gravação em vídeo, embora positiva na captação de elementos que as notas de campo e gravação em áudio não permitiriam, não foi possível. Assim, optamos pela gravação em áudio e notas de campo, mais livre de "aparatos tecnológicos".

De maneira geral, a realização de entrevistas nos obriga a rever o roteiro/guião das entrevistas (Duarte, 2002). Do ponto de vista de Belei, Gimeniz-Paschoal, Nascimento e Matsumoto (2008, p.189), "para elaboração e adequação do roteiro de entrevista considera-se a vivência do pesquisador, a literatura sobre o tema em estudo, a informação de juízes e as informações obtidas no pré-teste".

Depois de analisadas, fizemos pequenas adaptações. Nesse sentido, a nova versão dos guiões de entrevistas foi submetida à avaliação do corpo de peritos, que concordou com as

alterações e autorizou a ida para o campo mediante ofício, atestando análise e validação dos roteiros das entrevistas que serviram para coleta de dados dessa pesquisa (ver versão final dos guiões das entrevistas – em anexo).

Todas as entrevistas efetuadas aos indivíduos do nosso campo de estudo foram gravadas em um gravador de áudio digital, transcritas integralmente e submetidas a uma rigorosa análise de conteúdo (Bardin, 2008; Fetterman, 1998a), para permitir a compreensão das ações desportivas dinamizadas pela FAMFS, através dos atores sociais envolvidos (antigos e atuais), dos seus objetivos pretendidos e alcançados no domínio da inclusão social. Após a transcrição das informações, iniciou-se a análise dos dados. De acordo com Belei et al. (2008), a forma de tratamento mais utilizada é a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2008), que consiste na "leitura detalhada de todo o material transcrito, na identificação de palavras e conjunto de palavras que tenham sentido para a pesquisa, assim como na classificação em categorias ou temas que tenham semelhança quanto ao critério sintático ou semântico" (Oliveira, Ens, Freire Andrade & Mussis, 2003, p.190).

3.3.2 Análise documental

Para além da realização de entrevistas semiestruturadas e observação participante, consideramos ser de fundamental importância complementar o entendimento do caso em estudo mediante a análise dos documentos institucionais, bem como aqueles acessados através das pesquisas eletrônicas. Assim, possibilitamos uma ampla compreensão acerca dos fatos históricos e acontecimentos relativos à cultura organizacional local. Os documentos nos orientaram acerca dos acontecimentos oficiais, compreendendo etapa inicial e iluminadora para análise das transcrições das entrevistas. Logo, este procedimento visou estabelecer a tipificação de cada documento, possibilitando a análise de cada um.

Segundo Flick (2005, p.149), "[...] as entrevistas e análise de documentos são integrados onde constituem uma promessa de conhecimento mais aprofundado". Entendido dessa maneira, consideramos a necessidade de coleta de documentos, a exemplo de relatórios anuais de execução de convênios relativos a projetos desportivos sociais dinamizados pela FAMFS, em parceria com os poderes públicos (municipal, estadual e federal), os quais, de acordo com Becker (1994,

pp.122-123) “[...] eles podem propiciar um histórico útil, documentação necessária para condições de ação para um grupo (como conjunto de regras codificadas) ou registro de eventos e análises”. Contudo, para este autor, se faz necessário examinar de forma cuidadosa como os documentos coletados foram criados; quem foram os responsáveis pela sua elaboração; de acordo com que procedimentos e para que propósitos?

Toda a documentação originária da FAMFS relacionada com o desporto foi analisada, tanto através da leitura de documentos escritos (atas de reuniões, deliberações, livros, publicações diversas etc.), quanto da reconstituição narrativa dos diferentes atores envolvidos nas atividades da institucionalização organizacional, iniciada no final da década de 1980.

3.3.2.1 Potencialidades

Quando em campo, procuramos ver os documentos que poderiam ser analisados, os que poderiam ser disponibilizados e quais que deveríamos intensificar na análise documental. Ainda, após a captação dos documentos, foi feita a pré-análise dos mesmos, de modo a possibilitar a seleção daqueles que nos interessavam para o presente estudo.

Uma análise do material recolhido em campo ou o documental, segundo Bardin (2008), em termos gerais, busca ultrapassagem da incerteza - respondendo às perguntas do estudo, hipóteses e pressupostos; bem como o enriquecimento da leitura, de modo a ultrapassar o olhar imediato e espontâneo, em busca de significados das estruturas relevantes e integração das descobertas, revelando a lógica interna daquilo que é dito, bem como comportamentos e as relações (Minayo, 2010a).

Segundo Howard Becker (2007, p.137), “para compreender como uma organização funciona, precisamos saber como os registros são mantidos”. Dessa forma, mediante o processo de análise documental, poderemos nos perguntar: De onde vêm os dados? Quem os colheu? A que constrangimentos organizacionais e conceituais foram submetidos? E como tudo isso afetou aquilo que é mostrado pela tabela que estou examinando? Ao analisar os documentos coletados procuramos interpretá-los à luz de tais considerações. Segundo Hughes, deveríamos examinar e discutir não apenas o que há de ilegítimo ou “sentido diabólico”, mas também o “sentido angelical” (citado em Becker, 1994, p.123).

Por outro lado, como sugere Becker (2007), pessoas e organizações colhem informação para seus próprios fins e segundo seu próprio sistema de avaliação da utilidade. Não colhem informação para que cientistas sociais façam pesquisas com elas. Logo, não coletam os fatos que gostaríamos de ter, e colhê-los representa um grande trabalho para nós. Dessa forma, destacamos as potencialidades existentes na utilização da análise documental, sendo mais à frente apresentados os tipos e documentos recolhidos.

Vários atores sociais envolvidos na FAMFS produziram significativos acervos pessoais ao longo dos anos. Desse modo, consideramos de grande importância analisar a informação e o conteúdo dos acervos particulares de profissionais e ativistas vinculados à FAMFS no período abrangido por esse estudo.

Para além de documentos advindos da base institucional e captados na internet, foram coletados arquivos audiovisuais, a exemplo de vídeos e fotografias de campo, para documentação complementar do caso em estudo e práticas em análise, bem como interpretações em forma de texto (Flick, 2005). De acordo com Sands (2002), imagens visuais, fotografias, filmes ou mais comumente uso de vídeos, podem facilmente obter mais detalhes do que notas de campo. Assim, foto de certos ambientes, muitas vezes, ajuda a relembrar memórias arquivadas e perdidas através do trabalho de campo.

3.3.2.2 Documentos recolhidos

Dentre os tipos de documentos resultantes da pesquisa realizada, existiram (tipificação documental anexo):

- A base eletrônica foi compreendida de 1.697 páginas, do período de 1995 a 2013, entre: convênios (02), dissertações de mestrado (02), fotografias (08), históricos (02), legislação (01), mapa de distribuição (01), matérias da internet (139), prestação de contas (14), projetos (03), relatórios (15) e vídeos (08).

- A base institucional correspondeu a 3.372 páginas, do período de 1987 a 2013, entre: atas de reunião (03), cartazes (03), certificados (14), contratos (05), convênios e termos

aditivos de convênios (179), currículo (01), declaração (05), diploma (01), Diário Oficial do Estado (DOE) (02), edital (01), e-mail (01), fax (01), folders (09), folha de pagamento (01), fotos (03), histórico (01), lista de pessoal (02), manuais (02), matérias (50), nota fiscal (02), ofícios (32), paper internacional (01), pôster (02), projetos (26), questionário (01), recibo (01), regimento interno (01), regulamento (01), relatórios (56), revistas (10), termo de abertura (01) e vídeo (01) - totalizando 5.069 páginas selecionadas de uma base maior.

Uma vez que as cópias dos arquivos disponibilizados pela fundação estavam encadernadas em diversos módulos, eles se encontravam de forma "desordenada". Foi possível distinguir, após idas e vindas à base de dados - por exemplo, os módulos referentes a convênios firmados com a prefeitura municipal de Feira de Santana ou convênios firmados com o Governo do Estado da Bahia - por intermédio das suas secretarias (trabalho, emprego, renda e desporto; combate a fome e desenvolvimento social etc.), e convênios com o governo federal, através do Ministério do Esporte e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Dessa maneira, a pré-análise implicou intensas horas de trabalho, especialmente por tratar-se de uma base de dados compreendida de documentos datados de 1987, até os dias atuais (2013), em milhares de páginas relacionadas ao objeto de estudo. Para além disso, alguns documentos disponibilizados pela entidade não possuíam datas e/ou especificações acerca da fonte - a exemplo de materiais de jornais e revistas copiados da década de noventa, alguns que puderam ser datados em função do contexto em que estavam inseridas as notícias. Dessa forma, alguns arquivos foram excluídos, por falta da especificação. Assim foi fundamental dispensar algumas horas para elaborar o resumo, em Dezembro de 2011, de 137 páginas envolvendo toda a base documental (5.069 páginas eletrônicas e institucionais) da instituição e destaques das 200 (duzentas) páginas das notas de campo durante a observação participante.

3.3.3 Observação participante

Na Antropologia, que tem no trabalho de campo o principal exercício de suas atividades de pesquisa, o próprio objeto da pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores,

como no plano da construção ou da definição do problema pesquisado pelo antropólogo. Uma vez no campo, o antropólogo também se relaciona com os nativos enquanto ator, e frequentemente participa do modo de vida do grupo estudado ou compartilha experiências com os seus interlocutores (R. C. De Oliveira, 1998).

As notas de campo são o método primário da obtenção de dados através da observação participante (Dewalt, Dewalt, & Wayland, 1998). Conforme sugerido por Emerson, Fretz e Shaw (2001), a etnografia é criada através de um processo duplo de produção e reprodução. Embora culmine em um integrado e coerente dado etnográfico, esse processo inicia na escrita de notas de campo no dia a dia, observações e reflexões no que concerne ao "campo de estudo".

A observação participante é uma técnica bastante utilizada no trabalho de campo antropológico. O método de observação participante exige uma abordagem particular de registro de observações (notas de campo), e a informação que o etnógrafo obtém através da observação participante é tão crítica para a análise social científica como técnicas de pesquisas formais, como entrevistas, observação estruturada e o uso de questionários (Dewalt et al., 1998).

3.3.3.1 Vantagens

Há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados através de perguntas ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados em sua plena realidade. Denominemo-los os *imponderáveis da vida real* (Malinowski, 1975).

A observação participante não envolve apenas ter acesso e estar imerso em novos mundos sociais, mas também produzir dados e descrições que oferecem novas versões desses mundos a outras pessoas (Emerson et al., 2001).

Pesquisadores de várias áreas do conhecimento desenvolvem estudos através da observação participante, mas tipicamente em um tempo mais curto do que aquele levado pelos antropólogos. Através da realização de entrevistas, busca-se saber o que o outro sabe, da maneira que ele sabe (Heyl, 2001).

Através das notas de campo, se pretende registrar "quem disse ou fez o que, em determinadas circunstâncias" (Emerson et al., 2001, p.358). A observação participante é o método em que o observador se envolve em atividades diárias, rituais, interações e eventos de pessoas em

estudo, enquanto uma das maneiras de aprendizado de aspectos tácitos e explícitos da cultura deles (Dewalt et al., 1998).

3.3.3.2 Procedimentos desenvolvidos (dezembro de 2009 a agosto de 2012)

Autorizada a realização do projeto de pesquisa de doutoramento, intitulado: "Desporto & Inclusão Social - Estudo do Programa 'Pintando a Liberdade e Cidadania' em Feira de Santana", passados os primeiros meses de atividade de campo e retorno de Portugal ao Brasil, notamos a possibilidade de ampliar o foco do programa para a instituição, uma vez que assim poderíamos estudar as diversas ações dinamizadas pela FAMFS desde a sua institucionalização, no domínio do desporto e inclusão social. Logo a atividade de observação participante requereu a presença do pesquisador em reuniões diretivas, nas unidades da Fazenda do Menor, escritório central e viagens em mobilização e captação de recursos para a entidade, prestando assessoria ao presidente da entidade.

Dentre as atividades de observação participante, ao longo de 2011 participamos de reuniões diretivas, administrativas e reuniões do conselho curador, fiscal e diretor da entidade. Ainda, a convite do presidente da FAMFS, estivemos a acompanhá-lo em numerosas viagens a Brasília, em mobilização e captação de recursos na Fundação Banco do Brasil, no Banco Regional de Brasília, no Governo do Distrito Federal - GDF, Ministério do Esporte, bem como a São Paulo - em visita a uma unidade do Programa "Pintando a Liberdade e Cidadania", e em visita à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP, além de numerosas atividades na capital do Estado da Bahia, em visita às Secretarias de Agricultura, Secretaria de Combate à Fome e Desenvolvimento Social; visita à PETROBRAS, ao Banco do Nordeste, à Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB, ao Consórcio Arena - na tentativa de comercialização de pisos emborrachados para as obras da "Fonte Nova", entre outras atividades administrativas em renovação da Declaração de Utilidade Pública da entidade, apresentação de relatórios de execução e aplicação de novos projetos para captação de recursos com o governo federal.

Além disso, estivemos a acompanhar as ações dinamizadas na Fazenda do Menor de Feira de Santana, a exemplo da Fábrica de Materiais Esportivos, Fábricas de Reciclagem, Escola Juíza

Lourdes Trindade, que, mesmo sem a renovação de convênios, esteve a oportunizar acesso ao ensino regular às crianças e aos adolescentes do bairro Aviário e bairros vizinhos, gerando emprego e renda às famílias de baixa renda e sem perspectivas de trabalho. Ainda, estivemos envolvidos na mediação de oportunidades da entidade em participação de torneios desportivos - a exemplo do Brazil Footbal Festival (BFF2011), quando a FAMFS conseguiu fabricar as bolas utilizadas no evento e criar condições financeiras para levar uma seleção de Feira de Santana, composta por jovens integrantes da Associação Desportiva Comunitária - ADC Astro, a um torneio desportivo internacional, que contou com times de diferentes regiões do Brasil, Estados Unidos, Europa e África.

Segundo Willian Foot-Whyte (1980), o apoio de indivíduos-chave em todos os grupos da organização que se está estudando é crucial. Mais do que informante passivo, a discussão de ideias e observações permitiu o estabelecimento de colaboradores da pesquisa, no verdadeiro sentido do termo. Consideramos, no entanto, que muitas vezes o silêncio foi melhor do que um roteiro de entrevista.

Foram diversas as experiências e tentativas de cooperação e diálogo, com diferentes instâncias de gestão política nacional, bastante cordial, com publicações imediatas nomeando retorno de parceria do Governo do Estado com a FAMFS (o que não ocorreu até o momento), para além dos materiais desportivos produzidos na entidade, distribuídos para diferentes países, inclusive a bola oficial das paraolimpíadas.

3.4 Procedimentos para recolha de dados

Dentre as diligências utilizadas para recolha dos dados da pesquisa, destacamos, inicialmente, a formalização da autorização para o desenvolvimento da pesquisa na instituição, de modo a possibilitar o acesso aos documentos institucionais.

Para elaborar a etnografia focalizada sobre o efeito local do desporto na inclusão social, utilizamos o recurso da observação participante (Atkinson, Coffey, Delamont, Lofland & Lofland, 2001) em encontros e reuniões da FAMFS, bem como o uso de entrevistas com os agentes sociais, beneficiários e familiares engajados nas ações da fundação. Isso envolveu viver e trabalhar com as pessoas estudadas, assumindo um papel de observador participante. Em outras

palavras, significou tornar-se parte do grupo (Blanchard, 2003) e, ao mesmo tempo, manter a vigilância epistemológica.

Acompanhamos comitivas de técnicos do Ministério do Esporte na "Fazenda do Menor", juntamento com uma equipe de filmagem e servidores públicos de El Salvador, em capacitação na unidade do Programa "Pintando a Cidadania", da Fazenda do Menor, e também comitiva dos Estados Unidos para o desenvolvimento de um programa de intercâmbio e profissionalização de atleta no Estado da Bahia.

Logo, estivemos a participar de numerosas atividades de campo e mantivemos contatos regulares com membros antigos e/ou atuais da direção (incluindo conselho curador, conselho fiscal, conselho diretor e fundador), técnicos e beneficiários dos projetos (a exemplo dos internos da Fazenda do Menor), com quem conseguíamos falar através da Escola Juíza Lourdes Trindade - um deles estava a prestar serviços e desenvolver atividades desportivas no contraturno escolar das crianças e adolescentes atendidos pela organização.

Nesse sentido, ao longo das atividades de campo, foram estabelecidos contatos e e-mails, por exemplo, do momento para agendamento das entrevistas - que foi reforçado com contatos telefônicos e mensagens de texto, pelo celular, para definição do local de realização das entrevistas, bem como do período de realização das entrevistas (matutino e/ou vespertino).

Tal como exposto por Favret-Saada (2005, p.157):

> Embora durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então: tudo se passou como se tivesse tentado fazer da "participação" um instrumento de conhecimento.

O primeiro método de trabalho consistiu em iniciar um diário em que anotamos, todas as noites, o trabalho efetuado durante o dia: fichas preenchidas e objetos recolhidos entraram nesse diário, que consistiu um repertório fácil de consultar (Mauss, 1967). Todo o objeto recolhido correspondeu a uma ficha descritiva pormenorizada, na qual diário, inventário e fichas constituíram um primeiro elemento do trabalho (Mauss, 1967).

Ao longo do nosso estudo, deixamos de lado, às vezes, as máquinas fotográficas, caderno e lápis, e nos integramos nos acontecimentos presentes (Hammersley & Atkinson, 1995), buscando no trabalho de campo o esboço claro da constituição institucional e dos itens culturais

cristalizados (“esqueleto”) dos dados da vida diária e do comportamento ordinário (“carne e sangue”) e, finalmente, o ponto de vista, opiniões e expressões dos nativos (“espírito”).

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer; pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (Favret-Saada, 2005).

No segundo semestre do ano de 2011 foram disponibilizados documentos organizacionais, sendo autorizada a liberação pela diretoria em Dezembro, quando foi feita primeira tentativa de sistematização e elaboração de uma grelha documental que possibilitasse visualizar os diferentes arquivos, tendo em consideração o ano do documento, a fonte de captação (ex. internet e/ou institucional), título e paginação. A tipificação documental em setembro de 2012 funcionou como uma espécie de *checklist*, não obstante ao intenso trabalho de transitar em uma base de milhares de páginas documentais, distribuídas em uma planilha contendo vinte e dois anos de atuação institucional.

Os arquivos foram tipificados entre base eletrônica e institucional, entre as diferentes fontes de captação de informações e tipificação dos arquivos com descrição do número, período, quantidade em função das diferentes subcategorias, a saber: convênios, projetos, relatórios, matérias diversas etc. Logo que concluída essa etapa, surgiu a necessidade de reformular o cronograma de trabalho, o qual foi enviado para os professores orientadores, juntamente com a proposta de tipificação nomeado: “Enquadramento Geral” dos documentos eletrônicos e institucionais.

Ao longo da atividade de observação participante, e na medida em que os documentos foram disponibilizados e resumidos, fomos identificando informantes-chave que estariam a participar das entrevistas semiestruturadas.

Entre os meses de fevereiro e abril de 2012, também realizamos observação participante nos Estados Unidos (Boca Raton/Florida), e prestamos assessoria ao presidente do Instituto Brasileiro de Futebol - BFUT, entidade responsável pela internacionalização da FAMFS em participação de torneios desportivos educacionais desde 1995. Na primeira oportunidade de ida a campo, durante a coordenação operacional de intercâmbios de equipes do Canadá, nos Estados Unidos, pudemos notar bolas fabricadas pela Fazenda do Menor. Durante o referido período

acompanhamos um trabalho com técnicos de Londres e Trinidad e Tobago, em atividades realizadas na praia com times femininos e masculinos, a exemplo de circuitos de treinamento. Realizamos conferências com o Brasil, em contato com o presidente da FAMFS, no sentido de viabilizar um projeto que fora selecionado pelo Ministério do Esporte para promoção do Brasil na Copa do Mundo de 2014.

No segundo semestre de 2012 foram realizadas as entrevistas, que ocorreram individualmente. Antes da realização das entrevistas procuramos agradecer a disponibilidade demonstrada por cada um dos entrevistados e relembramos os objetivos do estudo, já abordados quando do contato telefônico para agendamento das entrevistas (diretiva, técnica e beneficiária). A primeira questão dos guiões consistiu em possibilitar uma aproximação antes de adentrar ao objetivo do estudo, e visou a compreender a trajetória pessoal de cada um em participação na FAMFS, nos seguintes termos: "Para iniciar a nossa conversa, fale sobre a sua trajetória pessoal em participação na FAMFS". Existiram casos em que alguns minutos bastaram para seguirmos adiante para a segunda questão. Por outro lado, no caso de alguns entrevistados, esta foi a principal questão - chegando a passar mais de uma hora apenas com palavras de acompanhamento e escuta ativa - por compreender que poderia *a posteriori* enquadrar as questões a partir do relato de experiência de cada um. No final das entrevistas, todos tiveram a oportunidade de relatar outras experiências e/ou considerações que julgavam relevantes.

Durante e após a realização de cada entrevista foram tomadas notas de campo, contendo registros sobre o comportamento dos entrevistados (verbais e não verbais), tendo os integrantes dos diferentes grupos apresentado grande emoção no relato de experiência acerca dos projetos desportivos sociais dinamizados pela FAMFS, em Feira de Santana, Bahia - Brasil. Ainda, a escuta ativa e utilização de palavras de acompanhamento foi fundamental, culminando no agradecimento e comunicação de possível necessidade de contato complementar ao término das entrevistas, quando nos colocamos à disposição para esclarecimento de possíveis dúvidas e/ou recebimento de sugestões. Nesse sentido, as primeiras entrevistas possibilitaram estabelecer novos contatos, com números de telefone para novos agendamentos dos grupos previstos.

As entrevistas foram gravadas em versão áudio. Segundo Belei et al. (2008, p.189), a gravação utilizada visou: "[...] preservar o conteúdo original e aumentar a acurácia dos dados

coletados". Cumpre ressaltar que as transcrições das entrevistas-teste e totais foram realizadas pelo próprio pesquisador.

3.5 Técnica de tratamento de dados

Como consequência das características da metodologia a ser utilizada, a análise esteve pautada nas próprias peculiaridades do material etnográfico a ser coletado (Flick, 2005). A interpretação dos dados coletados através de entrevistas, da observação participante e da análise documental, levou em consideração a linguagem verbal e não verbal como proposta de reflexão crítica à produção e a apreensão de sentidos em um dado contexto.

A técnica de tratamento de dados utilizada foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 2008; Pereira & Leitão, 2007). De acordo com Bauer et al. (2002, p.212):

> As vantagens da Análise de Conteúdo são que ela é sistemática e pública; ela faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente; pode lidar com grandes quantidades de dados; presta-se para dados históricos e ela oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados.

Do ponto de vista de Fetterman (1998b), a escrita etnográfica deve recriar as várias formas de organização e interação social que meses de observação e estudo revelaram. Para tanto, a análise do material deve se processar de forma cíclica e circular, e não de forma sequencial e linear. Os dados não falam por si, é necessário extrair deles o significado. Isso, em geral, não é atingido em um único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir novas camadas de compreensão (Moraes, 1999).

O processo de análise de conteúdo envolve um conjunto de operações ou etapas, a saber: delimitação dos objetivos e definição de referência teórica, constituição de um *corpus*, definição de categorias, definição de unidades de análise, quantificação (se necessário) e interpretação dos resultados obtidos (Vala, 1986).

Com efeito, o conteúdo de uma palavra é caracterizado pela referência a uma situação dada; ora, estas parecem ser, no caso das palavras que apresentam um índice cultural, particulares

a uma sociedade. Estas palavras são, portanto, privilegiadas do ponto de vista que nos interessa, e constituem dados que a etnografia de texto está apta a pôr em evidência (Houis, 1987).

As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos, conforme Bardin (2008): a pré-análise dos dados, a exploração do material e o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Pode-se, por assim dizer, que o método de análise de conteúdo: "[...] é balizado por duas fronteiras: de um lado a fronteira da linguística tradicional e do outro o território da interpretação do sentido das palavras (hermenêutica)" (Campos, 2004, p.612).

Do ponto de vista operacional, primeiramente a análise de conteúdo parte de uma leitura das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos no material. Nesse sentido, todos os procedimentos levam a relacionar "estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e a articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem" (Minayo, 2010d, p.308).

3.5.1 Campos de atuação

Dentre os campos de atuação da técnica de análise de conteúdo, tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo (Bardin, 2008).

O momento do escrever, marcado por uma interpretação *de* e *no* gabinete, faz com que aqueles dados sofram uma nova "refração", uma vez que todo o processo de escrever ou se *inscrever* as observações no discurso, está contaminado pelo contexto – a saber, pelas conversas de corredor, pela pesquisa de biblioteca, entre muitas outras atividades, enfim, pelo ambiente acadêmico (R. C. De Oliveira, 1998).

Com base em Bardin (2008) a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal. Mas os dados advindos dessas diversificadas fontes

chegam ao investigador em estado bruto e devem ser processados para facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo (Moraes, 1999).

De certo modo, a análise de conteúdo "[...] é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação" (Moraes, 1999, p. 3).

Ideias brilhantes se fazem necessárias, pois o pesquisador busca pelo método de análise de conteúdo, segundo Bardin (2008), ultrapassar as incertezas e o enriquecimento da leitura, tendo por base um modelo formal calcado na necessidade de descobrir, pelo questionamento (E. De Oliveira et al., 2003): O que vejo, por exemplo, na mensagem, está realmente contido nela? Outros podem compartilhar a minha visão ou ela é muito pessoal? Ela vai além das aparências?

Os métodos até aqui descritos fazem da etnografia uma estratégia que acima de tudo utiliza a triangulação de diferentes abordagens metodológicas (Flick, 2005). A triangulação sempre aumenta a qualidade dos dados e a acurácia da descoberta etnográfica (Fetterman, 1998b). No fim do trabalho de campo o pesquisador possui, por conseguinte, uma enorme massa de elementos que terá de ordenar em um arranjo lógico, pondo sob um mesmo título todos aqueles que lhe pareçam pertinentes a cada tema ou assunto (Filho, 1976). A comparação entre dados resultantes de análise de conteúdo de entrevistas e dados observacionais podem elevar, de forma significativa, a qualidade dos achados (Fetterman, 1998b).

3.5.2 *Corpus* do estudo

Segundo Bardin (2008), o corpus é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Entendido dessa maneira, o presente estudo contou com a transcrição de 1.063 (mil e sessenta e três) minutos ou 18 (dezoito) horas de gravação digital, advindo das entrevistas, que foram transcritas em 6.450 (seis mil quatrocentos e cinquenta) minutos ou 108 (cento e oito) horas - equivalendo a necessidade de seis vezes o tempo de gravação para a transcrição das entrevistas testes e totais, compreendendo 836 (oitocentos e trinta e seis) páginas transcritas, relativas a 27 (vinte e sete) entrevistas semiestruturadas realizadas com 03 (três) grupos de entrevistados, nomeadamente: 08 membros antigos e atuais da direção/conselheiros/fundadores, 10 técnicos/coordenadores dos projetos e 09 beneficiários das

ações dinamizadas pela organização. As entrevistas ocorreram entre o mês de junho de 2012 e o mês de julho de 2012, em Salvador (capital do Estado da Bahia), Feira de Santana e São Gonçalo de Feira, sendo necessários cerca de trinta e um dias para o cumprimento desta etapa.

Foram contabilizadas mais de duzentas páginas de notas de campo, provenientes das atividades de observação participante, entre o mês de fevereiro de 2011 e o mês de fevereiro de 2013 - incluindo relatório elaborado durante o mês de realização das entrevistas, onde procuramos observar o dia a dia das unidades da fundação; a exemplo das fábricas de materiais desportivos, fábrica de reciclagem e escola, em visita a Fazenda do Menor, bem como proveniente da participação em reuniões diretivas/administrativas ou atividades de mobilização e captação de recursos em conjunto com o presidente da entidade, também em relatórios de mediação de conferências internacionais com o BFUT e acompanhamento de comitivas do Governo do Estado, governo federal, Universidades e parceiros internacionais.

A base documental da instituição compreendeu 3.372 páginas, incluindo convênios, termos aditivos de convênios, atas de reunião, estatuto etc., compreendendo fatos e acontecimentos ocorridos entre o período de 1987 a 2013. A base documental eletrônica, resultante de pesquisas eletrônicas desenvolvidas pelo pesquisador, foi composta de 1.697 páginas compreendidas entre o período de 1995 a 2013, todos relacionados ao objeto de estudo.

A base de material audiovisual, que foi composta por aproximadamente 300 (trezentos) registros fotográficos realizados durante atividade de campo, envolvendo as diversas unidades da FAMFS, nomeadamente: Fazenda do Menor (complexo desportivo e educacional, condomínio residencial, fábrica de materiais desportivos, fábrica de biscoitos, fábrica de reciclagem, bem como a sede do escritório central - antiga Casa de Custódia (primeira unidade da FAMFS), onde foi instalada uma unidade do Programa “Pintando a Cidadania”, em ampliação da fábrica de materiais desportivos da Fazenda do Menor. Ainda, existiram registros da comitiva da Universidade de Brasília, BFUT (Estados Unidos) e visita a uma unidade do “Pintando a Liberdade e Cidadania” em São Paulo, acompanhado do presidente da FAMFS – que, segundo o Presidente da FAMFS, foi instalada com base no modelo da Fazenda do Menor.

Em experiência internacional nos meses de fevereiro e março de 2012, nos Estados Unidos (Florida, Boca Raton), durante participação e observação participante, foram registradas 1.500 (mil e quinhentas) fotos, incluindo intercâmbios desportivos de equipes do Canadá nos

EUA, em que participamos, por duas vezes, na coordenação e operacionalização, envolvendo treinamentos na praia de Deerfield Beach (onde notamos a bola da FAMFS utilizada no treinamento e realizamos registros fotográficos), em campo gramado e/ou seminários educativos relacionados à nutrição e à medicina desportiva. Ainda, existiram cerca de 20 (vinte) vídeos elaborados durante observação participante, folders, livro do instituto e tivemos acesso a numerosos projetos relacionados ao desporto e dinamizados pelo BFUT nos EUA, Canadá, Espanha, Bermuda e Brasil.

3.5.3 Sistema Categorial

A definição do sistema de categorias pode ser feita *a priori* ou *a posteriori, ou* ainda através da combinação destes dois processos (Bardin, 2008; Pereira & Leitão, 2007; Vala, 1986). Quando *a priori* - o investigador pretende verificar hipóteses formuladas, tendo assim definido antecipadamente as categorias de análise. Quando *a posteriori* - as categorias não foram definidas antecipadamente; não existe qualquer pressuposto teórico que oriente a sua elaboração. Este tipo de análise é designado por "procedimento exploratório". No presente estudo, a construção do sistema categorial foi feita *a priori* e *a posteriori* (Bardin, 2008).

A análise do material se processa de forma cíclica e circular, e não de forma sequencial e linear. Uma vez que os dados não falam por si, foi necessário extrair deles o significado. Conforme explicitado por Moraes (1999), isso em geral não é atingido em um único esforço.

> O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão (Moraes, 1999, p.7).

Conforme sugerido por Belei et al. (2008), as classificações e os recortes dos relatos que as originaram são encaminhados a juízes para o cálculo de concordância, ou seja, para verificação da fidelidade da categorização realizada pelo pesquisador, o que pode evitar possíveis vieses. Esta categorização é aceitável quando a classificação do pesquisador e dos juízes atinge um índice de concordância mínimo de 70%.

Abaixo, apresentamos a justificação do sistema categorial escolhido *a priori*, tendo como parâmetro os objetivos do presente estudo, as dimensões da análise utilizada na aplicação dos guiões das entrevistas, os dados e as informações coletadas, com destaque de palavras, grupo de palavras, fatos, acontecimentos identificados na pré-análise dos dados das transcrições das entrevistas - utilizando a leitura flutuante e análise da base e resumo documental elaborado (fonte de dados primários) e ou coletados (fonte de dados secundários) ao longo de dois anos de trabalho de campo, diálogo e negociação com a diretoria para liberação da maior quantidade possível de documentos relacionados com a temática do estudo, de modo a possibilitar o cruzamento de informações resultantes dos discursos nativos, da pesquisa eletrônica, notas de campo e o contexto em que foram construídos e coletados tais dados.

3.5.4 Enquadramento das categorias de análise – justificação

A) Razões de realização - No domínio dessa categoria, pretende-se compreender as razões por detrás da: A.1) Utilização do desporto; e A.2) Realização dos vários projetos;

B) Caracterização dos projetos - Pretende-se fazer a caracterização dos diversos projetos desportivos sociais dinamizados pela FAMFS: B.1) Nomeando-se as ações; B.2) Período de realização; B.3) Beneficiários; B.4) Parceiros envolvidos; e B.5) Tipos de apoio dos respectivos parceiros, desde o surgimento da FAMFS (1990), aos dias atuais (2012);

C) Objetivos - Pretende-se perceber quais objetivos foram pensados: C.1) quando na implantação dos projetos;

D) Estratégias utilizadas - No âmbito dessa categoria, pretende-se verificar quais estratégias foram utilizadas pela fundação, para: D.1) Implementar; D.2) Manter os respectivos convênios e projetos desportivos sociais; e D.3.) Nível de cooperação e diálogo existente entre a FAMFS e as diferentes instâncias de gestão desportiva;

E) Resultados obtidos - Considerando cada um dos projetos dinamizados pela FAMFS, pretende-se conhecer os: E.1.) Benefícios; E.2.) População; e E.3.) Avaliação dos respectivos projetos;

F) Razões por detrás do sucesso do caso em estudo - no domínio dessa categoria, analisar as razões por detrás do sucesso do: F.1.) Desporto dinamizado pela FAMFS.

O presente estudo utilizou o método do estudo de caso, que é caracterizado pelo estudo profundo, detalhado e exaustivo de uma organização (neste caso a FAMFS), de modo a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Dessa maneira, trata-se de um estudo holístico, que tem em conta a realidade na sua globalidade, onde é dada maior importância ao processo (do que ao produto), à compreensão e à interpretação. Logo, o estudo de caso constitui a estratégia preferida quando se procura responder a questões: "como?"; "por quê?".

Por outro lado, a Antropologia do Desporto está centrada, ou procura responder ao "por quê?" e ao "para quê?". Logo, cumpre ressaltar que a análise dos dados coletados deverá ter em conta o contexto em que foram produzidos, para além da necessidade do cuidado ao fazer generalizações, procurando compreender o processo de avaliação dos projetos - por exemplo, (Categoria E.3) através do discurso nativo proveniente das transcrições das 27 entrevistas semiestruturadas (teste e totais), análise documental (eletrônica e internet), audiovisual e da experiência do pesquisador em atividade de observação participante e notas de campo.

Existem vantagens na utilização de programas informáticos em estudos de caráter qualitativo, para leitura/interpretação de materiais advindos de pesquisa do tipo etnográfica (incluindo notas de campo), de estudos de caso, como a construção de teorias a partir da combinação, confrontação e teste de materiais codificados (Duarte, 2002). Porém, atendendo às desvantagens e debates atuais (Minayo, 2010f) que se referem ao perigo de que os computadores possam alienar o pesquisador de seus dados, optou-se por não utilizar este tipo de programa nesse trabalho.

CAPÍTULO IV

Apresentação e Interpretação dos resultados

4.1 Introdução

O nosso estudo centrou-se no papel do desporto promovido pela Fundação de Apoio ao Menor (FAMFS) na inclusão social no município de Feira de Santana, Estado da Bahia - Brasil. Procuramos analisar o conteúdo das falas dos entrevistados, através da opinião dos técnicos, beneficiários e diretores dos vários projetos. Assim, buscamos compreender o efeito local do desporto na inclusão, empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável.

Passamos agora à análise dos dados obtidos através das entrevistas, da análise documental (base institucional, impressa e eletrônica), bem como das notas de campo provenientes das atividades de observação-participante. A análise dos dados coletados teve em conta o contexto em que foram produzidos os dados. Iremos apresentar vários quadros nos quais estarão referenciadas as categorias, subcategorias e suas frequências.

Faremos também a análise e interpretação dos resultados obtidos estabelecendo uma relação com a bibliografia pesquisada.

4.2 Categoria A.1 - Razões de utilização do desporto

A estratégia da FAMFS consiste na utilização do desporto como eixo aglutinador para outras atividades de cunho socioeducativo, possibilitando às crianças e aos adolescentes participantes a permanência no projeto e o sucesso da prática (Relatório FAMFS, 2002). Relatório de 1998 indica que somente através da educação, do desporto, da qualificação e do treinamento, poderemos resgatar o direito de participação e integração: razão para criação do projeto “educando através do desporto”.

De acordo com o Quadro 1, a maioria dos entrevistados caracterizaram o poder de unir e transformar as pessoas como sendo a principal razão para utilização do desporto como tema central na promoção e dinamização dos projetos da FAMFS. Assim, outros entrevistados mencionaram a socialização, os benefícios à saúde e educação.

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Poder de unir e transformar as pessoas	09
Socialização	08
Benefícios à saúde e a educação	07
Outras	02

Quadro 1. Razões de utilização do desporto

A esse respeito, observamos os depoimentos que seguem:

"[...] A atividade esportiva consegue unir e transformar pessoas, não é?... ". (D7)

"[...] Nós temos uma música, criação de nossos professores, que diz: Esporte é vida! Educação![...] Entendeu?[...] Esporte transforma!". (T4)

"[...] Com o esporte todos se envolvem [...] Quem não gosta de uma modalidade, gosta de outra [...]". (D3)

"[...] Não só a saúde em si [...] Mas a melhora de um modo geral do cidadão [...] A criança chegou aqui sem nada, saiu e cursou uma faculdade [...] Foram vários [...]". (T10)

"[...] Questão de sobrevivência, né?[...] Saúde física e mental [...]". (D6)

"[...] Você tem que praticar, primeiro, pela saúde [...]". (B7)

Estes resultados remetem-nos ao pensamento de Nelson Mandela, descrito por Silvana de Giovanni (Direttore – Fondazione Laureus Sport for Good Itália, Milão, 11 de Junho, de 2009), acerca do papel do desporto, quando nos diz que:

> Sport provides a magnificent preparation for life and fosters the most noble of human values: enthusiasm, teamwork, spirit of excellence, sacrifice and fair play. Sport practices can contribute to change the world. It has the power to unite people in a way that little else does. Sport can create hope where once there was only despair.

Para as Nações Unidas (UN, 2004), as atividades que envolvem o desporto não visam, meramente, à criação de novos campeões desportivos, nem o desenvolvimento do desporto, mas, sim, o uso do desporto para amplo desenvolvimento, e atividades em promoção da paz. Além disso, estudos estimam que para cada U$1 gasto em atividade física é economizado mais de US$3 em custos médicos.

O desporto é um meio para socialização, favorecendo a atividade coletiva, o desenvolvimento da consciência comunitária, a identidade e a representação simbólica da nação,

evidenciada em competições importantes. A essas funções, Bento (1991, citado em Alves & Pieranti, 2007), acrescenta, ainda, o fortalecimento da saúde, a recreação e a comunicação entre os participantes.

Do ponto de vista de Constantino (2006), o desporto pode constituir um importante meio de socialização que permite transmitir normas e valores sociais, e garantir direitos de cidadania. A esse respeito, Pires (1998) argumenta que a socialização através do desporto pode ser considerada uma forma de controle social.

Castellani Filho (2006) sugere que no início dos anos 70, que começou a ganhar corpo, o depois conhecido Movimento "Esporte Para Todos", o EPT, a comprovação de que o desenvolvimento econômico alcançado no início da década de 70, correspondia com o desenvolvimento social da sociedade brasileira, expresso – dentre outras formas – ao acesso às atividades físicas e de lazer pela camada da população, até então, dela alijada.

4.3 Categoria A.2 - Razões de realização dos projetos

A FAMFS tem por finalidade colaborar com poderes públicos na aplicação e desenvolvimento da política nacional do bem-estar da criança e do adolescente. É da competência da FAMFS: a) formular e desenvolver programas comunitários em favor da criança e do adolescente; b) prestar assistência a menores desassistidos, abandonados e em erro social, assegurando prioridade aos programas que visem sua integração a comunidade; c) promover a educação e a formação profissional de crianças e adolescentes; e, d) desenvolver estudos sobre problemas sociais que lhe forem pertinentes (FAMFS, 1999).

Os entrevistados consideraram a principal razão para realização dos vários projetos desportivos sociais promovidos pela FAMFS no município de Feira de Santana, gerar oportunidades a quem não tem acesso (Quadro 2). Assim, uns consideraram que a razão para realização dos projetos não é lucrativa, a razão é social.

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Oportunidades a quem não têm acesso	21
Não é lucrativa, a razão é social	04
Outras	02

Quadro 2. Razões de realização dos projetos

Algumas falas dos entrevistados evidenciaram esses resultados:

"[...] A fundação entrou no presídio, deu a oportunidade aos presidiários, Pintando a Liberdade, projeto do Ministério do Esporte [...]". (D8)

"[...] Nós tivemos garotos que vinham de quatro homicídios, e levamos para os Estados Unidos [...] Da mesma forma que esse garoto estava com esse processo de vida, tinha garotos de formação de classe média alta, junto, convivendo, conversando, ensinando, e foram várias viagens que levamos garotos assim [...]". (D1)

"[...] Dar oportunidade, ajudar aqueles que não têm condições [...]". (D2)

"[...] Tinha poucos dias que eu tinha saído do emprego, não tinha prática nas máquinas, e aí, aqui dava oportunidade [...]". (B6)

"[...] Não é lucrativa, a razão é social [...]". (B7)

"[...] Todos os projetos foram voltados pro social [...]". (D3)

As organizações da sociedade civil, através dos diferentes órgãos governamentais, entidades privadas e organizações não governamentais, têm se envolvido com a promoção de projetos, comumente chamados: "projetos sociais". Grande parte desses projetos está voltada às crianças e aos adolescentes pobres em situação de "risco social" ou de "vulnerabilidade social", e tem como meta ocupar o tempo livre dos mesmos com atividades desportivas, profissionalizantes e/ou complementares à escolarização formal (Souza et al., 2010).

A inclusão social é um conceito-chave na definição de políticas públicas que envolvem a justiça social, assegurando a igualdade de direitos, de liberdade, e de serviços como a educação, saúde, emprego, desporto e lazer (Silva et al., 2006).

As fundações são entidades constituídas por um patrimônio, que adquire personalidade jurídica a serviço do bem comum. Ressaltamos a importância da existência de um patrimônio aliado ao objetivo de servir o bem social, para a instituição desta entidade, sem a qual não é possível a sua criação (Maia, 2012).

Consideramos oportuno citar que a inclusão social envolve grupos desfavorecidos em atividades que seriam excluídos. Assim, no contexto das políticas sociais, o acesso ao lazer público tem sido uma grande preocupação do governo local (Hodgkinson & Hughes, 2012). Os mecanismos de inclusão e de exclusão que influenciam a participação desportiva formam uma complexa relação de fatores (Eling, 2005). Assim, mudanças na facilitação e organização do desporto podem melhorar a sua prática e promover a inclusão social da sociedade.

4.4 Categoria B.1 - Caracterização dos projetos: nomeando as ações

Com a implantação do Programa "Esporte Solidário" (1995), do Ministério Extraordinário dos Esportes, possibilitou-se a criação do "Projeto Novo Rumo", atendendo aproximadamente 6.000 (seis mil) crianças e adolescentes, em 35 núcleos, com a proposta de educar através do desporto. A FAMFS entrou em uma nova era na visão de contribuir de forma expressiva na geração de emprego e renda em Feira de Santana, viabilizando novas perspectivas de vida às crianças e aos adolescentes, nas variantes de atividades oferecidas. Relatórios analisados indicam que este programa contribuiu de forma objetiva no exercício pleno da cidadania, resgatando o direito de participação e integração. O "Programa Esporte Solidário" passou a ser visto como suporte filosófico que norteou as ações do "Projeto Novo Rumo", atreladas aos princípios da educação básica (Relatório Projeto Novo Rumo, 2000).

O "Programa Segundo Tempo", criado em 2003, abarca outras ações que vinham sendo desenvolvidas, como é o caso do programa "Esporte na Escola", e de algumas ações do "Esporte Solidário". Assim, o "Segundo Tempo" imprimiu o caráter de inclusão social com foco na educação integral.

Os projetos desportivos sociais mais evidenciados nas falas dos entrevistados envolveu a fabricação de materiais desportivos, através do Programa "Pintando a Liberdade", "Pintando a Esperança" e "Pintando a Cidadania". Seguidamente, dezoito entrevistados referiram-se ao "Esporte Solidário" e ao Programa "Segundo Tempo" como projetos desportivos sociais que democratizaram o acesso ao desporto, no contraturno escolar (Quadro 3). Outros entrevistados mencionaram a "Escola de Formação de Atletas" e o "Astro" em representações internacionais, na participação de torneios representando o Brasil no exterior.

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Produção de materiais esportivos	21
Esporte Solidário e Segundo Tempo	18
Escola de Formação de Atletas EFA, Astro e Representações internacionais	18
Outras	11

Quadro 3. Caracterização dos projetos: nomeando-se as ações

A opinião dos entrevistados é visível através das seguintes falas:

"[...] Um dos projetos mais fortes foi o Esporte Solidário, Programa Segundo Tempo, Pintando a Liberdade, Pintando a Cidadania [...]". (D5)

"[...] Na época a gente chamava Pintando a Liberdade, mas houve a mudança pra o Pintando a Cidadania [...]". (T8)

"[...] Escola de Formação de Atletas [...] tinha que direcionar a criança e adolescente para o mercado de trabalho, e a Associação Desportiva Comunitária ASTRO, filiada a Confederação Baiana de Futebol, oferecia as condições dos atletas estarem federados e legalmente habilitados ao mercado de trabalho [...]". (D1)

"[...] Nenhum clube do mundo fez uma preliminar de Copa do Mundo [...] nós fizemos contra a seleção francesa na preliminar de Brasil e Holanda [...] algo inesquecível pra todos que estiveram participando [...] e outras viagens para os Estados Unidos, Argentina, Itália [...]". (D1)

"[...] em 2006, fui para a Alemanha na Copa do Mundo, a gente foi representar o Brasil [...] em 2007, a viagem para a Suíça, onde nós fomos vice-campeões, encontramos os colegas das outras seleções que já conheciam a gente [...]". (B1)

"[...] O Segundo Tempo, que dava aula, como falei antes [...] Piso de borracha, também, que estou até hoje [...]". (B3)

O desporto representa uma importante indústria na geração de emprego, renda e envolvimento de diferentes esferas da sociedade (Timpka et al., 2008). Organismos internacionais apresentam-no enquanto componente significativo das metas para o desenvolvimento das Nações Unidas (UN, 2004), em particular os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, contudo a publicação de estudos de impacto é ainda novidade no Brasil.

Também, conforme descreve Kelly (2010), há entusiasmo internacional e um compromisso bem estabelecido nas políticas nacional e internacional de desportos para promoverem a participação social e a ideia de que o desporto pode ser usado para promover a 'inclusão social'. De acordo com o Livro Branco do Desporto, promovido pela União Europeia, e

a legislação portuguesa (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto), verificamos que o desporto contribui de forma importante para a coesão econômica e social e uma maior integração na sociedade, promovendo o desenvolvimento das relações sociais, estimulando o contato entre países e cidadãos.

As potencialidades do desporto como estratégia de inclusão social, na instituição prisional, parecem ser enormes, "contudo será prudente aproveitá-las como contributos modestos, como possibilidades que carecem de ser experimentadas" (Marivoet, 2005, p.33). Em tais circunstâncias, o indicador de reincidência (Gilling, 2001) é um dos possíveis determinantes de efetividade das ações, entendido enquanto capacidade de transformação e mudança social (Wilson et al., 2001).

Estudo etnográfico em uma prisão espanhola desenvolvido por Martos Garcia et al.(2009) visou a compreender os significados que os exercícios físicos e o desporto tinham para os presos, funcionários, educadores e monitores. Os resultados sugerem que a reinserção mediante estas práticas é uma ilusão, embora seja a finalidade oficial da reclusão. Evidências sugerem potencial educativo ligado ao autocontrole e, sobretudo, o entretenimento e a compensação pela ocupação do tempo livre.

Durante o período do nosso estudo (notas de campo), nós participamos na elaboração do projeto para renovar o Programa "Segundo Tempo" em Feira de Santana, e outros municípios no estado da Bahia - prevendo o atendimento de 8.000 crianças e adolescentes através de práticas desportivas educacionais. O projeto foi aprovado em 10 de outubro de 2011 – conforme a lista das 612 entidades selecionadas, e divulgada pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. A FAMFS ficou entre as ONGS classificadas, mas o recurso não foi liberado, uma vez que coincidiu com o período da suspensão dos convênios do governo federal com as organizações não governamentais.

4.5 Categoria B.2 - Caracterização dos projetos: período de realização

Os convênios firmados com o governo federal tiveram início o ano de 1995, através da implantação do Programa "Esporte Solidário", seguidamente o "Programa Pintando a Liberdade", Programa "Segundo Tempo" – em substituição ao "Esporte Solidário", e Programa

“Pintando a Cidadania”, em expansão do “Pintando a Liberdade”, notamos apoio técnico e financeiro que visaram: a fomentar a prática do desporto por meio da produção e à distribuição gratuita de materiais desportivos, através da mão de obra de pessoas inseridas em comunidades reconhecidamente carentes, detentos do sistema penal brasileiro e internos da Fazenda do Menor; realização de eventos, a exemplo do “Encontro de Esportes de Criação Nacional”; participação em eventos internacionais, a exemplo da viagem para a Suíça, Alemanha e Itália; produção de placas de piso sintético para pista de atletismo; onde notamos tratar-se de parcerias na implantação de diversas ações, com renovações continuadas, e aumentos progressivos no número de beneficiários, e/ou metas de produção de materiais desportivos, até a interrupção de todas as atividades.

No domínio da produção de materiais desportivos, provenientes do convênio com o governo federal, através do Ministério do Esporte, os entrevistados referiram ao início em 2001, e interrupção em 2011. Oito entrevistados mencionaram que o “Esporte Solidário” e o Programa “Segundo Tempo” tiveram início e término em 1995/2002, e 2003/2009, respectivamente (Quadro 4.).

SUBCATEGORIAS	**Nº frequência**
Produção de materiais esportivos (2001/2011)	07
Esporte Solidário e Segundo Tempo (1995/2002 ; 2003/2009)	08
Outras	06

Quadro 4. Caracterização dos projetos: período de realização

A esse respeito, os entrevistados expressaram:

“[...] O Esporte Solidário foi em 95, e o Segundo Tempo foi em 2003 [...]”. (D5)

“[...] O Pintando a Liberdade foi em 2001, o início, e fechou em 2011 [...]”. (D2)

“[...] Têm uns quatro anos que o projeto não funciona mais, né? Pelo menos o Projeto Segundo Tempo [...]”. (D4)

“[...] Quando iniciou, eu não sei, porque, quando eu cheguei em 2005, já tinha tudo isso [...]”. (B6)

A participação da sociedade civil brasileira aumentou em meados da década de 1980, quando iniciou um processo de redemocratização do país, após mais de 20 anos de ditadura militar. Nesse período, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que assegurou a plenitude dos direitos individuais, políticos e sociais. Também conhecida enquanto Constituição Cidadã, devido aos avanços sociais e eleições diretas para presidente do país. Na década de 1990, notamos um aumento na relação entre o Estado e as organizações da sociedade civil que executam as políticas públicas, dando início ao chamado "boom" do terceiro setor. É justamente nesse contexto que se deu a institucionalização do caso em estudo.

Azevêdo e Barros (2004a) abordaram a relevância de uma gestão governamental profissional do esporte brasileiro e o perfil do servidor público que atuou nesse setor, entre 1995 e 2002. Para os autores, a gestão pública do desporto possui decisivo valor na definição de prioridades e implantação de políticas sociais.

A pesquisa acima envolveu coleta e análise de documentos oficiais, e aplicação e avaliação de questionário aos técnicos que participaram do planejamento, análise e avaliação de programas desportivos do governo federal, entre 1995 e 2002. Observou-se, nesse período, diversas trocas de ministérios, ministros e demais profissionais de diversos escalões do governo. Uma gestão profissional, na atuação governamental, é importante na busca de resultados sociais abrangentes a todo o país. A profissionalização da gestão pública do desporto brasileiro é fundamental para a promoção de seu exercício enquanto um direito constitucional e uma ação social relevante. Observamos os resultados quando vemos competente utilização dos recursos para a consecução dos objetivos sociais a eles vinculados.

Em Outubro de 2011, realizamos pesquisa no "Portal da Transparência" do governo federal, e analisamos os convênios firmados com a FAMFS de 1996 a 2011. Na época, foram identificados 28 convênios concluídos, 10 convênios adimplentes, 03 convênios em prestação de contas e 02 convênios em execução. A esse respeito, no primeiro ano de nosso estudo, notamos a fábrica de materiais desportivos e a escola operantes - as demais unidades estavam inativas, mas sempre notávamos movimento na "Fazenda do Menor", seja nas crianças da "Escola Juíza Lourdes Trindade", seja nas unidades de produção. Participamos, inclusive, da reunião com o Governo do Distrito Federal – GDF para produção dos materiais desportivos prevendo a Copa do

Mundo de 2014, quando a fundação recebeu credenciamento da FIFA, e exclusividade, na produção dos materiais promocionais do GDF.

Em Dezembro de 2012, realizamos nova pesquisa no "Portal da Transparência" do governo federal, e notamos novo enquadramento relativo aos convênios firmados com a FAMFS. Notamos 34 convênios concluídos, 03 convênios adimplentes, 05 convênios em prestação de contas e 02 convênios inadimplentes. Os dois últimos estariam relacionados à aquisição de um equipamento com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e a prestação de contas de um convênio do "Programa Segundo Tempo", do Ministério do Esporte, respectivamente. Ao notarmos a situação inadimplente de dois convênios da fundação com o governo federal, através do segundo ano de análise dos convênios, no Portal da Transparência da União, entendemos que esse pode ser um dos obstáculos para a renovação de convênios com o poder público. Por outro lado, estudo realizado por uma promotora do Ministério Público de Feira de Santana (Maia, 2012), apresentou que a entidade estaria apta para a celebração de convênios.

4.6 Categoria B.3 - Caracterização dos projetos: beneficiários

Após 23 anos de constituição, a fundação realizou ações envolvendo crianças, adolescentes, jovens – incluindo portadores de necessidades especiais, em atividades educativas, profissionalizantes, gerando emprego e renda a pessoas em situação de risco pessoal e social, e democratizando o acesso às práticas desportivas, através da distribuição gratuita de materiais desportivos. Os projetos beneficiaram não apenas o município de Feira de Santana, mas dezenas de municípios do Estado da Bahia, sobretudo, produzindo e distribuindo materiais desportivos, com a utilização da mão de obra de internos da Fazenda do Menor, pessoas de comunidades em áreas de reconhecida vulnerabilidade social, e detentos do sistema penal brasileiro, assim, atenderam às necessidades do Ministério do Esporte em todo o território nacional, e países com quem o Brasil manteve acordos de cooperação internacional.

O relatório de execução (2007/2008) do "Programa Segundo Tempo", apresentou o atendimento de 58.000 (cinquenta e oito mil) crianças e adolescentes, em 137 cidades do Estado. Desses, 40.000 eram praticantes do futebol. A gestão contou com a parceria: FAMFS, Ministério do Esporte e Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e

Esporte SETRE. Na época, a organização realizou uma seleção de talentos, que representou o Brasil em um evento de futebol de rua na cidade de Basileia (Suíça). Durante treze anos de trajetória com o Ministério do Esporte, a FAMFS teve um custo médio de R$7,42 (sete reais e quarenta e dois centavos) por criança atendida mensalmente, o que tornou esse o maior e mais econômico projeto de inclusão social do país, oferecendo reforço escolar, reforço alimentar, desporto e lazer.

Quase a totalidade dos entrevistados mencionaram as crianças e os adolescentes os principais beneficiários dos projetos desportivos sociais da fundação. Outros referiram às famílias dessas crianças (Quadro 5.).

SUBCATEGORIAS	**Nº frequência**
Crianças e adolescentes	23
Família dessas crianças	19
Outras	03

Quadro 5. Caracterização dos projetos: beneficiários

O discurso de alguns entrevistados confirmam essas subcategorias analíticas:

"[...] Antes de mais nada, ao adolescente, à criança, através da escola, do ensino regular, né?[...] Meninos de rua, carentes mesmo, as famílias dessas crianças e desses adolescentes [...]". (D6)

"[...] A gente trabalha sempre com criança e adolescente [...] De todos os níveis, né?[...] É criança e adolescente que quer participar [...]". (D5)

"[...] Segundo Tempo, as crianças e adolescentes [...] Do Pintando a Liberdade, é a comunidade carente, Aviário e outros bairros [...]". (D2)

"[...] Crianças carentes, né?[...] Da periferia, da zona rural, cidades pequenas, né? [...]". (D4)

"[...] Crianças e adolescentes, né?[...] E os pais [...]". (T10)

"[...] As pessoas carentes, sem profissão, sem nada [...]. Na fábrica de piso eu cadastrei todo mundo como operador de máquinas [...]". (T1)
"[...] Crianças, né?[...] Estímulo pra retorno à escola, e à família [...]". (T3)

"[...]Ah, crianças e adolescentes, com certeza! [...]". (T6)

"[...] Já participou comigo crianças, jovens, adultos nem muito, por que era mais para a infância, né?[...]". (B8)

Do ponto de vista de Ridge (2006), a participação é um princípio fundamental da inclusão social. Neste caso, para as crianças que são pobres, o acesso a recursos adequados e oportunidades para participação social são preocupações significativas.

Para uma análise crítica (Raupp & Miltinisky-Sapiro, 2005), no domínio do alcance das metas relacionadas aos jovens em situação de risco pessoal e social, se faz necessário investigar o que não está explicitado, considerando os vários aspectos para uma compreensão mais ampla dessa problemática. Assim, a investigação deve contemplar desde espaços físicos destinados ao atendimento aos adolescentes, a relatos de profissionais e pessoas locais, possibilitando o tensionamento entre o dito e o feito, correlacionando às políticas públicas às práticas cotidianas.

A FAMFS tem por finalidade colaborar com os poderes públicos na aplicação e desenvolvimento da política nacional do bem-estar da criança e do adolescente. Contudo, o serviço social do Ministério Público diz que, considerando ser o objetivo da entidade o de promover o bem-estar da criança e do adolescente, "A fundação tem um desvio de finalidade ao de trabalho e renda, centralizando assim, na família como um todo", conforme relatório citado em recente estudo desenvolvido por Maia (2012).

No período do nosso estudo (notas de campo), acompanhamos reunião do Conselho Curador, Sócios Fundadores, com direito a voto, na forma regimental, bem como os candidatos aos cargos administrativos (Edital 001 de 2011). Durante a Assembleia Geral de eleição do Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Diretor para o exercício 2011-2013, e posse aos eleitos, de acordo com o novo Estatuto, já devidamente aprovado pelos Conselhos e pelo Ministério Público Estadual, alterando a denominação Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana, que passou a ser Fundação de Apoio ao Cidadão e de Mobilização Social de Feira de Santana - FAMFS. Ainda, foram convidadas autoridades do Poder Judiciário, Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Ministério Público.

4.7 Categoria B.4 - Caracterização dos projetos: parceiros

De acordo com o Quadro 6, o principal parceiro da FAMFS na dinamização dos vários projetos desportivos sociais, desde a sua institucionalização, foi o poder público. Outros

entrevistados destacaram a sociedade civil organizada, os organismos internacionais e as universidades. Sete entrevistados se referiram aos outros parceiros envolvidos nos vários projetos desportivos promovidos pela fundação.

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Poder público	41
Sociedade civil organizada	08
Organismos internacionais e universidades	06
Outras	07

Quadro 6. Caracterização dos projetos: parceiros

Isso ficou evidente nos depoimentos dos informantes-chave:

"[...] A prefeitura, o Estado, os empresários, os clubes de serviços [...]". (D8)

"[...] Governo Municipal, através das secretarias municipais de desenvolvimento social [...] O Governo do Estado, através da SECOMP, FUNDAC, SETRE [...] E o Governo Federal, através do Ministério do Esporte e MDS [...]". (B2)

"[...] O parceiro maior foi o Governo do Estado, no período que teve [...]. O Governo Federal, através do Ministério do Esporte [...] Esses foram os principais parceiros, mas, tiveram universidades, várias instituições no Brasil inteiro [...] E internacional [...]". (D5)

"[...] A sociedade civil organizada [...] Essa foi a proposta inicial da Fundação de Apoio ao Menor, né?[...]". (D7)

"[...] O Ministério do Esporte [...] Governo do Estado, acho que através da SUDESB, alguma coisa assim [...]". (D4)

As mudanças que vêm ocorrendo no aparato estatal têm na descentralização uma das suas principais diretrizes, significando transferência da gestão das políticas sociais para as instâncias mais periféricas do poder e para entes públicos, privados, com o objetivo de garantir à população os seus direitos sociais (Junqueira, 2004).

Programas destinados a alcançar populações específicas (denominadas de 'carentes', 'em risco', 'desafeto'), servem ao propósito de desenvolvimento do desporto, aumentando a diversidade dos participantes. Isso contribui para o desporto porque alcança as pessoas que, por uma razão ou outra, não receberam as mesmas oportunidades de participação de outras. Logo, a

prestação equitativa de bens sociais, como desporto, é uma questão importante para o financiamento dos programas de governo (Green, 2008).

Do ponto de vista de Falconer (1999), há aspectos obscuros e um intenso debate ideológico sobre a relação entre os três setores (público, privado e sem fins lucrativos), que não conta com o necessário suporte de fatos documentados, justificando a necessidade de pesquisas no terceiro setor, e sobre as relações intersetoriais.

Dessa forma, a relevância da pesquisa é inquestionável dentro da perspectiva da importância das entidades sem fins lucrativos no Estado pós-moderno, no qual se consagra a intervenção mínima desse na vida dos cidadãos, que foram instados a assumirem funções de responsabilidade social, em decorrência dos novos paradigmas de deveres perante a sociedade, para garantir o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado na Constituição Federal (Maia, 2012).

Em Julho de 2011, estivemos em visita à Fazenda do Menor para acompanhar a produção dos materiais para o Brazil Footbal Festival - BFF2011. Na oportunidade, acompanhamos a situação dos produtos encomendados pelo Governo do Distrito Federal - GDF para a Copa do Mundo e a pista de atletismo da Universidade de Brasília – UnB, em fase de conclusão para instalação. Chegando ao estádio da Fazenda, notamos a seleção de Feira de Santana, em fase de concentração e preparação para participar do torneio internacional em São Paulo, na categoria Sub17. Observamos o presidente da FAMFS com o técnico e os atletas, em círculo no meio do campo de futebol. Enquanto isso, observamos os pisos da pista móvel de atletismo sendo colados, e a pintura de outras partes já coladas. Como estávamos com visita da Ford, na Fazenda do Menor, seguimos para diálogo com representantes da Saargumi, parceiros na doação de material para reciclagem. Nesse dia, notamos que é muito frequente cruzarmos com ex-internos, e/ou ex-funcionários da FAMFS em Feira de Santana.

4.8 Categoria B.5 - Caracterização dos projetos: tipos de apoio

As ações da FAMFS foram financiadas, majoritariamente, pelo governo federal, representando algo em torno de 87% dos recursos financeiros mobilizados pela diretoria (no período compreendido de 1990 até 2011), e valores estimados em mais de R$ 73.200.000,00

(setenta e três milhões e duzentos mil reais), através do Ministério do Esporte. Além disso, localizamos numerosos convênios estaduais, equivalentes a 11% dos recursos financeiros mobilizados, e valores estimados em mais de R$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), articulados a esssas ações federais, principalmente por intermédio da Secretaria de Trabalho e Ação Social - SETRAS, a Secretaria de Combate à Pobreza - SECOMP, a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB e a Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC. Finalmente, destacamos a participação do município de Feira de Santana, representando em torno de 2% dos recursos financeiros mobilizados, e valores estimados em mais de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).

Os convênios com o Município de Feira de Santana apoiaram tecnicamente e financeiramente o: atendimento a crianças e adolescentes em regime de abrigo; participação de atletas em eventos; complementação na construção do complexo desportivo da Fazenda do Menor; oferecimento de cursos profissionalizantes; filmagem; realização dos II Jogos de Cidadania (Copa Bairros e Copa Distrital); realização da XVI Olimpíada Nacional das APAES; incentivo ao desporto amador, na realização do II JEFS Jogos Estudantis de Feira de Santana; realização da II Olimpíada Estudantil do Novo Milênio; confecção de camisas para alunos de escolas públicas municipais; instalação e manutenção do "Projeto Expandindo Capoeira Terapia".

De forma geral, analisando os convênios com o Governo do Estado da Bahia, sobretudo no domínio da parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente FUNDAC, os convênios envolveram apoio técnico e financeiro para o/a:

- Atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social – incluindo portadores de transtorno mental no Estado, nas suas unidades de atendimento, através de ações socioeducativas, em conformidade com os planos de trabalho;
- Cessão da área do Estado, para administração através da diretoria da FAMFS, denominada "Fazenda do Menor";

- Assistência, proteção e apoio a crianças e adolescentes do município de Feira de Santana, na Fazenda do Menor, Casa de Custódia Desembargador Almir Castro e Projeto Caminhar;

- Desenvolvimento de ações socioeducativas, de iniciação profissional e geração de renda, beneficiando crianças e adolescentes em regime de abrigo;

- Programa abrigo, beneficiando crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;

- Atender crianças e adolescentes participantes da Escola de Formação de Atletas EFA, e realização dos II Jogos de Integração;

- Assistência, proteção e apoio aos adolescentes em regime de internação provisória ou cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, na Casa de Atendimento Socioeducativo Juiz de Melo Matos, em Feira de Santana;

- Manutenção da Escola de Formação de Atletas - EFA;

- Manutenção da Casa de Atendimento Socioeducativo Juiz de Melo Matos, em Feira de Santana;

- Programa de atendimento socioeducativo em meio aberto e abrigo; o primeiro beneficiando crianças e adolescentes da Fazenda do Menor e EFA, e o segundo, crianças e adolescentes da Casa de Custódia e Fazenda do Menor, em situação de risco pessoal e social;

- Construção do ginásio poliesportivo, pista de atletismo e pavilhão educacional da Fazenda de Apoio ao Menor de Feira de Santana;

- Aquisição de equipamentos e material de consumo para a fábrica de bolas a ser instalada na Fazenda do Menor;

- Assistência, proteção e apoio as crianças e adolescentes, seja com atendimento preventivo e educacional, em tempo integral, em situação de risco pessoal e social, em regime residencial e em situação de risco pessoal e social e/ou portadores de deficiência mental leve, em regime de casas lares, além da manutenção das unidades denominadas Fazenda do Menor e da Casa de Atendimento Socioeducativo Desembargador Almir Castro (Casa de Custódia), em Feira de Santana.

Ainda no domínio Estadual, a FAMFS celebrou convênios com a:

- Secretaria de Combate à Pobreza - SECOMP, em cooperação técnica e financeira para: alocação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Erradicação da Pobreza, para a construção de vinte casas destinadas aos meninos de rua, oriundos das instituições da FAMFS, e as famílias carentes nas áreas da Fazenda do Menor, de acordo com as ações contempladas no plano de trabalho; e na implantação do projeto "Nova Alternativa de produção da Fábrica de biscoitos da Fazenda do Menor", destinado ao atendimento dos beneficiários do Programa "Esporte Solidário" em 2002;

- Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, visando à colaboração mútua para a realização de um trabalho educativo na profissionalização de menores, para atuar no apoio aos serviços administrativos; e no desenvolvimento de trabalho educativo, na profissionalização de educadores (1993; 1998; 2003);

- Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB, sobretudo, visando: a fomentar o desporto amador, através de cooperação técnica e financeira; aquisição de materiais desportivos (bolas de futebol de campo, bolas de futebol de salão, bolas de vôlei e bolas de handebol), fabricadas pelos "menores" da FAMFS; complementação das obras do ginásio de desportos da Fazenda do Menor de Feira de Santana;

- Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE/BA, visando à: capacitação de monitores e coordenadores do Programa "Segundo Tempo", em Feira de Santana.

De acordo com o Quadro 7, os entrevistados evidenciaram porquanto principal apoio da fundação na dinamização dos seus projetos desportivos sociais, aquele advindo do poder público. Assim, seis entrevistados referiram ao apoio institucional, técnico e sob a forma de capacitação. Outros entrevistados referiram ao apoio financeiro advindo do poder público.

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Poder público	12
Institucional, Técnico e Capacitação	06
Financeiro	05
Outras	04

Quadro 7. Caracterização dos projetos: tipos de apoio

Algumas falas dos entrevistados evidenciam esses resultados:

"[...] Quando não era financeiro, era apoio moral, ou institucional [...]". (D5)

"[...] Os empresários oficiam a juíza, dizendo que a empresa tem vagas, e, aí, a juíza oficia o empresário remetendo o jovem, recomendando, porque os jovens têm que frequentar a aula, o período escolar [...] Metade do salário mínimo [...]". (D8)

"[...] A FUNDAC tentou dispensar todo apoio que a FAMFS precisava [...].Também, a FUNDAC, recebeu todo o apoio que precisava da FAMFS [...]". (D6)

"[...] O Estado e o Governo Federal davam todo o apoio financeiro [...]". (D2)

"[...] Financeiro, capacitação, fiscalização, acompanhamento [...]. Como se fosse um órgão fiscalizador, né?[...]. Estava sempre presente [...]". (D4)

Com base na Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2003), para criar ambientes que ajudem as pessoas a serem fisicamente ativas são necessárias políticas e iniciativas multisetoriais. Por exemplo, podemos pensar nas ações coletivas baseadas nos interesses da população, envolvendo diferentes atores sociais, como instituições públicas e as organizações não governamentais (ONGs). Ainda, notamos necessário o entendimento dos diversos setores, como o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Esporte, além de um trabalho de planejamento urbano em municípios e governos locais.

Do ponto de vista de Silva et al. (2006), a interação universidade-empresa-governo é cada vez mais a base estratégica para o desenvolvimento econômico e social nas sociedades industriais

desenvolvidas, e também naquelas em desenvolvimento. Em resumo, é na dinâmica da relação entre o Estado e a sociedade civil que o capital social se desenvolve. Daí a importância de novas sinergias entre o público e o privado, a sociedade e o Estado, num esforço articulado entre eles.

Estudo realizado por Machado (2008), acerca do estado nutricional dos escolares da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, acompanhados pela FAMFS, no município de Feira de Santana, identificou que existia nessa população a presença de desnutrição crônica, em que todas as crianças eram provenientes de famílias de nível socioeconômico baixo, portanto, possivelmente em condições ambientais desfavoráveis. Os resultados do estudo realizado por Machado (2008) indicaram que esta população é passível de intervenções nutricionais que podem auxiliá-las a garantir o seu potencial de crescimento.

Preocupada com a alimentação oferecida aos participantes do Programa "Segundo Tempo", a FAMFS buscou estudos para produzir o "Energético Fortificado FAMFS: o alimento para toda hora", junto com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP. Assim, foi firmado convênio para a prestação de serviços técnicos especializados, na área de assessoria, produção e desenvolvimento de alimentos, enriquecimento de biscoitos energéticos derivados da farinha de mandioca produzidos pela FAMFS, com micronutrientes e minerais, conforme recomendações da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para alimentos enriquecidos.

4.9 Categoria C.1 - Objetivos pretendidos

A FAMFS tem por finalidade a prestação de assistência integrada da criança e do adolescente, assegurando, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao desporto, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e à comunitária (Regimento Interno FAMFS, 1998).

O Programa "Pintando a Liberdade" tem interface direta com o Programa "Segundo Tempo", de forma a efetivar o atendimento das crianças e adolescentes, por meio do material desportivo, distribuído nos núcleos de desporto, e dos uniformes (camisetas), disponibilizados a cada criança e jovem. Nesse sentido, para garantir a confecção das camisetas previstas para o

atendimento do público-alvo do "Segundo Tempo", faz-se necessário um reforço orçamentário para o "Pintando" ou para a ação de funcionamento do núcleo do "Segundo Tempo". Dessa forma, com base na Tomada de Contas de 2006, do Ministério do Esporte, poder-se-ia repassar aos parceiros, que têm convênios com os dois programas, recursos para a confecção do material, indispensável ao bom desenvolvimento das atividades dos núcleos. Cabe ressaltar que, no exercício de 2005, esse fato já ocorreu através dos convênios com a FAMFS e a Associação do Mutuário do Bairro Santa Etelvina – ACETEL/SP, a fim de garantir uma produção de camisetas que possibilitou o atendimento mínimo de uma camiseta para cada integrante dos núcleos de esporte educacional em 2005. À época do nosso estudo (notas de campo), estivemos com o presidente da FAMFS em visita à ACETEL, para tratar de questões relativas ao "Pintando a Liberdade".

De acordo com o Quadro 8, podemos verificar que a maioria dos entrevistados caracterizou democratizar o acesso ao desporto como sendo o principal objetivo a ser atingido pelos projetos desportivos sociais promovidos pela fundação. Outros entrevistados referiram ainda, gerar trabalho, emprego e renda. Treze entrevistados mencionaram a solidariedade, ajudar a família e resgatar pessoas na linha de pobreza.

SUBCATEGORIAS	**Nº frequência**
Democratizar o acesso ao esporte	22
Gerar trabalho, emprego e renda	14
Solidariedade/Ajudar famílias e resgatar pessoas na linha de pobreza	13
Outras	01

Quadro 8. Objetivos pretendidos

Os entrevistados afirmam o seguinte, nos seus depoimentos:

"[...] Oportunizar os jovens a prática esportiva como forma de educar, e, depois, transformávamos em um grande profissional [...]". (D5)

"[...] O objetivo é fomentar a prática do esporte, dar razão, trabalho, emprego e renda, né?[...]". (D2)

"[...] Existe um sentimento de solidariedade muito forte, e muito evidente, àqueles que vivenciam junto com a FAMFS [...]". (D7)

"[...] Resgatar essas pessoas, na linha de pobreza, momentos ociosos, quando saíam da escola [...]". (T3)

"[...] Com a ajuda da sua família, sempre nesse contexto [...]". (T10)

"[...] Oferecer o esporte, à pessoa que não tem esse direito [...]". (T4)

"[...] Ganhei uma oportunidade de juntar um dinheiro, né? [...] E aí, graças a Deus, deu pra comprar umas coisinhas aí, ajudar uns parentes [...]". (B3)

"[...] Ganhar um dinheiro pra eu me manter com minha família [...]". (B6)

"[...] É sonho de qualquer garoto, crescer, jogar futebol, comprar uma casa [...] Ajudar os seus pais [...]". (B7)

Realmente, o desporto representa uma importante indústria na geração de emprego, renda e envolvimento de diferentes esferas da sociedade (Timpka et al., 2008) e, ao mesmo tempo, promove benefícios à saúde dos praticantes. Organismos internacionais apresentam-no enquanto componente significativo das metas para o desenvolvimento das Nações Unidas (UN, 2004), em particular os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM), contudo a publicação de estudos de impacto é ainda novidade no Brasil.

Ainda, o desporto tem sido reconhecido como uma ferramenta viável e prática para auxiliar na realização dos ODM. Muito embora ele não tenha a capacidade de abordar exclusivamente os ODM, certamente o desporto pode ser muito eficaz quando faz parte de uma abordagem ampla e holística. Contudo, muitos países em desenvolvimento ainda desconhecem as maneiras pelas quais o desporto pode ser utilizado em prol dos objetivos de desenvolvimento. Logo, é necessário posicioná-lo enquanto uma ferramenta transversal valiosa para atingir os ODM.

Estudo realizado por Mendes e Azevêdo (2010) associou a histórica precariedade da educação física escolar ao crescimento das políticas públicas de desporto e lazer, e de projetos sociais e desportivos no Brasil. Os resultados indicam que, no atual ordenamento sócio-político-econômico, a utilização do desporto e lazer ocorre, ora como mercadoria, ora como pseudodireito social, haja vista seu uso enquanto aparelho ideológico estatal dentro e fora da escola.

Objetivando a aquisição de uma pista de atletismo emborrachada, a FAMFS buscou junto a outras instituições, tecnologias para o desenvolvimento do equipamento com custos mais acessíveis. Assim, surgiu a usina de reciclagem, em parceria com a Pirelli, que forneceu resíduos de borracha, na fabricação de pisos sintéticos para pistas de atletismo, entre outros produtos

(Relatório de 21 anos, FAMFS). No ano de 2009, a fundação esteve totalmente inserida no mercado de recicláveis, com ações desde a recepção de resíduos sólidos, principalmente plásticos e borracha, até o desenvolvimento de tecnologias como pista de atletismo sintética, produtos inovadores para a construção civil e laminados *soft*, para a fabricação de bolas.

Em Setembro de 2011, acompanhamos reunião diretiva com representantes do Gerenciamento de Resíduos Industriais - GRI, para análise da parceria na reciclagem de resíduos de borracha para fabricação de pisos para pistas de atletismo. Assim, seguimos do escritório central para a Fazenda do Menor, para apresentar a Fábrica de Reciclagem e demais instalações. No caminho, soubemos que teríamos de levar as pessoas de Santa Catarina, em capacitação pelo Programa Pintando a Liberdade e Cidadania, ao aeroporto de Salvador. Após a visita, eles seguiram com os *kits* da Copa do Mundo de 2014, do Governo do Distrito Federal GDF, com proposta para análise para continuidade da parceria, garantindo o destino ambientalmente correto dos resíduos industriais em larga escala.

4.10 Categoria D.1 - Estratégias de implantação

Desde a sua fundação, a Fazenda do Menor tem a seguinte filosofia: "Não é obrigado a trabalhar, mas quem trabalha muito, ganha mais; quem trabalha pouco, ganha menos, e quem não trabalha não recebe" (Macêdo, 1999, p.87). Dessa forma, os adolescentes estudavam e trabalhavam, sendo remunerados ao final de cada mês.

Notamos, na base institucional, que a implantação das ações dinamizadas pela FAMFS esteve fundamentada, sobretudo, na celebração de convênios e de termos aditivos de convênios, com os poderes públicos municipal, estadual e federal. Logo, para a presente proposta de estudo, entendemos convênios enquanto:

> Acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas no orçamento Fiscal e Seguridade Social da União, tendo como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou realização de evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (art.1. §1, VIII, da Portaria Interministerial nº. 127/2008)

Para a maioria dos entrevistados, a estratégia principal utilizada pela FAMFS, quando na implantação dos vários projetos desportivos sociais, visou a possibilitar oportunidades de vida aos mais carenciados. Outros referiram ainda, à formalização de convênios e parceiros porquanto principais estratégias (Quadro 9.).

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Possibilitar oportunidades de vida aos mais carenciados	20
Formalização de convênios e parcerias	18
Outras	03

Quadro 9. Estratégias de implantação

A esse respeito, observemos os depoimentos desses entrevistados:

"[...] Era implantado no bairro, no povoado, em cidades menores [...]". (D4)

"[...] Eu estava desempregada, e estou aqui até hoje [...] seis anos [...]". (B5)

"[...] Discuti nas esferas estadual e federal, e termina se formalizando convênios [...]". (D7)

"[...] Começou, eu, menino de rua, né? [...]". (B4)

"[...] Depois que a gente recebe um convênio, um projeto desse, colocamos isso em reuniões administrativas [...] Daí surge o que a gente vai trabalhar [...] Aí vem estimular o esporte, não é? [...] Propiciar aos menos favorecidos a chance, e/ou, oportunidade [...]". (D2)

"[...] Regiões carentes, de risco, lideranças locais, monitores com o perfil de trabalho daquela região, capacitação desses monitores e da localidade para receber o trabalho... e aí, esses líderes locais, começavam a atrair os moradores, e a partir daí a fundação com o programa estava dando o material esportivo ao monitor, assistência pedagógica, o reforço alimentar [...]". (D1)

"[...] Foi implantado nas escolas, nos clubes esportivos, em campos de futebol de bairros, entendeu? [...]". (T6)

"[...] Nós escolhemos os locais nos bairros mais problemáticos [...] aí foram os locais que nós começamos a desenvolver [...]". (T2)

Para Sposito e Carrano (2003), constata-se que debates e programas desenvolvidos por organizações não governamentais foram importantes como fomentadores de novas ideias para a ação do governo municipal. Tudo leva a crer que antes de serem incorporados pela esfera governamental, programas e eventuais políticas destinadas aos jovens já vinham sendo

experimentados pela sociedade civil por meio das organizações não governamentais e de fundações empresariais, recobertos de extrema diversidade, quanto às orientações.

Elling (2005) sugere que os mecanismos de inclusão e de exclusão que influenciam a participação desportiva e posições de liderança no desporto formam uma complexa constelação de fatores interagindo e dimensões. Quem pode participar, o que é permitido, e quem está disposto a participar no desporto é influenciado por mecanismos de seleção institucionais, tanto quanto pelas opções e escolhas individuais. Socialização, rendimento disponível, acessibilidade às instalações desportivas, habilidades desportivas e talentos estão interagindo em fatores de exclusão/que influenciam opções de participação desportiva entre pessoas com diferentes posições de status social (por exemplo, idade, gênero e etnia). Assim, mudanças na facilitação e organização do desporto podem melhorar uma prática desportiva, inclusive, e também promover a inclusão social na sociedade em geral.

Para Jackson et al. (2005), o setor desportivo e recreativo é visto enquanto área de prioridade para aumentar os níveis de atividade física. Por outro lado, a participação nesse tipo de atividade tem sido inferior em mulheres, com declínio em função da idade, e também é reduzida à participação em grupos minoritários e com baixos níveis socioeconômicos. Nesse sentido, é importante determinar as intervenções efetivas que as organizações desportivas podem utilizar para aumentar a participação.

Com base no relatório de atividades da fundação (Biênio 2000-2001), a prioridade era promover a educação integral de crianças e adolescentes lotados nas suas unidades, através de cursos de qualificação profissional e treinamento para inserção no mercado de trabalho.

No período do nosso estudo (notas de campo), acompanhamos a realização da primeira edição do “Portal do Conhecimento” - fruto de uma parceria estabelecida entre a FAMFS e a Fundação Universidade de Brasília (2011), através da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. Na oportunidade, foram capacitadas cerca de 250 pessoas. Contudo, o Programa “Segundo Tempo” não foi renovado. No mapa de distribuição atual do país, os convênios ativos são aqueles firmados com as prefeituras e outros poucos conveniados com instituições de ensino superior. As organizações não governamentais deixaram de ser beneficiadas, desde a suspensão nacional.

4.11 Categoria D.2 - Estratégias de manutenção

Notamos diversos eventos promovidos pela fundação, nomeadamente: Torneio Internacional Universitário, Jogos da Integração, Caravana do Esporte Educacional, Encontro de Esportes de Criação Nacional com identidade cultural da Bahia, Mundialito de futebol infantil, Olimpíadas das APAES do Estado da Bahia, entre outros. Todos envolveram parcerias com o município de Feira de Santana e os governos estadual e federal.

Nesse sentido, os projetos desenvolvidos pela FAMFS foram resultantes do estabelecimento de convênios com os poderes públicos municipal, estadual e federal. Em termo de participação, nos primeiros cinco anos (1990-1995), o papel do governo do Estado da Bahia foi fundamental, especialmente através Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS, Secretaria de Combate à Pobreza - SECOMP e da Fundação da Criança e do Adolescente FUNDAC (1990-2007). Através da parceria com o governo federal (1995-2011), a FAMFS desenvolveu ações que beneficiaram não apenas o município de Feira de Santana, e o Estado da Bahia, mas todo o país e mais de 120 países no mundo. A suspensão do apoio do poder público ocasionou a interrupção da maioria das atividades da fundação.

As ações articuladas com o governo estadual, através das suas secretarias, possibilitaram a sustentabilidade das unidades da fundação, investimento em infraestrutura desportiva e educacional na Fazenda do Menor, implantação de fábricas e complexo produtivo, sem contar com os termos aditivos de convênios, celebrados com os poderes públicos municipal, estadual e federal. Observamos o Estado da Bahia presente desde 1989 (cessão da Fazenda do Menor), até 2007 (último convênio com a FUNDAC). Já no caso do governo federal, diversas ações ocorreram entre 1995 (implantação do Programa “Esporte Solidário”) e 2011 (último convênio do Programa “Pintando a Liberdade e Cidadania”). Além desses parceiros, a fundação buscou a Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS, Universidade de São Paulo USP, Fundação Universidade de Brasília UnB, a Federação das APAE’s (no atendimento de portadores de necessidades especiais), entre outros parceiros, já elencados na categoria relativa aos parceiros da fundação. Logo, a manutenção das ações foi mediante convênios.

De acordo com o Quadro 10, as principais estratégias utilizadas pela fundação para a manutenção dos projetos desportivos sociais envolveram a formalização de convênios e parcerias. Outros se referiram à formação escolar e social como principais estratégias utilizadas.

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Formalização de convênios e parcerias	23
Formação escolar e social	23
Outras	01

Quadro 10. Estratégias de manutenção

Nesse sentido, os depoimentos dos entrevistados são significativos:

> *"[...] O Juizado assinou o convênio, e o Estado forneceu cento e tantos professores, à disposição do projeto [...]".* (D8)

> *"[...] As mesmas crianças e adolescentes que são atendidas pela Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana, são as mesmas que passam aqui na Vara da Infância e Juventude [...]".* (D7)

> *"[...] Quem estudava de manhã, fazia esporte pela tarde, entendeu? [...]".* (B2)

> *"[...] Todos os projetos nasceram em decorrência desse apoio do poder público [...]".* (D6)

> *"[...] Reuniam, perguntavam como foi à noite, final de semana [...] Como é que estava a família, e depois [...] Com outros cuidados, tanto de higiene pessoal como da formação dela [...]".* (T10)

> *"[...] Nós agíamos de maneira multi e interdisciplinar [...]".* (T5)

> *"[...] Firmava um convênio com alguma escola ou com a prefeitura [...]".* (T6)

> *"[...] Ah, acontecia de manhã e à tarde [...] Como eu estudava de manhã só podia vir à tarde [...]".* (B8)

Significativamente revigorado, fortalecendo o processo de democratização e ocupando o espaço entre o mercado e o Estado (Salamon et al., 1999), as organizações sem fins lucrativos vêm aumentando em tamanho, atuação e visibilidade no país, trazendo consigo a necessidade de análise e investigação enquanto significante ator político e social (Landim, 1993). Do ponto de vista estrutural, as relações entre o poder público e a sociedade civil são ambíguas e perpassadas pelo predomínio da desconfiança, resultando daí dificuldades para qualquer empreendimento comum (Raupp & Milnitsky-Sapiro, 2005).

Diferentes áreas vêm sendo investigadas na atuação destas organizações, demonstrando que a interação entre os diferentes setores (OPAS, 2003), baseadas no respeito pela competência específica de cada indivíduo, encoraja o desenvolvimento da educação física e do desporto no mundo (UNESCO, 1978). Por outro lado, consideramos importante salientar que o crescente espaço de atuação, ocupado por organizações da sociedade civil, trouxe não só efeitos positivos em termos de inovações e de proximidade cultural com o seu público-alvo, mas também interrogações quanto à efetividade de suas ações (Raupp & Milnitsky-Sapiro, 2005). É interessante notar que esses programas ou utilizam infraestrutura terceirizada ou mesmo a escolar, sem, contudo, investir em melhorias nessa área.

De acordo com o relatório de 21 anos, a FAMFS passou, em 2007, por fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) e, seguidamente, em 2008, da Corregedoria Geral da União - CGU, do TCU, do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado - TCE, e pelo Ministério Público e TCE em 2009. Em 2007, a auditoria do TCU durou quase 45 dias (notas de campo), com acesso a computadores e arquivos internos da FAMFS. Uma das primeiras questões, segundo o presidente da FAMFS, envolveu a lista de presos que produziam bolas e cinco não tinham assinado. Em decorrência desse episódio, em 2007 a FAMFS teve de desempregar 1.700 pessoas (notas de campo).

Historicamente, o desporto tem sido desconectado do domínio educacional, no entanto evidências indicam que "[...] a integração do esporte e atividades no contraturno escolar poderia produzir efeitos avançados sobre a saúde física, socioemocional e bem-estar acadêmico" (Coatsworth & Conroy, 2007, p.57). São programas desenvolvidos no contraturno escolar, "que geralmente utilizam um desporto em particular (por exemplo, tênis, futebol, squash, beisebol, basquete) ou para facilitar a aprendizagem e desenvolver habilidades para a vida na juventude" (Perkins & Noam, 2007, p.75). Entendido dessa maneira, Dishman et al. (2004) sugerem que a contribuição para o acesso a condições adequadas para a prática desportiva é fortemente recomendada para aumentar os níveis de atividade física da sociedade.

Em Novembro de 2011, a FAMFS organizou a equipe para montagem da pista móvel de atletismo do Centro Olímpico de Brasília. Nesse sentido, foram solicitados dados pessoais para pagamento de ordem de trabalho e compra do bilhete aéreo. Ainda, foi solicitado orçamento da cola indicada para uso e a especificação do guindaste a ser utilizado para colocar os rolos de pista

no caminhão. Na oportunidade, a FAMFS enviou as listas de frequência do primeiro Portal do Conhecimento, para emissão de certificados. Face à decisão do Ministério do Esporte de direcionar recursos públicos para os projetos esportivos sociais apenas dirigidos por entes públicos, o terceiro setor – incluindo a FAMFS, sofreu graves consequências. Na época do estudo, surgiram numerosas possibilidades de parceria, como a vinda de sete jovens atletas nigerianos para intercâmbio desportivo cultural durante seis meses, em residência temporária na unidade central da FAMFS. Uma iniciativa da fundação, em parceria com o Instituto Brasileiro de Futebol - BFUT (Boca Raton, Flórida – EUA). Na época, solicitaram plano de ação para replicar a fabricação de materiais desportivos na Nigéria, e orçamento de material desportivo para comercialização nos EUA, Canadá e Bermuda.

4.12 Categoria D.3 - Estratégias: cooperação e diálogo

No presente estudo, analisamos cerca de cem convênios da FAMFS. A parceria envolveu o município de Feira de Santana, mediante a celebração de termos de convênio de cooperação técnico-financeira; na oportunidade, analisamos 24 convênios (exercício 1999 e 2008), que mobilizaram algo em torno de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), representando cerca de 2% do recurso mobilizado. Já com o governo estadual, sobretudo, através da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB, da Secretaria de Trabalho e Ação Social - SETRAS e da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, foram analisados 30 convênios (exercício 1994 e 2007), em mobilização de quase R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), representando cerca de 12% do recurso mobilizado pela FAMFS. Através do governo federal, particularmente por intermédio do Ministério do Esporte (exercício1996 e 2011), identificamos dados importantes no “Portal da Transparência”, do governo federal, e tivemos acesso aos documentos impressos, em mobilização de cerca de R$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), em 44 convênios celebrados, equivalendo a 86% dos recursos mobilizados pela FAMFS. A contrapartida da fundação chegou a quase R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), com o governo federal, provenientes das atividades produtivas da Fazenda do Menor, equivalendo a 12% do investimento advindo da União, para a dinamização das ações da fundação.

Não obstante à suspensão dos convênios federais, a FAMFS é apontada como destaque de organização não governamental nos relatórios de auditoria do Ministério do Esporte (2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010), incluindo a superação na produção, inovação em resultados e desempenho da entidade na utilização do recurso público. A FAMFS, entre 2012 e 2013, vem buscando formas para reativação das unidades da fundação, contudo, ainda não notamos uma resposta efetiva do poder público. Um dos pontos que parece estar influenciando o estabelecimento de novos convênios é a incapacidade de adquirir uma certidão negativa de dívidas trabalhistas, em decorrência do montante de quase R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) acumulados com processos trabalhistas, face à suspensão dos convênios federais.

A interrupção dos convênios obrigou a FAMFS a desabrigar 150 jovens e adolescentes dos sexos masculino e feminino, que viviam nas instalações da Fazenda do Menor e da Casa de Acolhimento. Essas ocorrências provocaram a desativação de vários projetos desenvolvidos pela FAMFS, como: Projeto "Planta Bahia", que atendia a 1.000 famílias, nos municípios de Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Maragojipe; a fábrica de biscoitos e a maior fábrica de fécula e farinha de mandioca do Norte/Nordeste. Juntos, esses fatos levaram ao desemprego mais de 1.700 pessoas. Em Outubro de 2011, em comunicação "URGENTE" emitida ao governo estadual, o presidente da FAMFS informou a situação da fundação, propondo caminhos para o reestabelecimento das suas atividades, objetivando contribuir, de forma efetiva e produtiva, com as ações do governo na busca da cidadania das crianças e adolescentes do Estado da Bahia. Desde então, acompanhamos numerosas tentativas de mobilização de recursos, em diferentes secretarias do governo do Estado da Bahia, bem como no Distrito Federal, São Paulo e, também, em outros países.

A explicação mais evidenciada acerca das estratégias utilizadas pela fundação para cooperação e diálogo intersetorial na dinamização dos seus projetos desportivos sociais, envolveu a formalização de convênios com o poder público, nos três níveis (municipal, estadual e federal). Outros entrevistados se referiram à solução de continuidade, decorrente da suspensão nacional dos convênios do governo federal com as ONGs no Brasil (Quadro 11).

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Formalização de convênios com o poder público	22
Solução de continuidade e suspensão nacional	19
Outras	01

Quadro 11. Estratégias de cooperação e diálogo

Na opinião dos entrevistados:

"[...] A interferência do ministro do esporte foi a salvação [...]". (D8)

"[...] Nas esferas de governo, nesse processo político de mudanças, ocorrem períodos em que as políticas de gestão sofrem algum tipo de solução de continuidade [...]". (D7)

"[...] Ao longo dos 22 anos houve um diálogo bastante salutar, efetivo [...]". (D6)

"[...] O programa sofreu solução de continuidade [...]". (D1)

"[...] Houve muita ajuda pra FAMFS [...] Hoje em dia está passando por um momento difícil, né? [...]". (T10)

"[...] A FAMFS deixou um legado [...]". (T3)

"[...] A FAMFS é referência no Ministério do Esporte [...]". (D2)

A necessidade de criação de projetos sociais só existe porque o Estado não está cumprindo com as suas obrigações de atender, de forma permanente e efetiva, às necessidades da população. Desse modo, tem transferido para a sociedade civil a responsabilidade de cuidar dos seus, através de projetos e programas que, muitas vezes, não têm continuidade e nem o compromisso de preparar a comunidade para a transformação de sua realidade (Souza et al., 2010).

Do ponto de vista de Maia (2012), em relação às auditorias ocorridas na fundação, informações perante a Promotoria de Combate à Improbidade Administrativa, que é responsável pela apuração de desvios de dinheiro público, foi proposta uma ação civil pública para apuração de atos de improbidade praticados pelo presidente, Sr. Antonio Lopes, estando o processo ainda em instrução. Relativamente às prestações de contas da fundação, estão alguns processos em tramitação, dependendo do cumprimento de algumas diligências, como entrega de documentos necessários solicitados pelo setor contábil ou pela promotoria, ou outros atos afetos ao órgão fiscalizador.

Os Jogos Mundiais Militares, em 2011, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014, a Copa América de Futebol em 2015 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 são exemplos de megaeventos desportivos que estão a acontecer na década do esporte no país. Como fazer para que a realização de megaeventos esportivos produza legados que contribuam para a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade que caracteriza a estrutura da sociedade brasileira? (Filgueira, 2008).

Fidelis et al. (2012) apontam que a copa do Mundo e as olimpíadas vão levar dos cofres públicos - segundo a revista Fundações - um valor estimado em R$ 1,3 trilhões; todo esse investimento que será realizado, criou em uma parcela da sociedade, inúmeros questionamentos; um deles seria se todo esse investimento feito deixaria, de fato, um legado social para a população.

Por problema de política governamental, a FAMFS está paralisada e mergulhada em dívidas trabalhistas e com o seu patrimônio ameaçado de se perder se não houver reação governamental e da sociedade feirense como um todo. O tombamento patrimonial da fundação em 2011 indicou 1.852 itens no valor equivalente a R$ 13.890.000,00 (treze milhões oitocentos e noventa mil reais), conquistados em 21 anos (notas de campo). A FAMFS, que já atendeu a milhares de crianças, pode ser revitalizada. Depende apenas de vontade política. Revitalizada, ela poderá ajudar a nossa juventude a ultrapassar os problemas com os quais se debate, como por exemplo, a pobreza, o desemprego e a droga.

De acordo com a Ata da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, no dia quatorze do mês de março, do ano de 2012, em cumprimento ao Decreto 7.592/2011, publicou-se a relação de entidades que se encontravam vigentes na data da publicação do decreto, declaradas impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal. Ficou decidido que ficaria suspensa qualquer tramitação de processos, cuja instituição constasse das listas, que serão, periodicamente, atualizadas. Assim, identificamos em pesquisa eletrônica, no mês de março de 2013, na Situação 02. Bloquear CNPJ para entrada de novos projetos: entre outras entidades, a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana CNPJ 16.439.002/001-11.

Parceria do governo federal com o governo estadual (notas de campo) poderia viabilizar a implantação da sede da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB na área da

FAMFS, por ocasião da parceria com o Estado e a UFRB para instalação da sua unidade no município de Feira de Santana, Estado da Bahia – Brasil. Contudo, a fundação encontra-se, no momento, impossibilitada de emitir certidão negativa necessária para o estabelecimento de convênios, face às dívidas trabalhistas acumuladas em decorrência da suspensão dos convênios.

4.13 Categoria E.1 - Resultados nos vários projetos

O Programa "Esporte Solidário" iniciou-se em Feira de Santana em 1996, com a meta de atender a 750 jovens. Ao final de (1996), o programa contava com 2.500 participantes, procedendo ao aumento gradual, na medida em que os convênios foram sendo renovados com o governo federal.

Com base no relatório de 21 anos da FAMFS, a fundação atendeu a mais de 300.000 crianças, adolescentes e jovens em 134 cidades do Estado da Bahia. Com a fabricação de materiais desportivos, foram gerados 15.000 postos de trabalho para pessoas menos favorecidas, com produção estimada em mais de 3.000.000 de itens desportivos, distribuídos para todo o Brasil e mais 120 países do mundo. A FAMFS representou o Brasil em 12 países, recebeu a visita de 12 ministros, 01 Senador da República, 03 Governadores, o Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia - TJBA e as mais diversas autoridades federais, estaduais e municipais. A fundação foi recebida pelo então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, pelo presidente da Alemanha, Horst Kotler, e até mesmo por sua santidade, o Papa João Paulo II, no Vaticano. Também, foi visitada por duas vezes pelo então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com o Quadro 12, podemos verificar que a maioria dos entrevistados caracterizou a profissionalização e inserção profissional como sendo os principais resultados obtidos nos vários projetos desportivos sociais promovidos pela FAMFS. Outros consideraram a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de risco. Dezoito dos entrevistados referiram-se, ainda, à educação integral e à formação cidadã.

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Profissionalização e inserção profissional	22
Inclusão social de crianças e adolescentes em situação de risco	20
Educação integral e formação cidadã	18
Outras	01

Quadro 12. Resultados nos vários projetos

O que podemos comprovar através dessas falas:

"[...]. A Fazenda do Menor é localizada no bairro Aviário, e todas [...] essas famílias utilizam [...] Colégio Juíza Lourdes Trindade [...] Atende à população do bairro [...]". (D8)

"[...] Mais de 600 crianças e adolescentes pobres, que não conheciam nem Salvador (distante 110km de Feira de Santana) [...] Conheceram mais de 15 países no mundo [...]". (D5)

"[...] A FAMFS tem conseguido, através das ações de enfrentamento, essa inclusão da sociedade [...]". (D7)

"[...] A esperança, porque a fundação entrou no presídio [...]". (D8)

"[...] Uma estrutura com complexo esportivo para treinamento, de poder estudar um turno, e no outro aproveitar atividades esportivas [...] Geração de trabalho, emprego e renda para essas famílias [...] Mães que costuravam bolas, os seus filhos estavam alí, no complexo, treinando [...] alimento a essas crianças [...] o energético da FAMFS [...] incentivo ao esporte [...] muitos estão fora do país, né? [...] muitas famílias que a FAMFS conseguiu atingir, tirando do erro social, essas coisas, entendeu? [...]". (D2)

"[...] Eu acho que foi muito importante em termo de formar cidadãos [...] Não era um trabalho solto, eles sabiam que lá tinham direitos, e que tinham deveres [...]". (D3)

"[...] O objetivo principal permeava a formação cidadã [...] Além dos treinamentos técnicos e táticos, permeava o diálogo e a formação além do futebol, para além do jogar, uma relação de cidadania, de conduta moral e ética [...]". (T5)

"[...] A satisfação de vermos atletas que passou pela base do Astro, e, hoje profissionais de grandes equipes [...] Esse foi o resultado [...]". (T7)

"[...] Nós temos muitos no mercado de trabalho [...] O instrutor da banda foi aluno de fanfarra, hoje toca em conjuntos musicais, faz apresentações [...]". (T4)

"[...] Resgate de muitos menores que já estavam envolvidos com o tráfico, furtos, e meninas envolvidas na prostituição, usuários de drogas, que a gente conseguiu trazer [...] Em conflito com a própria família, que vinham participar, e a gente teve um resultado muito bom [...]". (T2)

"[...] Muitos colegas meus que já foi `sacizeiro´, já foi ladrão [...] Se concertaram [...] Hoje, são pais de família, têm seus empregos lá fora, alguns trabalham aqui dentro [...] Tirar crianças das ruas, pra vim pra cá pra dentro (Fazenda do Menor), pra aprender alguma coisa [...]". (B2)

"[...] A maior experiência que eu tive foi viajar para os Estados Unidos [...] Essa daí eu vou morrer e vou levar [...] Saí da roça, aí: `Ah, não vai dar certo´[...] Tem a Escola de Formação de Atletas, quando pensa que não:

`Ah, tem uma viagem! [...] Você se ver nos Estados Unidos, e aí? [...] que experiência é essa? [...] como é que você se sente?[...] a tendência é você se engrandecer, ajoelhar e agradecer a Deus a cada dia, cada participação que você teve [...]". (B7)

"[...] Tentava ir pro mundo do crime, né? [...] Mas, as pessoas sempre me pegavam pra não ir pra linha torta [...]". (B9)

Esses resultados remetem-nos ao entendimento da inclusão social como processo e forma ativa de interação e integração social (Hayes & Stidder, 2003; Pegg & Compton, 2003; Whitney, 2007). Assim, a inclusão social é um objetivo para o qual o desporto pode dar um contributo positivo, garantindo a participação desportiva a grupos sociais marginalizados, facilitando a sua mobilidade social, e com ela a respectiva integração. As ações e iniciativas dirigidas aos jovens, segmento etário que apresenta os maiores fatores de risco no plano inclusivo, são um aspecto determinante no domínio da coesão social (Constantino, 2006).

Por outro lado, Fragoso e Guimarães (2010) sugerem que é muito difícil para as organizações da sociedade civil escapar do controle do Estado, o que muitas vezes impede a inovação e medidas alternativas para promover a emancipação social. Hodgkinson e Hughes (2012) apontam que é tempo de o governo repensar suas políticas no sentido de possibilitar colaborações entre os setores: público, privado e voluntariado, e procurar compreender a forma mais efetiva de modernizar à frente a provisão de lazer para a sociedade.

Para Vianna e Lovisolo (2011, p.288):

> O discurso ideológico presente em programas e políticas de inserção social através do esporte, que postula apenas uma perspectiva de inclusão pelo lazer, parece não suscitar a adesão e permanência de parcelas significativas dos matriculados nas atividades. Deve ficar claro que a realização de atividades esportivas orientadas a profissionalização, mediante treinos suficientes e participação em eventos esportivos, não significa automaticamente permanência ou adesão.

O desporto passou a estar intrinsecamente ligado a áreas-alvo de políticas públicas. Reconhecida como fundamental ao desenvolvimento humano, a prática desportiva aproximou-se dos campos da saúde e da educação. Conforme foi possível concluir, a partir de experiências dos setores público e privado, o desporto ajuda a prevenir agravos à saúde, a evasão escolar, o uso de drogas e a criminalidade, além de aumentar a autoestima, a cooperação, a solidariedade e a inclusão social. Ressaltada a significância de todos esses papéis, torna-se evidente sua importância como instrumento integrador de ações múltiplas e como estrutura facilitadora em

outros segmentos setoriais, colaborando para a viabilização concreta de várias frentes de trabalho, como, por exemplo, nas áreas anteriormente destacadas (Alves & Pieranti, 2007).

É possível notar diversas notícias acerca dos projetos dinamizados pela FAMFS. A fundação foi credenciada pela FIFA para produção dos materiais promocionais da Copa 2014 do Governo do Distrito Federal GDF (Brasília, DF), sendo a única instituição autorizada para produzir os produtos promocionais de Brasília, a capital do país. As bolas fabricadas pela fundação estiveram presentes no estande do Governo do Distrito Federal - GDF de Brasília, no Rio de Janeiro, em evento de sorteio preliminar da Copa do Mundo FIFA 2014.

4.14 Categoria E.2 - Resultados: objetivos atendidos

Em resposta à solicitação do Comitê Executivo da Organização para o Progresso de Nerette, o Embaixador do Brasil no Haiti, Igor Kipman, fez em 20 de Julho de 2009 doação de bolas de futebol destinadas à realização de campeonato de futebol, por aquela entidade, visando a animar a comunidade daquela localidade, duramente atingida em novembro de 2008, pelo desmoronamento da Escola Evangélica La Promesse, quando perderam a vida inúmeras crianças que ali estudavam. O campeonato envolveu oito equipes, em um total de cerca de 100 crianças e jovens. As bolas foram enviadas pelo Ministério do Esporte e foram produzidas no âmbito do Projeto "Pintando a Liberdade", conduzido por aquela Pasta em um sem número de entidades brasileiras. As bolas foram manufaturadas na FAMFS.

Quase a totalidade dos entrevistados foi unânime em considerar a oportunidade de aprendizado e formação cidadã enquanto principais objetivos atendidos nos projetos desportivos promovidos pela fundação (Quadro 13). Uns consideraram a inclusão social e profissional como resultados obtidos em relação aos objetivos atendidos nos vários projetos desportivos sociais.

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Oportunidades de aprendizado e formação cidadã	26
Inclusão social e profissional	23
Outras	08

Quadro 13. Resultados: objetivos atendidos

A esse respeito, observemos os depoimentos que seguem:

"[...] Há quinze anos eu aqui cheguei, e existia um grupo de jovens, que viviam nas ruas, hoje eles já não estão excluídos [...] São pais de famílias e estão desenvolvendo atividades laborativas lícitas, levando as suas vidas [...]". (D7)

"[...] A Fundação contribuiu nesse período que esteve atuando de uma forma muito significativa na formação cidadã de crianças e adolescente [...]". (D1)

"[...] Integrar ex-internos na sociedade, gente que não tinha uma família dentro da família, pessoas que já furtaram, mataram, conseguir inserir na sociedade [...] Então, tem um impacto relevante na sociedade [...]". (D2)

"[...] Quantas pessoas se tornaram profissionais, saindo de lá? [...] Muitos jogadores! [...]". (D3)

"[...] Jogadores juvenis estão em clubes grandes, já com contrato profissional, e futuramente a gente vai ver aí na mídia [...] Os que se formaram, tem na Itália, em Portugal, seleção brasileira sub15 e sub17, que saiu da base do Astro [...] outros, na Suécia, muitos jogadores, hoje estão em grandes times aí, espalhados no mundo [...]". (T7)

"[...] A Fazenda do Menor está localizada em um dos bairros mais perigosos de Feira de Santana, nunca tivemos um incidente grave dentro da Fazenda [...] Nunca! [...]". (T4)

"[...] Futebol, vôlei, basquete, handebol, tudo era desenvolvido aqui dentro [...] 07 campos gramados, quadra de ginásio de esportes, pista de atletismo emborrachada, um estádio [...] os ônibus que iam pegar os garotos de outras comunidades para trazer também [...] o que não falta aqui é espaço entendeu?[...]". (B1)

"[...] Eu passei pela bola, fazendo a bola, cortando os couros ali na máquina, ali dentro, os gomos, eu passei na serigrafia, pintura, costura, bonés, nas camisas, nas redes, lá embaixo, na fábrica de piso [...]". (B9)

"[...] Eu criei coisas pra os jogadores tocar pra viajar, entendeu? [...]". (B2)

"[...] Quando a gente carregava o caminhão, que chegava numa 'populidade' carente e pobre, assim [...] Igual à gente também [...] E você chegava numa casa, à família que não tinha nada pra comer [...] E dava a bola, a criança sorria assim pra você [...] Você chorava [...] você não aguentava ver aquela família morrendo com fome, chegar e dar um presente que nunca ganhou na vida, e não ter dinheiro pra comprar, aí você chora mesmo, 'véi'[...] não vou mentir, eu já chorei muito assim [...]". (B9)

Consideramos oportuno citar que a inclusão social envolve grupos desfavorecidos em atividades que eles seriam excluídos. Assim, no contexto das políticas sociais, o acesso ao lazer público tem sido uma grande preocupação do governo local (Hodgkinson & Hughes, 2012).

Do ponto de vista de Ridge (2006), a participação é um princípio fundamental da inclusão social. Nesse caso, para as crianças que são pobres, o acesso a recursos adequados e oportunidades para a participação social são preocupações significativas. Entendida dessa maneira, a pobreza pode ter um impacto profundo sobre a participação, excluindo as crianças de

experiências sociais disponíveis para crianças ricas, e invadindo a sua capacidade de desenvolver e manter relações sociais satisfatórias.

A inclusão social é um conceito-chave na definição de políticas públicas que levem à justiça social, assegurando a igualdade de direitos, de liberdade, e de serviços como educação, saúde, emprego, moradia, desporto e lazer (Silva et al., 2006).

Em Junho de 2011 (notas de campo), participamos do *Brazil Footbal Festival* BFF2011, torneio infanto-juvenil realizado nas cidades de Dois Córregos, Jaú, Bocaina, entre outras cidades circunvizinhas (Estado de São Paulo). As bolas do evento foram personalizadas nessa edição, uma iniciativa inovadora da FAMFS. Através da comercialização deste material, foi possível custear a participação de uma seleção de Feira de Santana, composta por atletas de 13 cidades do Estado da Bahia. Estiveram presentes times de várias regiões do Brasil, e também dos Estados Unidos, Canadá, Uruguai e Gana. O evento foi uma importante evidência do poder de união do desporto, beneficiando a socialização de jovens de diferentes nações.

4.15 Categoria E.3 - Resultados: avaliação dos projetos

Analisando os relatórios de execução dos Programas "Pintando a Liberdade e Cidadania" que tivemos acesso, observamos que o perfil dos que foram envolvidos na produção dos materiais desportivos entre o período compreendido por 2001 e 2011 (dez anos de análise), em sua maioria, foi compreendida por prestadores de serviços da comunidade (68%, equivalendo a 3.000 pessoas), seguido de internos da "Fazenda do Menor" (23%, correspondendo a 1.000 internos), e internos do presídio (09%, envolvendo 400 presidiários). Todavia, o relatório de 21 anos da FAMFS indica a geração de 15.000 empregos e renda para comunidades carentes, sem, todavia, descrever o percentual envolvido nas diferentes unidades dos projetos.

Em 2011, o Campeonato Europeu de Futebol de 5 usou bola brasileira. Uma remessa de quatrocentas bolas foi enviada pelo Ministério do Esporte para Madrid. Segundo Gerêncio de Bem, gerente de Projetos do Ministério do Esporte, a produção das bolas com guizo do "Pintando a Cidadania" é centrada na unidade de Feira de Santana (BA): "A fábrica é a única equipada para confecção, com mão de obra de 800 trabalhadores de comunidades da região. Cada bola custa em torno de US$ 9 (cerca de R$ 15)".

De acordo com o Quadro 14, podemos verificar que todos os entrevistados foram unânimes em considerarem a formação e rendimento um dos principais resultados obtidos na avaliação dos projetos ofertados pela FAMFS, no domínio do desporto. Assim, uns consideraram que é um modelo de gestão organizacional (pessoas e processos), e o atendimento integral à criança e ao adolescente (do infrator ao menino pobre).

SUBCATEGORIAS	Nº frequência
Formação e rendimento	27
Modelo de gestão organizacional	08
Atendimento integral à criança e ao adolescente	12
Outras	02

Quadro 14. Resultados: avaliação dos projetos

O discurso de alguns entrevistados confirmam esses resultados obtidos na avaliação dos vários projetos promovidos pela FAMFS:

"[...] Os projetos que nós fizemos na área de atendimento integral do adolescente foi uma avaliação que nos sentimos muito gratificados, porque nós vimos que teve retorno, sabemos que o caminho é por aí, educar através do esporte [...]". (D5)

"[...] Nesses vinte anos, o ministro Agnelo Queiroz deu a mão à fundação [...] A política dele era educar através do esporte, e a fundação era modelo [...]". (D8)

"[...] Eu tô com cerca de oito mil processos, destes, 90% são adolescentes em conflito com a lei, ou seja, aqueles que cometeram um ato infracional, que na definição comum seria o crime, mas, que a gente percebe que o percentual de reincidência é de 10 a 15%, e isso vem se mantendo ao longo dos quinze anos que eu aqui estou [...] é um sinal positivo de que as ações de enfrentamento preventivo realizadas pela Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana têm dado resultados [...]". (D7)

"[...] Os produtos esportivos que a gente levou para 105 países, com a bola com guizo [...] pista móvel que a gente apresentou na Alemanha, com as quadras que foram para o Rio de Janeiro [...]". (D2)

"[...] A gente tem bastante resultado, porque, você soltar aqui, digamos, para a comunidade aí [...] quinze mil bolas mês para costurar em casa, e nós temos o retorno, é muita responsabilidade pra gente aqui [...]". (T8)

"[...] O foco principal era tirar esses garotos das ruas [...] O que acontece no Astro? [...] Ele é obrigado a estudar pela manhã e treinar à tarde [...] As competições normalmente são dias de sábado à tarde, então, não impede e não interfere de forma alguma nos estudos deles [...] os que seguiram a carreira estão bem, financeiramente, com a vida arrumada [...]". (T7)

"[...] Tem profissional que passou por mim no colégio, e que está em Portugal [...]". (B3)

"[...] Um menino de família simples sai do interior, com 15 a 20 dias está dentro do avião, viajando pra Miami, e aí? [...]". (B7)

"[...] A minha experiência foi estar ali, naquele espaço, no meio da rua, dormindo no meio de um bocado de pessoas que realmente usavam álcool, drogas, entendeu? [...] Às vezes tendo de tomar pancada de polícia de noite, entendeu? [...] Encontrar aquela pessoa, que me acolheu, me botar aqui dentro e ser a pessoa que sou hoje, reconhecida pelo mundo inteiro [...]". (B2)

Promover a inclusão social pode significar habilitar e capacitar os indivíduos a participarem na sociedade, melhorando suas chances de vida por meio das suas experiências sociais. Uma definição típica é que a inclusão social é um processo que garante às pessoas, em risco de pobreza e exclusão social, ganhar as oportunidades e os recursos necessários para participarem plenamente na vida econômica, social e cultural e para desfrutar de um padrão de vida e bem-estar que é considerado normal na sociedade em que vivem. Logo, ela garante que elas tenham uma maior participação na tomada de decisões que afetam suas vidas e no acesso aos seus direitos fundamentais (Waring & Mason, 2010).

Como definir um desenvolvimento bem-sucedido? Primeiramente, Alkire e Deneulin (2009) nos convidam a pensar em um modelo, cujo objetivo é atingir e manter elevados índices de desenvolvimento econômico. Nesse caso, a unidade de análise é evidente: a economia. Quem sabe poderemos pensar na economia nacional ou mesmo na economia de uma região em particular ou setor? Por outro lado, pensemos em uma abordagem de desenvolvimento cujo objetivo é expandir o que as pessoas são capazes de fazer e ser, o que poderíamos chamar de reais liberdades. Essa abordagem coloca, em primeiro lugar, as pessoas, de modo que uma rica economia passa a ser aquela que possibilita às pessoas desfrutarem de uma longa vida saudável, boa educação, trabalho, segurança, entre outros. Logo, a segunda abordagem parte de uma abordagem do dinheiro para aquilo que as pessoas podem fazer e ser em suas vidas, agora e no futuro.

No dia 12 de Setembro de 2003 foi divulgado na Folha Online - Brasil o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Fazenda do Menor, em Feira de Santana (BA):

"[...] O que eu vi aqui, hoje, é uma afirmação que eu venho fazendo, pelo menos há 20 anos: Se o Estado brasileiro confiar na sociedade brasileira, e, através dessas instituições e dessas entidades, fazer parcerias para as políticas públicas no campo social, a possibilidade de termos sucesso é infinitamente maior do que a de tentar fazer através da burocracia, da máquina pública, seja ela municipal estadual ou federal [...]".

4.16 Categoria F.1 - Razões do sucesso do desporto

A FAMFS foi denominada Patrimônio Público da Humanidade (Jornal Noite e Dia, 05 a 11/09 de 2008). Em 2003, um projeto da fundação foi classificado entre as 20 melhores práticas de gestão local do país, vindo a receber o prêmio das 100 melhores práticas do mundo nos Emirados Árabes (Dubai). O projeto está disponível no "*Guide for the Transfer of Best Practices for Latin America and the Caribbean*" (www.bestpractices.org), o "Rumo Forte Project" (2003), "Educating through Sport in Feira de Santana" and "after school program in São Gonçalo dos Campos". Os últimos prêmios conquistados foram o "Top of Quality", que outorgou à FAMFS destaque no segmento Organização Não Governamental, "Reconhecendo o trabalho que com Excelência de Qualidade e Mérito conduziram seus serviços e produtos de forma digna. Homenagem da Ordem dos Parlamentares do Brasil - O.P.B., Brasília (2009), Distrito Federal", e o "Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social", promovido pelo governo federal, por intermédio do Ministério do Esporte, na categoria "relato de experiência", da região nordeste (2010). Este último foi um Prêmio do Governo do Brasil, através do Ministério do Esporte, para pessoas que têm o seu trabalho no sentido de transformar o desporto e lazer para a inclusão de diferentes grupos sociais.

Consideramos enquanto uma das razões de sucesso do desporto dinamizado pela FAMFS, a capacidade de articulação com os diferentes setores, além do envolvimento com universidades, empresas, associações, e, sobretudo, o engajamento da comunidade local. Como exemplo de parceiros com quem a FAMFS celebrou convênios, destacamos o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Ministério do Bem-Estar Social, através da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA; o Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ; Ministério do Esporte e Turismo - por meio da Secretaria Nacional de Esporte; Banco do Brasil S.A.; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e a Fundação de Desenvolvimento Regional - FUNDER; Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - SECOMP; Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - TJBA e a Faculdade Anísio Teixeira - FAT de Feira de Santana; Instituto Brasileiro de Futebol - BFUT; Universidade Salvador - UNIFACS;

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS; Universidade de São Paulo - USP; Universidade de Grenoble - I.A.E.; Fundação Universidade de Brasília - FUB, entre outros.

De acordo com o Quadro 15, podemos verificar que a maioria dos entrevistados caracteriza o estabelecimento de parcerias intersetoriais a principal razão do sucesso do desporto dinamizado pela FAMFS. Assim, uns consideraram a liderança e organização, outros entenderam ser o reconhecimento da comunidade as razões do sucesso. Sete dos entrevistados referiram, ainda, à busca de superação como a principal razão do sucesso do desporto promovido pela fundação.

SUBCATEGORIAS	**Nº frequência**
Estabelecimento de parcerias intersetoriais	20
Liderança e organização	10
Reconhecimento da comunidade	09
Busca de Superação	07
Outras	02

Quadro 15. Razões do sucesso do desporto promovido pela FAMFS

Isso é evidente nas seguintes falas:

"[...] O diretor se lançou naquilo de corpo e alma [...]". (D6)

"[...] A confiança de ter um modelo novo de ações [...]". (D5)

"[...] Éramos para atingir `x´ metas, e conseguimos atingir `x e y´ metas [...]". (D2)

"[...] Eu comecei com dez toneladas de uma empresa que nos dava de material reciclado [...] Depois essas dez toneladas não dariam conta pra o nosso serviço, a empresa passou pra quinze [...] Depois fomos buscar mais trinta do outro lugar [...]". (T1)

"[...] Fizemos dez ou doze pistas [...] montamos uma até no Rio de Janeiro, foi montada uma agora na Universidade de Brasília, certo? [...] paramos porque o Governo parou de manter as quatorze pessoas dentro da fábrica [...]". (T1)

"[...] Na Copa do Mundo passado, a fundação foi a única que saiu com a bola com Dunga, na África [...]". (T8)

"[...] Quando nós tínhamos o convênio com o Governo Federal, existia toda uma infraestrutura, então, era uma parceria forte [...] Só que, por motivos alheios à vontade da FAMFS, não continuou [...]". (T4)

Entre 1996 e 2002, o terceiro setor, no Brasil, mais do que dobrou em relação ao seu número inicial, com 275.000 organizações sem fins lucrativos e geração de aproximadamente 1,5 milhões de trabalhos (Lessa & Rosseti, 2006), mas poucas organizações avaliam a efetividade do investimento realizado, servindo-se apenas de relatórios para prestação de contas e resultados atingidos. Deste modo, uma das maiores dificuldades das organizações que compõem o terceiro setor está no processo de monitoramento e avaliação. Os programas devem ser avaliados com base nos resultados comparados com os objetivos a serem alcançados, e não apenas no preenchimento de relatórios de prestação de contas (Azevêdo & Barros, 2004a).

Desse modo, é fundamental ressaltar o papel dos gestores e gestoras dessas políticas. Sabemos que estas não se fazem apenas por decreto ou por um desenho, por mais adequado e pertinente que seja. Para que as políticas e programas ganhem sentido e se transformem em realidade, devem ser implementadas, monitoradas e avaliadas no seu dia a dia e em diálogo com seus beneficiários e beneficiárias. Portanto, o convencimento, o compromisso e a qualificação técnica das pessoas que são responsáveis por sua implementação concreta é fundamental para que os seus resultados possam ser atingidos (Abramo, 2010).

No dia 10 de Janeiro de 1996, a "Fazenda do Menor" de Feira de Santana virou objeto de investigação da Universidade de São Paulo - USP (Mello & Siqueira, 1996) e foi apresentada nos Estados Unidos como um modelo de empreendimento bem-sucedido na América Latina. Com base na notícia, a forma como a entidade tem sido administrada foi apresentada em um congresso internacional sobre empreendimentos, realizado em Março do mesmo ano, na cidade de Seattle, Estado de Washington.

Nos últimos 30 anos, diferentes grupos engajaram-se no desenvolvimento da pesquisa científica no terceiro setor, e o conceito de sociedade civil ficou fortemente associado à interação entre o Estado, o setor privado e a responsabilidade comunitária. Significativamente revigorado, fortalecendo o processo de democratização e ocupando o espaço entre o mercado e o Estado (Salamon et al., 1999), as organizações sem fins lucrativos vêm aumentando em tamanho, atuação e visibilidade no país, trazendo consigo a necessidade de análise e investigação enquanto significante ator político e social (Landim, 1993).

O famoso iatista, e então Secretário Nacional de Esportes, Lars Grael, visitou mais de duas vezes as unidades da FAMFS, ressaltando que: "A Fundação de Apoio ao Menor de Feira de

Santana é uma referência nacional no que diz respeito às atividades desportivas e sociais. O que a fundação tem desenvolvido dignifica as ações do Ministério do Esporte". E tantos outros depoimentos que podem ser identificados na internet, revistas e jornais.

Durante pesquisa eletrônica, identificamos o Relatório Anual de Avaliação Plurianual do Ministério do Esporte (ME) (2004-2007) indicar que as parcerias com organismos não governamentais têm trazido bons resultados, como por exemplo, os alcançados pela Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS), na Bahia. Sugestão aceita pelo ME e formalizada contratualmente, permitiu a construção de pistas de atletismo com material reaproveitado de fábricas de produção de pneus. Com base nesse relatório, tal projeto, além de possibilitar aos jovens o acesso a um espaço desportivo nobre, atende às exigências ecológicas e propicia condições adequadas ao melhor desenvolvimento intelectual dos adolescentes.

A FAMFS é uma instituição não governamental que possui uma história que pode impressionar um grande empreendedor. Nasceu de quase nada, mas foi o resultado de uma ideia embalada e concretizada por uma juíza verdadeiramente sonhadora, a doutora Lourdes Trindade. Por outro lado, a FAMFS enfrenta atualmente grandes dificuldades, com todas as ações interrompidas em 2012, por conta da suspensão dos convênios do governo federal (2011), e interrupção dos convênios estaduais (desde 2008). Atualmente, existem negociações com o Governo do Estado e o Município de Feira de Santana, sobre a possibilidade da sede da FAMFS ser utilizada para a implantação da Universidade Federal do Recôncavo. Logo, no presente estudo, consideramos que os projetos realizados pela FAMFS, compreenderam o período entre 1990 e 2011.

Na reunião diretiva que participamos (notas de campo), em Fevereiro de 2013, soubemos da possibilidade de a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB ser instalada na área da Fazenda do Menor. Essa foi uma das possibilidades apresentadas pelo Município de Feira de Santana e pelo Governo do Estado da Bahia. Com as atividades suspensas, e cerca de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em dívidas trabalhistas, o patrimônio da fundação está se deteriorando e com risco de ir a leilão. Contribuímos com a elaboração de um documento que seria direcionado ao governo federal. Não havendo resposta efetiva do poder público, poderá ocorrer a insolvência civil da organização.

CAPÍTULO V

Considerações Finais

5.1 Conclusões

O nosso trabalho teve como objetivo central estudar o papel da FAMFS na dinamização e utilização do desporto na inclusão social em Feira de Santana, Estado da Bahia. Para os fins da presente proposta de estudo, fizemos uso do método etnográfico de pesquisa e análise documental.

Os resultados do presente estudo sugerem que a maioria dos entrevistados caracterizara o poder de unir e transformar as pessoas como sendo a principal razão para utilização do desporto como tema central na promoção e dinamização dos projetos da FAMFS. Assim, outros entrevistados mencionaram a socialização, os benefícios à saúde e educação.

Do mesmo modo, os entrevistados consideraram a principal razão para realização dos vários projetos desportivos sociais promovidos pela FAMFS, no município de Feira de Santana, gerar oportunidades a quem não tem acesso. Outros consideraram que a razão para a realização dos projetos não é lucrativa, a razão é social.

O projeto mais evidenciado nas falas dos entrevistados envolveu a fabricação de materiais desportivos, através dos Programas "Pintando a Liberdade e Cidadania". Seguidamente, dezoito entrevistados referiram ao "Esporte Solidário" e ao Programa "Segundo Tempo" como projetos desportivos sociais que democratizaram o acesso ao desporto, no contraturno escolar. Outros entrevistados mencionaram a "Escola de Formação de Atletas" e o "Astro" em representações internacionais, na participação de torneios representando o Brasil, no exterior.

No domínio da produção de materiais desportivos, proveniente do convênio com o governo federal, através do Ministério do Esporte, os entrevistados referiram ao início em 2001 e interrupção em 2011. Oito entrevistados mencionaram que o "Esporte Solidário" e o Programa "Segundo Tempo" tiveram início e término em 1995/2002, e 2003/2009, respectivamente.

Quase a totalidade dos entrevistados mencionaram as crianças e os adolescentes como os principais beneficiários dos projetos desportivos sociais da fundação. Outros referiram às famílias dessas crianças.

O principal parceiro da FAMFS, na dinamização dos vários projetos desportivos sociais, desde a sua institucionalização, foi o poder público. Outros entrevistados destacaram a sociedade

civil organizada, os organismos internacionais e as universidades. Sete entrevistados se referiram a outros parceiros envolvidos nos vários projetos desportivos promovidos pela fundação.

Os entrevistados evidenciaram como principal apoio da fundação na dinamização dos seus projetos desportivos sociais, aquele advindo do poder público. Assim, seis entrevistados referiram ao apoio institucional, técnico e sob a forma de capacitação. Outros entrevistados referiram ao apoio financeiro advindo do poder público.

A maioria dos entrevistados caracterizara democratizar o acesso ao desporto como sendo o principal objetivo a ser atingido pelos projetos desportivos sociais promovidos pela fundação. Outros entrevistados referiram ainda, gerar trabalho, emprego e renda. Treze entrevistados mencionaram a solidariedade, ajudar a família e resgatar pessoas na linha de pobreza.

Para a maioria dos entrevistados, a estratégia principal utilizada pela FAMFS, quando na implantação dos vários projetos desportivos sociais, visou possibilitar oportunidades de vida aos mais carenciados. Outros referiram, ainda, à formalização de convênios e parceiros como principais estratégias.

As principais estratégias utilizadas pela fundação, para a manutenção dos projetos desportivos sociais, envolveram a formalização de convênios e parcerias. Outros referiram à formação escolar e social como principais estratégias utilizadas.

A explicação mais evidenciada acerca das estratégias utilizadas pela fundação para cooperação e diálogo intersetorial na dinamização dos seus projetos desportivos sociais, envolveu a formalização de convênios com o poder público, nos três níveis (municipal, estadual e federal). Outros entrevistados referiram à solução de continuidade, decorrente da suspensão nacional dos convênios do governo federal com as ONGs no Brasil.

A maioria dos entrevistados caracterizara a profissionalização e inserção profissional como sendo os principais resultados obtidos nos vários projetos desportivos sociais promovidos pela FAMFS. Outros consideraram a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de risco. Dezoito dos entrevistados referiram, ainda, à educação integral e à formação cidadã.

Quase a totalidade dos entrevistados foi unânime em considerar a oportunidade de aprendizado e formação cidadã enquanto principais objetivos atendidos nos projetos desportivos promovidos pela fundação. Assim, uns consideraram a inclusão social e profissional como resultados obtidos em relação aos objetivos atendidos nos vários projetos desportivos sociais.

Todos os entrevistados foram unânimes em considerarem a formação e rendimento um dos principais resultados obtidos na avaliação dos projetos ofertados pela FAMFS, no domínio do desporto. Assim, uns consideraram que é um modelo de gestão organizacional (pessoas e processos), e o atendimento integral à criança e ao adolescente (do infrator ao menino pobre).

A maioria dos entrevistados caracterizara o estabelecimento de parcerias intersetoriais a principal razão do sucesso do desporto dinamizado pela FAMFS. Alguns consideraram a liderança e organização, outros entenderam ser o reconhecimento da comunidade as razões do sucesso. Sete dos entrevistados referiram, ainda, à busca de superação como a principal razão do sucesso do desporto promovido pela fundação.

Além do notável contributo social proveniente dos projetos desportivos sociais da FAMFS, durante o período de funcionamento da Fábrica de reciclagem do Programa Pintando a Cidadania, conseguiu-se retornar 600 mil kg de lixo por ano. Assim, a reciclagem passou a ser mais uma forma de inclusão social, e também fonte de recursos e renda para sobrevivência da organização. Mas, mesmo com tudo isso, muito precisa ser feito no país para a redução da emissão de gases, racionalização do uso de recursos e utilização dos bens naturais cada vez mais escassos. Assim, e, por exemplo, no por ocasião da suspensão nacional dos convênios federais com as organizações da sociedade civil, no dia 10 de Outubro de 2011 (notas de campo), foram contabilizadas 380 toneladas de borracha para dar baixa. A falta de recursos financeiros para a manutenção das unidades de produção da "Fazenda do Menor" de Feira de Santana, sede da FAMFS, inviabilizou a continuidade de um projeto que foi replicado em diferentes estados do país, incluindo a capacitação de técnicos em outros países para a implantação de unidades de produção, tendo a FAMFS como modelo do Ministério do Esporte.

Em 2007, uma auditoria do Tribunal de Contas da União TCU durou cerca de 45 dias, com acesso a computadores e arquivos internos da FAMFS. Uma das primeiras questões envolveu a lista de presos que produziam bolas. Foi chamado o responsável e comprovado, em documento, redirecionamento do recurso. A única questão *sub judice* era a fabricação dos biscoitos, saiam dez toneladas deles por dia para o Estado da Bahia, em função da situação de prestação de contas. Neste ano, a FAMFS desempregou 1.700 pessoas.

Durante reunião diretiva, observamos o presidente da FAMFS apresentar às autoridades que estiveram presentes nas diversas unidades da fundação, incluindo presidentes da República,

ministros, convênios federais, estaduais, prêmios, um tombamento patrimonial em 1.852 itens no valor equivalente a R$ 13.890.000 (treze milhões e oitocentos e noventa mil reais) conquistados em 21 anos de Declaração de Utilidade Pública - DPU.

A FAMFS passa a ser uma referência não apenas para a República Federativa do Brasil, mas exemplo vivo no âmbito global da questão da criança e do adolescente, da questão dos jovens em situação de rua, famílias e comunidades em áreas de reconhecida vulnerabilidade social, graças à autossustentação do projeto. A "Fazenda do Menor" Juíza Lourdes Trindade representa uma resposta positiva de articulação do Poder Judiciário, da sociedade civil organizada, de voluntários e empresários com o Poder Executivo, em um momento Legislativo do país de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Assim, ao longo de 25 anos, a FAMFS gerou emprego e renda, possibilitando às famílias, juntamente com a comunidade, acesso a condições básicas, favorecendo a permanência da criança e do adolescente na escola e no contraturno escolar; bolas de diversas modalidades foram utilizadas pelos filhos dos funcionários, ex-internos e/ou membros da comunidade local e cidades circunvizinhas.

Tendo como público-alvo principal as crianças e os adolescentes, mas também as suas famílias, os projetos desportivos sociais desenvolvidos pela fundação ao longo desses anos visaram possibilitar oportunidades de vida aos mais carenciados. Para tanto, foram estabelecidos convênios com os poderes públicos (federal, estadual e municipal), tendo como principais resultados a profissionalização e inserção profissional. O estabelecimento de parcerias intersetoriais foi identificado como sendo a principal razão do sucesso do desporto dinamizado pela FAMFS. Acreditamos que existe a necessidade de mais pesquisas a serem desenvolvidas em outras organizações da sociedade civil brasileira e internacionais, de modo a coletar dados sobre um tema às vezes esquecido nos estudos desenvolvidos no domínio das ciências do desporto.

5.2. Sugestões para futuras investigações

Concordamos que a FAMFS é um modelo de empreendedorismo social, e encorajamos o desenvolvimento de outras investigações no domínio das Ciências do Desporto, envolvendo as parcerias entre as organizações da sociedade civil, o Estado, o mercado e Organismos Internacionais, no sentido de possibilitar relações emergentes de entendimento do

empreendedorismo social e, assim, modelar as suas práticas. Um dos grandes diferenciais da organização e tópico em estudo é que a teoria do empreendedorismo social é relativamente recente, o que cria um real desafio para qualquer um que escreva nessa área do conhecimento.

Para efeito de posteriores investigações, sugerimos maior foco no estudo do papel do desporto promovido pelas organizações da sociedade civil, e articulações intersetoriais para a inclusão de diferentes grupos da sociedade, além de pesquisas acerca da relação entre o desporto no empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável. Vivemos um momento de legitimação das organizações da sociedade civil organizada no Brasil, organizações não governamentais, associações e entidades que não são públicas, mas visam ao bem comum, e não objetivam lucros nas suas ações. Logo, evidenciar as potencialidades, reconhecendo as necessidades de aprimoramento, pode ser um caminho para fortalecer a participação social na consolidação de políticas públicas de desporto e lazer de inclusão social.

No domínio do Programa "Pintando a Liberdade e Cidadania", na produção de materiais desportivos, recomendamos estudos que indiquem e acompanhem transformações de vidas dos egressos, e pessoas em situação de risco social em fábricas de materiais desportivos. Assim, e, por exemplo, podem ser avaliados os dias remidos por detento, e/ou localização de depoimentos de beneficiários que efetivamente conseguiram transformarem-se através do programa. Cumpre ressaltar que as contribuições do desporto não serão suficientes para modificar as desigualdades e a situação penal no Brasil, mas pode ser um caminho para o resgate da dignidade de pessoas que estão marginalizadas e/ou cometeram um ato infracional.

5.3 Reflexões finais

Segundo Fonseca (1999), para o pesquisador tirar qualquer conclusão de seu material, se faz necessário situar seus sujeitos em um contexto histórico e social. E só ao completar este movimento interpretativo, indo do particular ao geral, que o pesquisador cria um relato etnográfico. Sem essa "contextualização" (um tipo de representatividade *post ipso facto*), o "qualitativo" não acrescenta grande coisa à reflexão acadêmica.

O nosso estudo nos abriu a oportunidade e nos colocou frente ao desafio de pensar as políticas sociais de inclusão social através do desporto, e o desenvolvimento de forma integrada.

Ainda, nos convida a uma discussão nacional, e internacional, acerca do nível de cooperação e diálogo existentes entre as diferentes instâncias de gestão política desportiva e social.

A região Nordeste é carente de organização social e condições adequadas de fomento de políticas públicas. A "Fazenda do Menor" de Feira de Santana (BA) foi constituída num momento histórico em que regia o Código de Menores. Logo, o nome está diretamente relacionado a esse contexto e momento histórico, político e legal da época. A Constituição de 1988 assegurou a plenitude dos direitos individuais, políticos e sociais. Também reconhecida enquanto Constituição Cidadã, por causa dos avanços sociais, na redemocratização, eleições diretas para eleição do presidente do país. Um Estado democrático que se opunha ao Estado anterior, autoritário e ditatorial. Um novo Brasil, que nasce em 05 de Outubro de 1988. Os direitos sociais, os direitos individuais, no surgimento do Novo Estado Brasileiro e redemocratização do país.

A FAMFS foi idealizada nesse período, entre a década de 1980 e 1990, quando ocorreu o "boom" do terceiro setor no país, a partir da década de 90. Em 2011, o Decreto da Presidência da República, em suspensão dos convênios federais com as ONG's, gerou uma lista de entidades em situação irregular com o Estado (inadimplência) e, embora a FAMFS não tenha se encontrado nessa lista – e selecionada para renovação do Programa "Segundo Tempo", a liberação do recurso não chegou a ocorrer. Em reunião deliberativa do Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Diretor (notas de campo), cogitou-se a possibilidade de decretar a insolvência civil, devido à dívida trabalhista e custos que inviabilizaram a continuidade das ações da organização. Centenas de pessoas foram desempregadas, deixando de prestar apoio e serviço às crianças, aos adolescentes e aos jovens em situação de rua, risco pessoal e social de Feira de Santana e mais de 130 cidades do Estado da Bahia.

Desta forma, a relevância social da pesquisa é inquestionável, dentro da perspectiva da importância das entidades sem fins lucrativos no Estado pós-moderno, no qual se consagra a intervenção mínima deste na vida dos cidadãos, que foram instados a assumir funções de responsabilidade social, em decorrência dos novos paradigmas de deveres perante a sociedade, para a garantia do respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado na Constituição Federal (Maia, 2012).

No dia 18 de Outubro de 2011, foi divulgada uma notícia do Ministério do Esporte, a qual informava que apenas convênios com entes públicos deveriam ser firmados com a chamada pública do Programa "Segundo Tempo". Assim, queremos ampliar o debate, o diálogo e a troca de experiências para que possamos, no Brasil e no mundo, propor os próximos passos das políticas sociais – com a coragem, a ousadia e a indignação que são necessárias para superar a pobreza. Esse é um passo decisivo, que coloca as políticas sociais como políticas públicas, garantidoras de direitos sociais, superando a lógica do clientelismo que é tão ultrapassada quanto limitadora do desenvolvimento integral (Ananias, 2010).

Entendemos que as oportunidades de discussão e avaliação envolvem não apenas os gestores das políticas sociais dos governos (federal, estadual e municipal), mas também funcionários de ministérios e de outras áreas, especialistas, agências da Organização das Nações Unidas – ONU e a comunidade acadêmica nacional e internacional. São momentos muito importantes desse processo e dessa prática de acompanhamento e avaliação das políticas sociais no país. Acompanhamento e avaliação que não se resumem à análise de se tal ou qual meta operativa foi ou não atingida, mas envolvem uma discussão mais abrangente sobre as estratégias às quais essas políticas procuram responder, e seus resultados em função dos objetivos nacionais mais amplos de combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social e à promoção do desenvolvimento sustentável, questões que estão hoje no cerne da discussão de um projeto nacional de país (Abramo, 2010).

Esse momento impõe-nos o desafio de resgatar, incorporar e ampliar valores éticos fundados na defesa da dignidade humana, no primado da vida, na defesa do bem comum, no cuidado com os pobres. O avanço tecnológico foi vislumbrado pelos pensadores influenciados pelo Iluminismo como uma chave para ampliar as potencialidades humanas, mas, na lógica mercante, serviu muito mais a alimentar as contradições sociais (Ananias, 2010).

Considerando a temática do empreendedorismo social como um tópico novo e emergente, o presente trabalho evidencia o importante papel do terceiro setor no apoio ao cidadão, na mobilização social e consolidação da Política Nacional de Esporte e Lazer de Inclusão Social, e pretende dar um contributo para aqueles que buscam compreender e modelar práticas de inclusão, empreendedorismo social e desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

Abramo, L. (2010) Reflexões sobre o lugar do Estado e das políticas sociais para o desenvolvimento. In: M. F. P. Coelho, L. M. De S. Tapajós & M. Rodrigues (Orgs.), *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão* (pp. 333-350). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO. ISBN: 978-85-60700-37-0

Alkire, S., & Deneulin, S. (2009). The human development and capability approach. In S. Deneulin & L. Shahani (Eds.), *An Introduction to the Human Development and Capability Approach: freedom and agency* (pp. 22-48). London: Eartscan.

Allender, S., Cowburn, G., & Foster, C. (2006). Understanding participation in sport and physical activity among children and adults: a review of qualitative studies. *Health Education Research*, *21*(6), 826-835. doi:10.1093/her/cyl063

Almeida, N. P. (2008). *Diversidade na Universidade: o BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em http://teses2.ufrj.br/Teses/PPGAS_M/NinaPaivaAlmeida.pdf

Alves, J. A. B., & Pieranti, O. P. (2007). O Estado e a formulação de uma Política Nacional de Esporte no Brasil. *RAE-eletrônica*, *6*(1). Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482007000100002

Ananias, P. (2010). Sobre o dever de mudar a realidade: o papel do Estado na promoção de políticas sociais em um modelo de desenvolvimento integral. In M. F. P. Coelho, L. M. De S. Tapajós & M. Rodrigues (Orgs.), *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão* (pp. 315-332). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO. ISBN: 978-85-60700-37-0

Arbena, J. L. (2000). Latin America. In J. Coakley & E. Dunning (Eds.), *Handbook of Sports Studies* (pp. 548-551). London: Sage Publications Ltd.

Associação Brasileira de Organizações Não governamentais ABONG (2007). *Um novo marco legal para as ONGs no Brasil – fortalecendo a cidadania e a participação democrática*. São Paulo: ABONG. Disponível em http://www.abong.org.br/publicacoes.php?p=1

Atkinson, P., Coffey, A., Delamont, S., Lofland, J., & Lofland, L. (Eds.) (2001). *Handbook of Etnography.* London: Sage Publications.

Ayuk, A. (2010) "*Hey, I can play too!!, The origin, contradictions and contribution of football (soccer) in African Social and Political Life: a focus on Cameroon*". Paper presented at the annual meeting of the Southern Political Science Association, Crowne Plaza Hotel Ravinia, Atlanta, Georgia Online. Retrieved from http://www.allacademic.com/meta/p396311_index.html

Azevêdo, P. H., & Barros, J. F. (2004a). A necessidade de administração profissional do esporte brasileiro e o perfil do gestor público, em nível federal, que atuou de 1995 a 2002. *Revista Digital Educacion Física y Desportes*, Buenos Aires, ano 10, n° 74. Disponível em http://www.efdeportes.com/efd74/admin.htm

Azevêdo, P. H., & Barros, J. F. (2004b). O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, *12*(1), 77-84. Disponível em http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/546/570

Azevêdo, M. A. O. De, & Gomes Filho, A. (2011). Competitividade e inclusão social por meio do esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, *33*(3), 589-603. ISSN 0101-3289.

Babbie, E. (2001). A lógica da ciência. In E. Babbie. *Métodos de pesquisa de survey* (pp.37-56). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Babiss, L. A., & Gangwisch, J. E. (2009). Sports participation as a protective factor against depression and suicidal ideation in adolescents as mediated by self-esteem and social support. *Journal of Development & Behavioral Pediatrics*, *30*(5), 376-384. doi: 10.1097/DBP.0b013e3181b33659

Bailey, R. (2006). Physical Education and Sport in schools: a review of benefits and outcomes. *The Journal of School Health*, *76*(8), 397-401. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16978162

Balzano, O. N. (2008). *Projeto esporte social: uma possibilidade de inclusão dos alunos negros, atletas e oriundos de classes populares na escola privada, através do futebol*. Dissertação de Mestrado,

Centro Universitário La Salle. Disponível em: http://www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/mestrado/MONOGRAFIA_OTAVIO.pdf

Bankoff, A. D. P., Balestra, C. M., Cruz, E. M. Da, Marchi, F. L. De, Santos, H. P. Dos, Alvarenga, J. P. De O., . . . Souza, W. C. De (2003). Um olhar acerca da evolução do conhecimento na área da Ciência do Esporte: tendências e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, *24*(3), 195-207. Disponível em www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/download/771/445

Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bauer, M. W., Gaskell, G., & Allum, N. C. (2002). Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 17-36). Petrópolis: Vozes.

Becker, H. S. (1994). A observação social e estudos de casos sociais. In H. S. Becker, *A história de vida no mosaico científico. Métodos de pesquisas em ciências sociais* (pp. 117-133). São Paulo: Editora Hucitec.

Becker, H. S. (2007). Além das categorias: descobrir o que não se encaixa. In H. S. Becker, *Segredos e truques da pesquisa* (pp. 115-144). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Belei, R. A., Gimeniz-*Paschoal*, S. R., Nascimento, E. N., & Matsumoto, P. H. V. R. (2008). O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Educação*, (30), 187-199. Disponível em www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n30/11.pdf

Bento, J. (1995). *O outro lado do desporto*. Porto: Campo das Letras – Editores, S.A.

Bento, J. (2004). *Desporto. Discurso e substância*. Porto: Campo das Letras, Editores, S.A.

Bento, J., & Constantino, J. M. (2009). *O Desporto e o Estado - Ideologias e Práticas*. Porto: Edições Afrontamento.

Bernard, H. R. (2002). *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. London: Altamira Press.

Bishop, D. (2008). An applied research model for the Sport sciences. *Sports Medicine*, *38*(3), 253-263. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18278985

Blanchard, K. (2003). Anthropology of Sport. In J. J. Coakley & E. Dunning, *Handbook of Sports Studies* (pp. 144-156). London: Sage Publications.

Borges, E. V. (2009). *Projetos esportivos públicos e privados no processo de inclusão social de crianças e adolescentes: um perfil da 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional SDG*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Contestado. Disponível em: http://www.unc.br/mestrado/editais/DISSERTACAO_DE_MESTRADO-ELCIO_V._BORGES.pdf

Bourdieu, P., Chamboredon, J. C., & Passeron, J. C. (2004). Epistemologia e metodologia. In P. Bourdieu, J. C. Chamboredon & J. C. Passeron, *Oficio de sociólogo - metodologia da pesquisa na sociologia* (4º ed., pp. 09-22). Petrópolis: Editora Vozes.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988. Art. 217.

Brasil. Decreto no 7.568, de 16 de setembro de 2011, de suspensão de recursos nacionais destinados às ONGS no país.

Brasil. Ministério do Esporte (2010). Secretaria de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social - Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (2º ed., 600p.). Brasília: Ideal.

Brochado, M. M. V. (1995). Ciência do Esporte – unidade, diversidade e integração. *Motriz*, *1*(1), 01-07. Disponível em www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/01n1/1_Monica_form.pdf

Caldeira, L. M. C. (2011). *O Papel do Desporto na Promoção da Inclusão Social de Crianças e Jovens – o caso do programa 'Judô na Alta de Lisboa'*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: http://grupocomunitarioalta.files.wordpress.com/2010/03/tese-de-mestrado_luc3adsa-caldeira_mess.pdf

Campos, C. J. G. (2004). Método de Análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, *57*(5), 611-614. Disponível em www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf

Cardoso, R. C. L. (1988). Aventura de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In R. C. L. Cardoso (Org.), *A aventura antropológica - teoria e pesquisa* (pp. 95-105). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Carvalho, M. N. S. (2010). *O Desporto e a requalificação urbana da cidade: paradoxos e conflitualidades nos jogos olímpicos de verão, no período compreendido entre 1960 e 2008*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.5/2365

Castellani Filho, L. (2006). *Educação Física no Brasil: A história que não se conta* (12º ed.). Campinas, São Paulo: Papiru.

Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática.

Coatsworth, J. D., & Conroy, D. E. (2007). Youth sport as a component of organized afterschool programs. *New Directions for Youth Development*, (115), 57-74. doi: 10.1002/yd.223

Collins, M. F. & Buller, J. R. (2003). Social exclusion from high-performance sport: are all talented young sports people being given an equal opportunity of reaching the Olympic Podium? *Journal of Sport and Social Issues, 27*(4), 420-442. doi: 10.1177/0193732503255483

Collins, M. F. (2004). Sport, physical activity and social exclusion. *Journal of Sports Sciences, 22*(8), 727-740. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15370484

Comissão das Comunidades Europeias (2007). Livro Branco. Livro Branco Sobre o Desporto. Bruxelas.

Conselho Nacional de Justiça CNJ (Brasil). Resolução n. 96 de 27 de Outubro de 2009. Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal das Oportunidades e dá outras providencias.

Conselho Federal de Educação Física CONFEF. Resolução do CONFEF (Brasil). 206 de 2010. Rio de Janeiro, 7 de Novembro de 2010. Dispõe sobre o Estatuto do CONFEF. Cap. II Do campo e da atividade profissional. Art. 9.

Constantino, J. M. (2006). *Desporto: geometria de equívocos*. Lisboa: Livros Horizonte.

Copans, J. (1999). Do olhar alienado ao olhar partilhado. In J. Copans, *Introdução à etnologia e à antropologia* (pp. 115-119). Lisboa: Publicações Europa-América, Ltda.

Cortis, N. (2009). Social inclusion and sport: culturally diverse women's perspectives [online]. *Australian Journal of Social Issues, 44*(1), 91-106. ISSN: 0157-6321.

Cortazzi, M. (2001). Narrative analysis in ethnography. In P. Atkinson, A. Coffey, S. Delamont, J. Lofland & L. Lofland (Eds.), *Handbook of ethnography* (pp. 384-394). London: Sage Publications.

Costa, A. M. Da., & Sousa, S. M. (2004). Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, *25*(3), 27-42. Disponível em http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/236/238

Costa, A. Da. S. C. (2006). Desporto e Antropologia. In A. L. Pereira, A. Costa & R. P. Garcia (Org.), *O desporto entre lugares: O lugar das ciências humanas para a compreensão do desporto* (pp. 37-72). Porto: Faculdade de Desporto – Universidade do Porto.

Costa, A. S. (2009). Desporto e política: dois fenômenos estruturalmente idênticos. In J. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas* (pp. 327-345). Porto: Edições Afrontamento.

Crespo, J. (1990). *A história do corpo*. Lisboa: Difel.

Creswell, J. W. (2007a). O uso da teoria. In J. W. Creswell, *Projeto de Pesquisa - método qualitativo, quantitativo e misto* (Second Edition). Porto Alegre: Artmed.

Creswell, J. W. (2007b). *Qualitative inquiry and research design. Choosing among five traditions* (Second Edition). Thousand Oaks: Sage Publications.

Crombie, H. (1996). Children and Sport de-emphasise team Sport. *Royal Society in Health*, *312*(18). doi: http://dx.doi.org/10.1136/bmj.312.7041.1300b

Da Costa, L. P. (2006). Cenário de tendências gerais dos esportes e atividades físicas no Brasil. In L. P. Da Costa (Org.) *Atlas do Esporte no Brasil* (pp. 825-838). Rio de Janeiro: CONFEF.

Da Mata, R. (1983) *Relativizando: uma introdução à antropologia social* (3º ed.). Petrópolis: Editora Vozes Ltda.

Dewalt, K. M., Dewalt, B. R., & Wayland, C. B. (1998). Participant observation. In H. R. Bernard (Ed.), *Handbook of methods in cultural anthropology* (pp. 259-299). Walnut Creek, CA: Altamira Press.

Dishman, R. K., Washburn, R. A., & Heath, G. W. (2004) *Physical Activity Epidemiology*. Champaign, IL: Human Kinetics.

Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, (115), 139-154. Disponível em www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf

Dufur, M. J. (1999). Gender and sport. In J. Chafetz (Ed.), *Handbook of Sociology of Gender*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.

Dzathor, A. Y. (2003). *Sports for peace and development*. Paper presented at the second IIPT African conference on peace through tourism, December 7 to 12, 2003, Dar es Salaam, Tanzania.

Elling, A. (2005). Mechanisms of inclusion and exclusion in the Dutch sports landscape: Who can and wants to belong? *Sociology of Sport Journal*, *22*(4), 498-515. ISSN 0741-1235

Elling, A., & Knoppers, A. (2005). Sport, gender and ethnicity: practices of symbolic inclusion/exclusion. *Journal of Youth and Adolescence*, *34*(3), 257-268. ISSN-0047-2891

Emerson, R. M., Fretz, R. I., & Shaw, L. L. (2001). Participant observation and fieldnotes. In P. Atkinson, A. Coffey, S. Delamont, J. Lofland & L. Lofland (Eds.), *Handbook of ethnography* (pp. 352-368). London: Sage Publications.

Falconer, A. P. (1999). *A Promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de Gestão*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. Disponível em http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/andres_falconer.pdf

Favret-Saada, J. (2005). "Ser afetado" [tradução de Paula de Siqueira Lopes]. *Cadernos de Campo*, (13), 155-161.

Fetterman, D. M. (1998a). Finding your way through the forest: analysis. In D. M. Fetterman, *Ethnography, step by step* (Second Edition, pp. 88-103). Thousand Oaks CA: Sage.

Fetterman, D. M. (1998b). Recording the miracle. In D. M. Fetterman, *Ethnography: step by step* (Second Edition, pp. 104-119). Thousand Oaks CA: Sage.

Fidelis, M., Caldas, R., Barbosa, M., & Tavares, S. (2012). Análise sócio espacial do esporte na cidade: o legado que se tem, e o legado que se sonha. *Revista Digital. Buenos Aires, 17*(167). Disponível em http://www.efdeportes.com/efd167/analise-socio-espacial-do-esporte-na-cidade.htm

Filgueira, J. C. M. (2008) Importância dos legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional do Esporte: cidade, cidadania e Direito dos Cidadãos. In L. Da Costa, D. Corrêa, E. Rizzuti, B. Villano & A. Miragaya (Eds.), *Legados de Megaeventos Esportivos*. Brasília, Brasil: Ministério do Esporte.

Filho, J. L. (1976). Análise dos dados recolhidos. In J. L. Filho, *Cabo Verde: subsídios para um levantamento cultural*. Lisboa: Ed. Plátano.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor Edições.

Foley, D. E. (2001). *Critical Ethnography: the reflexive turn*. New York: Sage.

Fonseca, C. (1999) Quando cada caso NÃO é um caso - pesquisa etnográfica em educação (Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998). *Revista Brasileira de Educação,* (10): 58-78.

Foote Whyte, W. (1980). Treinando a observação participante. In A. Z. Guimarães (Org.), *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Fragoso, A., & Guimarães, P. (2010) Is there still a place for social emancipation in public policies? Envisioning the future of adult education in Portugal. *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults, 1*(1-2), 17-31. doi: 10.3384/rela.2000-7426.rela0007

Gandra, A. (2008). Norte e Nordeste são as regiões mais carentes de políticas sociais, aponta estudo. *Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação*. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2008-05-27/norte-e-nordeste-sao-regioes-mais-carentes-de-politicas-sociais-aponta-estudo

Garcia, R. P. (2005) A Convergência e cruzamento de saberes no desporto. In A. L. Pereira, A. Costa & R. P. Garcia (Org.), *O Desporto entre lugares: o lugar das ciências humanas para a compreensão do desporto* (pp. 15-31). Porto: Faculdade de Desporto - Universidade de Porto.

Garcia, R. P. (2007) *Antropologia do esporte*. Rio de Janeiro: Shape.

Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Observação e coleta de dados sensoriais: sons, imagens, sensações. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis: Editora Vozes.

Gaya, A. (2010) O importante é publicar. A (re) produção do conhecimento em educação física e ciências do desporto nos países de língua Portuguesa. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, *10*(1), 200–206. Disponível em www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpcd/v10n1/v10n1a09.pdf

Geertz, C. (1978). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In C. Geertz, *A interpretação das culturas* (pp. 13-44). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Geertz, C. (1998). "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico. In C. Geertz, *O saber local - novos ensaios em antropologia interpretativa* (pp. 85-107). Petropolis: Editora Vozes.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito. Teoria e prática* (4º ed.). Oeiras: Celta Editora.

Gilling, D. (2001). Community safety and social policy. *European Journal on Criminal Policy and Research*, *9*(4), 381-400. Abstract retrieved from http://link.springer.com/article/10.1023%2FA%3A1013195320449#page-1

Giumbelli, E. (2002). Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *17*(48), 91-107. ISSN0102-6909.

Gold, J. R., & Gold, M. M. (2007). Access for all: the rise of the Paralympic Games. *The Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, *127*(3), 133-141. doi: 10.1177/1466424007077348

Green, B. C. (2008). Sport as an agent for social and personal change. In V. Girginov (Ed.), *Management of Sports Development* (pp. 130-45). London: Butterworth-Heinemann.

Guimarães, A. Z. (Org.) (1990), *Desvendando Máscaras Sociais* (3º ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

Gutiérrez Sanmartín, M., & Caus I Pertegáz, N. (2006) Análisis de los motivos para la participación en actividades físicas de personas con y sin discapacidad. *Revista Internacional de Ciencias del Deporte*, *2*(2), 49-64. doi:10.5232/ricyde2006.00204

Hammersley, M., & Atkinson, P. (1995). *Ethnography: principles in practice* (Second Edition). London: Routledge.

Hart, V., & Song, N. (2000). *Social Inclusion in supported employment settings*. New York & London: Garland Publishing, Inc.

Hayes, S., & Stidder, G. (2003). Social inclusion in physical education and sport: themes and perspectives for practitioners. In S. Hayes & G. Stidder (Eds.), *Equity and inclusion in physical education: contemporary issues for teachers, trainees and practitioners* (pp. 01-13). London: Routledge. ISBN 0415282268

Heyl, B. S. (2001). Ethnographic interviewing. In P. Atkinson, A. Coffey, S. Delamont, J. Lofland & L. Lofland (Eds.), *Handbook of ethnography* (pp. 369-383). London: Sage Publications.

Hodgkinson, I. R., & Hughes, P. (2012). A level playing field: social inclusion in public leisure. *International Journal of Publ*ic Sector Management, *25*(1), 48-63. doi 10.1108/09513551211200285.

Houis, M. (1987). A linguagem como produtor e como condição da linguagem. In M. H. Varella Santos & A. M. Rollo Lucas, *Antropologia: paisagens, sábios e selvagens* (pp. 391-400). Lisboa: Ed. Porto.

Jackson, N. W., Howes, F. S., Gupta, S., Doyle, J., & Waters, E. (2005). Policy interventions implemented through sporting organizations for promoting healthy behavior change. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, *18*(2), CD004809. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15846733.1

Jeronimo, J. P. (2006). *Esporte como elemento facilitador da inclusão de pessoas com paralisia cerebral severa: contribuições para a formação de professores de Educação Física*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Uberaba. Disponível em:http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/educacaofisica/dissertacao/esporte_inclusao.pdf

Jesus, D. S. V. De. (2011). Triunfo, desgraça e outros impostores um ensaio sobre hierarquia e exclusão no esporte e nas relações internacionais. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 25*(3), 417-430. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092011000300007

Junqueira, L. A. P. (2004). A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, *13*(1), 25-36. Disponível em www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n1/04.pdf

Kelly, L. (2010). Social inclusion through sports-based interventions. *Critical Social Policy, 31*(1), 126-150. doi: 10.1177/0261018310385442

Kilpatrick, M., Hebert, E., & Bartholomew, J. (2005). College Students Motivation for Physical Activity: differentiating man´s and women´s for sport participation and exercise. *Journal of American College Health*, *54*(2), 87-94. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16255320

Kurková, P. (2005). Sport as a means to the inclusion of people with hearing disability into an integrated environment/society. In D. Milanović & F. Prot (Eds.), *4th international scientific conference on kinesiology: "Science and profession – challenge for the future"* (pp. 789–791). Zagreb: University of Zagreb.

Landim, L. (1993). *Defining the Nonprofit Sector: Brazil*. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, no. 9, edited by Lester M. Salamon and Helmut K. Anheier. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies.

Lebres, C. A. D. R. (2010). *Atitudes dos Professores de Educação Física do 1º Ciclo face à Inclusão de Alunos com Deficiência em Classes Regulares*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra. Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14281/1/Atitudes%20dos%20Professores%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%20F%c3%adsica%20do%201%c2%ba%20Ciclo.pdf

Lessa, C., & Rosseti, F. (2006). *O futuro da filantropia no Brasil: criando um setor mais diversificado*. Rio de Janeiro: Instituto Rio. Disponível em http://www.institutorio.org.br/docs/artigo05.doc

Lévi-Strauss, C. (1996). Como se faz um etnógrafo. In C. Lévi-Strauss, *Tristes trópicos* (pp. 49-58). São Paulo: Companhia das Letras.

Lèvi-Strauss, C. (2010) *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70 ltda.

Liu, YD. (2009) Sport and Social Inclusion: Evidence from the Performance of Public Leisure Facilities. *Social Indicators Research*, *90*(2):325–337. doi: 10.1007/s11205-008-9261-4

Long, J., & Sanderson, I. (2001). The social benefits of sport: Where's the proof? In C. Gratton & I. Henry (Eds.), *Sport in the city: The Role of Sport in Economic and Social Regeneration* (pp. 187-203). London: Routledge.

Lo Bianco, V. L. O. (2010). O *legado* dos megaeventos esportivos em questão: as mudanças ou as continuidades na cidade Rio de Janeiro *pós-sede*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graducao/pped/defesas/28-Vittorio_Leandro_Oliveira_Lo_Bianco_Preliminar.pdf

Lopes, J. R. B. (1995). Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e acesso a programas sociais no Brasil. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 9*(24), 141-156. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200006

Macêdo, E. L. N. (1999) *Projeto de Vida do Adolescente Institucionalizado. O caso: A Fazenda do Menor*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS. Disponível em http://tede.uefs.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8

Macêdo, E. L. N., Silva, M. Da L., & Moreira, V. D. (2009). Memória e hipomnésia nos projetos de vida de adolescentes: Feira de Santana – BA. *Revista Metáfora Educacional* (versão on-line), n.7, dez/2009. ISSN 1809-2705

Macêdo, E. L. N., Silva, M. Da L., & Moreira, V. D. (2011). Memória e hipomnésia nos projetos de vida de adolescentes. Fazenda do Menor, Feira de Santana – BA. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília*, Edição 8, Dezembro/2011. ISSN 1983-2192

Machado, T. C. (2008) *Avaliação do estado nutricional de escolares de 1ª a 4ª série em Feira de Santana-BA: uma análise para subsidiar políticas de intervenção*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-03092008-162619/pt-br.php

Maciel, M. R. C. (2000). Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo: São Paulo *Perspectiva*, *14*(2), 51-56. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008

Maia, L. M. Dos S. (2012). *A importância das fundações privadas para a efetivação dos direitos fundamentais: um estudo das entidades de Feira de Santana*. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos.

Malinowski, B. (1975). Objeto, método e alcance desta pesquisa. In A. Z. Guimarães (Org.), *Desvendando máscaras sociais* (pp. 39-62). Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.

Marcellino, N. C. (1983). *Lazer e humanização* (6º ed.). Campinas, SP - Papirus.

Marcellino, N. C. (2000). *Estudos do Lazer: uma introdução* (Second Edition). Campinas, SP - Autores Associados.

Marivoet, S. (2005). O desporto como meio de inclusão social nos estabelecimentos prisionais. *Horizonte*, *XX*(119), 30-33.

Marques, A. P. Da C. (2010). *A escola, a educação física e a promoção de estilos de vida ativa e saudável: estudo de um caso*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2492/1/AdilsonMarques_Tese%20integral.pdf

Martos Garcia, D., Devis Devis, J. & Sparkes, A. (2009). Deporte entre rejas, ¿algo más que control social? *Revista Internacional de* Sociología (RIS), *67*(2), pp. 391-412. doi:10.3989/RIS.2007.07.26

Mauss, M. (1967). Métodos de observação. In M. Mauss, *Manual de etnografia* (pp. 15-24). Lisboa: Editorial Pórtico.

McConkey, R., Dowling, S., Hassan, D., & Menke, S. (2012). Promoting social inclusion through Unified Sports for youth with disabilities: a five-nation study. *Journal of Intelectual Disability Research*, *57*(10), 923-35. Abstract retrieved from http:///ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22672339.

Melo, V. A. De. (2009). O esporte e a construção da nação: apontamentos sobre Angola. *Afro-Ásia*, *40*, 9-49. Disponível em www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_40_VAMelo.pdf

Melo, V. A. De. (2010). Por uma história do conceito do esporte. Diálogos com Reinhart Koselleck. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, *32*(1), 41-57. Disponível em www.scielo.br/pdf/rbce/v32n1/v32n1a04.pdf

Mello, A., & Siqueira, A. A. F. (1996). The entrepreneurship practice in a Brazilian NGO - Non Governmental Organization: a successful experience in a street kids educational and professional centre (Special Topic: Entrepreneurship in the Not-For-Profit Sector). *Frontirers of Entrepreneurship Research*. Retrieved from http://fusionmx.babson.edu/entrep/fer/papers96/index.html

Mendes, P. C., Dias, G., & Morais, F. (2009). A (s) Ciências do Desporto e o corpo: entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais. *Revista Científica Exedra*, *1*(1), 91-100. Disponível em www.exedrajournal.com/docs/01/91-100.pdf

Mendes, A. D., & Azevêdo, P. H. (2010). Políticas Públicas de Esporte e Lazer & Políticas Públicas Educacionais. Promoção da Educação Física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, *32*(1), 127-142. Disponível em http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/482/570

Minayo, M. C. De S. (2010a). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12º ed.). São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. De S. (2010b). Trabalho de Campo: teoria, estratégias e técnicas. In M. C. De S. Minayo, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12º ed., pp. 201-297). São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. De S. (2010c). Fase de análise do material qualitativo. In M. C. De S. Minayo, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12º ed., pp. 299-384). São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. De S. (2010d). Técnicas de análise do material qualitativo. In M. C. De S. Minayo, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12º ed., pp. 303-360). São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. De S. (2010e). Triangulação de métodos quantitativos e qualitativos. In M. C. De S. Minayo, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12º ed., pp. 361-372). São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. De S. (2010f). Sobre validade e verificação em pesquisa qualitativa. In M. C. De S. Minayo, *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12º ed., pp. 373-384). São Paulo: Hucitec.

Ministério do Esporte. Política Nacional de Esporte. Resolução n. 05 do Conselho Nacional do Esporte – CNE, de 14 de Junho de 2005.

Ministério do Esporte. Portal da Copa (2012). *O Brasil será novamente a sede do torneio*. Disponível em http://www.copa2014.gov.br/pt-br/sobre-a-copa/copa-de-2014

Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, *22*(37), 07-32. Disponível em http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html

Mourão, L., & Votre, S. (2003). Brazilian women and girls in physical activities and sport. In I. Hartmann-Twes & G. Pfister (Eds.), *Sport and women: social issues in international perspective* (pp. 179-181). London: Routledge.

Müller, N. (2006). The idea of peace as Coubertin´s vision for the Modern Olympic Movement: Development and Pedagogic Consequences. *The Sport Journal*, *9*(1). ISSN: 1543-9518

Nathan, S., Bunde-Birouste, A., Evers, C., Kemp, L., MacKenzie, J., & Henley, R. (2010). Social cohesion through football: a quasi-experimental mixed methods design to evaluate a complex health promotion program. *BMC Public Health*, *10*(587), 01-12. doi:10.1186/1471-2458-10-587

Oliveira, R. C. De. (1998). O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In R. C. De Oliveira, *O trabalho do antropólogo* (pp. 17-36). Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp.

Oliveira, I. M. De. (2003) Política Social, assistência social e cidadania: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ano I, Nº 2, Natal-RN: Editora da UFRN.

Oliveira, E. De, Ens, R. T., Freire Andrade, D. B. S., & Mussis, C. R. De. (2003). Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional*, *4*(9), 11-27. Disponível em www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1%3D637%26dd99%3Dpdf

Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (2003*). Doenças crônico-degenerativas e obesidade: estratégia mundial sobre alimentação saudável, atividade física e saúde*. Brasília (DF). Disponível em www.maeterra.com.br/site/biblioteca/Obesidade-OPAS.pdf

Organização das Nações Unidas – ONU (2010). *Contributions of Sport to the Millenium Development Goals*. United Nations Office on Sport for Development and Peace. Disponível em www.un.org/milleniumgoals

Pegg, S., & Compton, D. M. (2003). Creating opportunities and ensuring Access to leisure and recreation services though Inclusion in the Global Community. *Leisure. Loisir*, *28*(1/2), 05-26. ISSN: 1492-7713

Pereira, A. M., & Leitão, J. C. (Eds.) (2007). *Metodologia de investigação em Educação Física e Desporto: introdução à análise de conteúdo.* Vila Real: UTAD.

Perkins, D. F., & Noam, G. G. (2007) Characteristics of sport-based youth development programs. *New directions for youth development*, (115), 75-84. doi: 10.1002/yd.224

Pires, G. L. (1998). Breve Introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esportivo. *Revista da Educação Física/UEM, 9*(1), 25-34. Disponível em http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3824/2636

Pitney, W. A., & Parker, J. (2009). Dissecting a qualitative research study. In W. A. Pitney & J. Parker (Eds.), *Qualitative research in physical education and the health professions* (pp. 11-27). Champaign, IL: Human Kinetics.

Portugal. Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro. Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto.

Priest, N., Armstrong, R., Doyle, J., & Waters, E. (2008). Policy interventions implemented through sporting organizations for promoting healthy behavior change. *Cochrane Database Systematic Reviews, 16*(3), CD004809. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18646111

Quick, K. S., & Fieldman, M. S. (2011). Distinguishing participation and inclusion. *Journal of Planning Education and Research*, *31*(3), 272-290. doi: 10.1177/0739456X11410979

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramos, M. L. B. C. (2010). *Politica intersetorial: informação, comunicação, monitoramento e avaliação*. Brasília: Gráfica e Editora Ideal.

Raupp, L., & Milnitsky-Sapiro, C. (2005). Reflexões sobre concepções e práticas contemporâneas das políticas públicas para adolescentes: o caso da drogadição. *Saúde e Sociedade*, *14*(2), 60-68. Disponível em www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/07.pdf

Renson, R. (1993) Sport, youth and culture. In W. Duquet, P. De Knop & L. Bollaert (Eds.), *Youth sport: a social approach* (pp. 50-58). Brussels: VUBPRESS.

Reverdito, R. S., Scaglia, A. J., & Paes, R. R. (2009). Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. *Motriz*, *15*(3), 600-610. Disponível em www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/download/2478/2477

Ribeiro, M. (1999). Exclusão: problematização do conceito. *Educação e Pesquisa*, *25*(1), 35-49. Disponível em www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a04.pdf

Ribeiro, J. S. (2003). *Métodos e Técnicas de Investigação em Antropologia*. Universidade aberta.

Ribeiro, S. M. (2009). *O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física*. Tese de Doutoramento, Universidade Metodista de Piracicaba. Disponível em https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/INAYIPCIURCT.pdf

Ridge, T. (2006). Children poverty: a barrier to social participation and inclusion. In E. K. Tisdall, J. M. Davis, M. Hill & A. Prout (Eds.), *Children, young people and social inclusion. Participation for what*? (pp. 23-38). Bristol: Police Press. doi:10.1332/policypress/9781861346629.003.0002

Rodrigues, G. M, Lima, S. M. T, Duarte, E., & Tavares, M. Da C. G. C. F. (2004). Demarcações sociais e as situações diádicas na escola: considerações acerca da inclusão. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, *25*(3), 43-56. Disponível em www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/download/237/239

Rubio, K. (2005). Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um mega evento. *Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociales*, *IX*(194). Disponível em http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-85.htm

Rubio, K. (2010). Postulações Brasileiras aos Jogos Olímpicos: considerações acerca da lenda do distanciamento entre política e movimento olímpico. *Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciências Sociales*, *XV*(895). Disponível em http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-10.htm

Ruquoy, D. (1997). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In L. Albarello, F. Digneffe, J. P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy & P. Saint-Georges (Eds.), *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais* (pp. 84-116). Lisboa: Gradiva.

Salamon, L. M., Anheier, H. K., List, R., Toepler, S., Sokolowski, S. W., and Associates (1999). *Global Civil Society: Dimensions of the NonProfit Sector*. Johns Hopkins Centre for Civil Society Studies, Baltimore. ISBN 1-886333-42-4

Sands, R. (2002). *Sport Ethnography*. Champaign, IL: Human Kinetics.

Santiago, L. V., & Fumes, N. L. F. (2005) *Diferentes olhares sobre a Educação Física na Escola*. Maceió: EDUFAL.

Sanches, S. M., & Rubio, K. (2011). A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e resiliência. *Educação e Pesquisa*, *37*(4), 825-842. ISSN: 1517-9702

Sarmento, J. P., Pinto, A., Costa, C. P., & Silva, C. A. (2011). O evento desportivo como factor de desenvolvimento. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, *1*(1), 01-14. Disponível em http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=364&path%5B%5D=265

Sherry, E. (2010). (Re) engaging marginalized groups through sport: The Homeless World Cup. *International Review for the Sociology of Sport*, *45*(1), 59-71. doi: 10.1177/1012690209356988

Silva, F. B. Da, Jaccoud, L., & Beghin, N. (2005). Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In L. Jaccoud (Org.), *Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA.

Silva, C. A. F. Da, Terra, B. R. C., & Votre, S. J. (2006). O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer no desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 28*(1), 167-183. Disponível em www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/download/45/53

Silva, M. T. M. Da. (2009). *A contribuição do esporte para a inclusão social de jovens*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Oeste de Santa Catarina. Disponível em http://www.unoesc.edu.br/sites/default/files/Monica_Telli_Moreno.pdf

Skille, E. A., & Waddington, I. (2006). Alternative sport programmes and social inclusion in Norway. *European Physical Education Review, 12*(3), 251-271. Abstract retrieved from http://epe.sagepub.com/content/12/3/251.abstract

Souza, J. De., & Júnior, W. M. (2010). Os "Legados" dos Megaeventos Esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. *Motrivivência, XXII*(34), 245-255. doi:10.5007/2175-8042.2010n34p245

Souza, D. L., Vialich, A. L., Eiras, S. B., & Mezzadri, F. M. (2010). Determinantes para implementação de um projeto social. *Motriz, Rio Claro, 16*(3), 689-700. doi: http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n3p689

Spencer-Cavaliere, N., & Watkinson, E. J. (2010). Inclusion understood from the perspectives of children with disability. *Adapted Physical Activity Quarterly, 27*(4), 275-293. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20956835

Sposito, M. P., & Carrano, P. C. R. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação, 24*, 16-39. ISSN: 1413-2478

Sposito, M. P., & Corrochano, M. C. (2005). A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, *17*(2), 141-172. ISSN: 0103-2070

Spozati, A. (2000). Exclusão social e fracasso escolar. *Em Aberto Brasília, 17*(71), 21-32. Disponível em www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1071/973

Stengel, R. (2010) *Os caminhos de Mandela: lições de vida, amor e coragem*. São Paulo: Globo.

Taliaferro, L. A., Rienzo, B. A., & Donovan, K. A. (2010). Relationships between youth participation and selected health risk behaviors from 1999 to 2007. *Journal of School Health, 80,* 399-410. doi: 10.1111/j.1746-1561.2010.00520.x.

Tedlock, B. (2000). Ethnography and ethnographic representation. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *The handbook of qualitative research* (Second Edition, pp. 455-486). Thousand Oaks, CA: Sage.

Thousand, J., Rosenberg, R. L., Bishop, K. D., & Villa, R. A. (1997). The evolution of secondary inclusion. *Remedial and special education, 18*(5), 270-284. doi: 10.1177/074193259701800503

Timpka, T., Finch, C. F., Goulet, C., & Noakes, T. (2008). Meeting the Global Demand of Sports Safety. *Sports Medicine, 38*(10), 795-805. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18803433

Timpka, T., Risto, O., & Bjormsjo, M. (2007). Boys soccer league injuris: a community-based study of time-loss from sports participation and long-ter sequelae. *European Journal of Public Health, 18*(1), 19-24. doi:10.1093/eurpub/ckm050.

Toledo, R. M., & Bega, M. T. S. (2009). Políticas de esporte e lazer no Paraná - um estudo comparado. Paraná: *Universidade Federal do Paraná UFPR*: 1-18. ISSN 2175-6880.

Tubino, M. J. G. (1992). Perspectivas no esporte. In A. Gebara & W. W. Moreira (Orgs.), *Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI* (pp.125-140). Campinas: Papirus.

Tubino, M. J. G. (2010). *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação.* Maringá: Eduem.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization UNESCO (1978). Records of the General Conference Twentieth Session Paris, 24 October to 28 November 1978. ISBN 92-3-101703-9

United Nations UN (2004). *Sport and the Millennium Development Goals*. International Year of Sport and Physical Education. Retrieved from http://www.un.org/sport2005/a_year/mill_goals.html

Vala, J. (1986). Análise de conteúdo. In A. Santos Silva & J. Madureira Pinto (Org.), *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.

Varelas, T. I. A. M. (2010). *O desporto escolar como medida de combate ao insucesso e abandono escolar*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Disponível em http://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/1422/1/msc_tiamvarelas.pdf

Vianna, J. A., & Lovisolo, H. R. (2011). A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 25*(2), 285-296. ISSN 1807-5509

Voss, L. D., Hosking, J., Metcalf, B. S., Jeffery, A. N., & Wilkin, T. J. (2008). Children from low-income families have less access to sport facilities, but are no less physically active: cross-sectional study (EarlyBird 35). *Child: care, health and development*, *34*(4), 470-474. doi:10.1111/j.1365-2214.2008.00827.x

Waring, A., & Mason, C. (2010). Opening doors: promoting social inclusion through increased sport opportunities. *Sport in society*, *13*(3), 517-529. doi: 10.1080/17430431003588192

Wasfi, A. S., El-Sherbiny, A. A., Gurashi, E., & Al Sayegh, F. U. (2008). Sport practice among private secondary-school students in Dubai in 2004. *East Mediterr Health Journal*, *14*(3), 704-714. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18720635

Werch, C., Moore, M., DiClemente, C. C., Owen, D. M., Jobli, E., & Bledsoe, R. (2003). A sport-based intervention for preventing alcohol use and promoting physical activity among adolescents. *Journal of School Health*, *73*(10), 380-388. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14727390

Whitney, B. (2007). *Social inclusion in schools: improving outcomes, raising standards*. London: Routledge.

Wilhite, B., & Shank, J. (2009). In praise of sport: promoting sport participation as a mechanism of health among persons with a disability. *Disability and Health Journal*, *2*(3), 116-127. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21122750

Wilson, J. J., Rojas, N., Haapanen, R., Duxbury, E., & Steiner, H. (2001). Substance abuse and criminal recidivism: a prospective study of adolescents. *Child Psychiatry and Human Development*, *31*(4), 297-312. Abstract retrieved from http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11227989

Anexos

Anexo I – Autorização FAMFS

FAMFS – Fundação de Apoio ao Cidadão e de Mobilização Social
Feira de Santana, Bahia - Brasil
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA Nº. 1.318/ 90
Rua Senador Quintino, s/n - Aviário - Fazenda do Menor
Feira de Santana - Bahia - CGC. 16.439.002/0001-11 - CNSS 230.1300.2352 / 8951
Tel.: (0**75) - 3614-2100 / 3623-5536 - Inscrição Estadual 36.004.953 - EP

Carta de Autorização

A FAMFS - Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana, Bahia, autoriza Renildo Rossi, aluno do curso de doutoramento em ciências do desporto, promovido pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro UTAD (Convênio Luso-Brasileiro Edição 2010-2013), o desenvolvimento do trabalho de investigação e projecto de pesquisa nesta instituição, intitulado:

"Desporto e Inclusão social. Estudo da Fundação de Apoio ao Cidadão e Mobilização Social (FAMFS). Feira de Santana, Bahia – Brasil".

Por ser verdade, se passa a presente declaração que vai ser assinada nos termos da Lei.

Feira de Santana/Bahia, 06 de junho de 2011

Antonio Lopes Ribeiro
Presidente da FAMFS

Anexo II – Guiões de entrevistas

Guião da Entrevista - Diretores (antigos e/ou atuais membros):

1. Fale sobre a sua trajetória pessoal em participação na FAMFS.
2. Que projetos esportivos já foram, e têm sido, desenvolvidos pela FAMFS?
3. Qual a data de início e a de conclusão de cada um desses projetos?
4. Qual o público-alvo de cada projeto?
5. Que parceiros estiveram, e estão, envolvidos em cada projeto esportivo?
6. Que tipo de apoio cada parceiro assumiu, e tem assumido, em cada um dos projetos?
7. Quais resultados foram, e têm sido obtidos por cada um dos projetos?
8. Como foram, e têm sido avaliados cada um dos projetos?
9. Em caso de sucesso, quais as razões por detrás desse sucesso do desporto promovido pela FAMFS.
10. De que forma foram implementados cada um dos projetos esportivos?
11. Quais as estratégias e/ou metodologias utilizadas para a concretização real (no terreno) desses projetos?
12. Qual o nível de cooperação e diálogo existiu, e continua a existir, entre o desporto promovido pela FAMFS, e as diferentes instâncias de gestão desportiva?
13. Quais as razões que levaram a direção da FAMFS a escolher o Desporto como âmbito de intervenção?
14. Quais as razões que levaram a direção da FAMFS à realização dos vários projetos?
15. Quais os objetivos (gerais e específicos) que a FAMFS pretendia atingir com: 1 - a escolha do desporto como âmbito de intervenção; 2 - a realização dos vários projetos desportivos (de um modo específico).
16. Esses objetivos foram (ou estão a ser) atingidos? Justifique/comprove. 1 – no desporto em geral; 2 - nos vários projetos desportivos.
17. Que outras experiências e ou considerações finais gostaria de relatar no âmbito dos projetos desportivos promovidos pela FAMFS.

Guião da Entrevista - Beneficiários dos projetos da FAMFS (antigos e/ou atuais)

1. Fale sobre a sua trajetória pessoal em participação na FAMFS.
2. Dos vários projetos dinamizados pela FAMFS, em qual (ou quais) você participou e beneficiou?
3. Qual a data de início e a de conclusão em cada projeto em que participou?
4. Quem participou (qual o público-alvo) de cada projeto?
5. No seu caso, em que contribuiu concretamente cada um dos projetos esportivos que participou e/ou participa. Quais foram as mais valias que lhe deu/proporcionou?
6. Como os programas esportivos sociais da FAMFS fizeram diferença na sua vida?
7. Que experiências você obteve através da participação no(s) projeto(s) esportivo(s) promovido pela FAMFS?
8. O que gostou mais? Por quê?
9. Em caso de sucesso, quais as razões por detrás desse sucesso na sua participação nesses projetos desportivos?
10. Como ingressou em cada um dos projetos esportivos promovidos pela FAMFS em Feira de Santana - BA?
11. De que forma eram desenvolvidos esses projetos em que participou?
12. Fale sobre a sua trajetória pessoal em participação no(s) projeto(s) esportivo(s) desenvolvido(s) pela FAMFS.
13. Quais as razões que o levaram a escolher o Desporto como âmbito de intervenção?
14. Quais os motivos que o levaram a participar dos vários projetos? (identificar em qual (quais) participou)?
15. Quais os objetivos (geral e específicos) que pretendia atingir com? (de um modo específico).
16. Esses objetivos foram (ou estão a ser) atingidos? Justifique/comprove. (no desporto em geral; nos vários projetos desportivos).
17. Que outras experiências e/ou considerações finais gostaria de relatar no âmbito dos projetos desportivos promovidos pela FAMFS que você participou e se beneficiou?

Guião da Entrevista - Coordenadores Técnicos dos projetos (antigos e/ou atuais)

1. Fale sobre a sua trajetória em participação na FAMFS.
2. Que projetos esportivos já foram, e têm sido, desenvolvidos pela FAMFS e coordenados/desenvolvidos por você?
3. Qual a data de início e a de conclusão de cada um desses projetos?
4. Qual o público-alvo de cada projeto?
5. Que parceiros estiveram, e estão, envolvidos em cada projeto esportivo?
6. Quais resultados foram, e têm sido, obtidos em cada um dos projetos em que atuou e/ou coordenou?
7. Como foram, e têm sido, avaliados cada um dos projetos que atuou e/ou coordenou?
8. Em caso de sucesso, quais as razões por detrás desse sucesso do desporto promovido pela FAMFS?
9. De que forma foram implementados cada um dos projetos esportivos?
10. Quais as estratégias e/ou metodologias utilizadas para a concretização real (no terreno) dos projetos que atuou e/ou coordenou?
11. Qual o nível de cooperação e diálogo existiu, e continua a existir, entre o desporto promovido pela FAMFS, e as diferentes instâncias de gestão desportiva?
12. Quais as razões que levaram os técnicos/coordenadores a escolherem o Desporto como âmbito de intervenção?
13. Quais os motivos que levaram à realização dos vários projetos que atuou e/ou coordenou?
14. Quais os objetivos (gerais e específicos) que você, enquanto coordenador de um projeto, pretendia atingir com: 1 - a escolha do desporto como âmbito de intervenção; 2 - a realização dos vários projetos desportivos (de um modo especifico)?
15. Esses objetivos foram (ou estão a ser) atingidos? Justifique/comprove. 1 – no desporto em geral. 2 - nos vários projetos desportivos?
16. Que outras experiências e ou considerações finais gostaria de relatar no âmbito dos projetos desportivos promovidos pela FAMFS e coordenados por você?

Anexo III – Tipificação documental

Tipificação documental

Entre os dias 26 e 30 de setembro de 2012 foram revistos os documentos institucionais e eletrônicos, a saber: documentos Base Institucional - 3.372 páginas - (ano base 1989 a 2011); Base Eletrônica - 1.697 páginas - (ano base 1995 a 2012); Total de 5.069 páginas documentais - (selecionadas de uma base maior). Resumo documental em 138 páginas - (incluindo notas de campo). Para realizar a tipificação documental, partimos para os módulos dos convênios da fundação, uma vez que daria maior trabalho, partindo para os relatórios - em maior quantidade, e seguindo para matérias de jornais, revistas etc. Primeiro a documentação foi organizada em dezembro de 2011 em função do ano, fonte de captação, título e paginação. Logo, a tipificação funcionou como uma espécie de *checklist*, não obstante ao intenso trabalho de transitar em uma base de milhares de páginas, distribuídas em uma planilha em função de mais de duas décadas de atuação institucional. Procuramos trabalhar com duas bases: a primeira foi a planilha em Excel, na qual criamos nova coluna referenciada *checklist*, de modo que cada documento (re)visto era colocado "ok" na coluna, possibilitando conferir paginação, título, e definir tipo do documento (tipificação). Assim, procuramos especificar a esfera do documento (internacional, nacional, estadual e ou municipal), de modo a possibilitar mais uma caracterização da base documental. Nesse sentido, procuramos separar os arquivos da base eletrônica e institucional, considerando as diferentes fontes de captação de informações, estabelecendo a tipificação dos arquivos com descrição do número, período, quantidade em função das diferentes subcategorias, a saber: convênios, projetos, relatórios, matérias diversas etc. Logo que concluída essa etapa, procuramos reformular o cronograma junto com esse arquivo. Abaixo, e na próxima página, pode ser visto o "Enquadramento Geral" dos documentos eletrônicos e institucionais.

ENQUADRAMENTO GERAL (SET2012)			
PERIODO	**TIPO(s)**	**ESFERA(s)**	**QUANT**
2012	Convênios	Nacionais	2
1996-2006	Dissertações	Nacionais	2
2003-2011	Fotografias	Nacionais	8
2010-2011	Históricos	Nacionais	2
2011	Legislação	Nacional	1
2012	Mapa Distribuição	Nacional	1
2002-2011	Matérias	Nacionais	139
1996-2011	Prestação Contas	Nacionais	14
2009	Projetos	(inter)Nacional	3
2001-2012	Relatórios	(inter)Nacional	15
1995-2011	Vídeos	Nacional	8
TIPIFICAÇÃO - BASE ELETRÔNICA			

ENQUADRAMENTO GERAL (SET2012)			
PERIODO	**TIPO(s)**	**ESFERA(s)**	**QUANT**
1988-2003	Ata de Reunião	Municipal	3
1997-2011	Cartazes	Estadual	3
1992-2001	Certificados	Internacional	14
2007-2009	Contratos	Internacional	5
1989-2011	Convênios	Internacional	179
2010	Currículo	Municipal	1
1996	Declaração	Municipal	5
2000	Diploma	Municipal	1
2002	DOE	Estadual	2
2011	Edital	Municipal	1
2011	E-mail	Internacional	1
2000	Fax	Nacional	1
2000-2011	Folders	Internacional	9
2002	Folha Pagamento	Estadual	1
2003-2011	Fotos	Internacional	3
2007	Históricos	Municipal	1
1996-2011	Lista de Pessoal	Internacional	2
2007	Manuais	Nacional	2
1990-2011	Matérias	Internacional	50
2010	Nota Fiscal	Municipal	2
1996	Oficio	Nacional	32
2009	Paper	Internacional	1
1998	Pôster	Internacional	2
1997-2011	Projetos	Internacional	26
2010	Questionário	Nacional	1
1993	Recibo	Estadual	1
1998	Regimento	Municipal	1
1998	Regulamento	Municipal	1
1994-2011	Relatórios	Nacional	56
2001-2011	Revistas	Municipal	10
2000	Termo Abertura	Municipal	1
2010	Vídeo	Nacional	1

TIPIFICAÇÃO - BASE INSTITUCIONAL

Anexo IV – Registros fotográficos

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
FUTEBOL

FUTEBOL

Educating
the NEXT soccer
generation
B FUT BRASIL
2014